UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE HISTÓRIA ECONÔMICA

ADHEMAR DE BARROS (1901 – 1969): A ORIGEM DO "ROUBA, MAS FAZ"

Luiza Cristina Villaméa Cotta

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Luis Angel Coggiola

São Paulo

2008

Ao professor Emanuel Soares da Veiga Garcia

In memoriam

Agradecimentos

À prof. dra. Vera Lucia Amaral Ferlini e ao prof. dr. Osvaldo Luis Angel Coggiola, pelo apoio e orientação imprescindíveis para o andamento e execução deste trabalho; a Bruno Villaméa Santos, Cláudio Camargo, Denise Paraná, Edney dos Santos Gualberto, Jacob Gorender, Heládio José de Campos Leme, Luís Cláudio Machado e Marly Job de Oliveira, pelo acolhimento e incentivo constantes.

RESUMO

Médico por formação, Adhemar de Barros (1901-1969) revelou-se um político empreendedor e realizador de obras monumentais, como o Hospital das Clínicas e a rodovia Anchieta. Manteve essas características ao longo de mais de três décadas de uma trajetória que incluiu três períodos à frente do Executivo paulista, o primeiro como interventor federal nomeado por Getúlio Vargas e os outros dois na condição de governador eleito. Como homem público, pregava a defesa dos interesses das camadas menos privilegiadas da população e, por meio de ações paternalistas, angariava apoio popular. A fama de administrador ousado e dinâmico cresceu, no entanto, paralelamente às denúncias de corrupção em seus governos. Essas acusações apontavam para a cobrança de propina e o desvio sistemático de recursos públicos. Os casos mais rumorosos que protagonizou foram denunciados pelo jornalista Paulo Duarte e reverberados pelo governador Jânio Quadros. Envolviam a suposta apropriação de automóveis comprados pelo governo de São Paulo e o extravio de uma urna marajoara destinada ao Museu Paulista. Apesar da defesa que promoveu nos tribunais e junto à opinião pública, Adhemar jamais conseguiu dissociar sua reputação como empreendedor da pecha de peculatário, fenômeno sintetizado popularmente na frase “rouba, mas faz”. Tampouco conseguiu atingir sua principal meta: eleger-se presidente da República. Depois de duas tentativas fracassadas, preparava-se para disputar a terceira eleição presidencial quanto foi cassado, em junho de 1966, pelo governo militar que ajudou a chegar ao poder.

Palavras-chave: Adhemar de Barros, administração pública, corrupção, Paulo Duarte, Jânio Quadros

ABSTRACT

A certified physician, Adhemar de Barros (1901-1969) became an entrepreneur politician who built monumental public works of engineering, like the Hospital das Clínicas and the Anchieta highway. He sustained that image for more than three decades of public career, which comprised three terms at the lead of São Paulo's administration ─ the first position as federal interventor appointed by Getúlio Vargas, the others as elected governor. As a public official, Barros advocated in defense of the underprivileged, and conquered support among voters with populist deeds. However, his fame as a bold and dynamic governor grew amidst corruption accusations against his administration. The charges included bribery and systematic siphoning of public funds. The most notorious episodes involving his name were denounced by journalist Paulo Duarte and echoed by governor Jânio Quadros: the alleged appropriation of vehicles belonging to São Paulo's government and the purloin of a marajoara urn destined to Museu Paulista. Notwithstanding his defense in court and before the public opinion, Barros had never been able to erase the stain of peculation on his reputation as an entrepreneur, a phenomenon epitomized in the popular saying “a stealer, but a doer”. Neither had he achieved his main goal in politics: to be elected president of the republic. In July 1966, after losing two elections, and intending to run a third time, Barros had his political rights suspended by the military federal administration he had helped in its rise to power.

Keywords: Adhemar de Barros, public administration, corruption, Paulo Duarte, Jânio Quadros

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 6

1 . O HOMEM “QUE FAZ”

1.1. Das barrancas do Piracicaba ao Campos Elíseos 11

1.2. O estilo “para a frente e para o alto” 23

1.3. Sem medo de ousar 35

2 . O HOMEM “QUE ROUBA”

2.1. Uma demissão anunciada 46

2.2. Na mira de Paulo Duarte 55

2.3. A vassoura janista 66

3 . O HOMEM “QUE ROUBA, MAS FAZ”

3.1. A defesa junto aos tribunais e à opinião pública 75

3.2. Patrimônio em evolução 84

3.3. Marca a ferro e fogo 92

CONCLUSÃO 98

FONTES E BIBLIOGRAFIA 104

ANEXOS 116

INTRODUÇÃO

Quando disputou pela primeira vez a Presidência da República, em 1955, Adhemar de Barros distribuía por onde passava um panfleto intitulado "Quem fez mais pelo Brasil?"[1]. O documento convidava o eleitor a votar a favor do Brasil, depois de comparar as realizações dos quatro postulantes ao Palácio do Catete: Adhemar, Juscelino Kubitschek, Juarez Távora e Plínio Salgado. Diagramado com colunas, o panfleto listava 19 itens das áreas de educação, saúde e transporte e contabilizava os feitos de cada candidato. Bastava olhar de relance para perceber que nenhuma obra era atribuída a Juarez ou a Plínio, denominados assim mesmo, pelo primeiro nome. Em suas respectivas colunas, só aparecia o número zero. A comparação que de fato se pretendia fazer era entre Adhemar e Juscelino, dois médicos que haviam trocado a clínica pela política e tinham sido governadores, o primeiro de São Paulo, o segundo de Minas Gerais. A começar pela área de especialização de ambos, Adhemar levava vantagem em tudo. Tinha, segundo o panfleto, criado 18 mil leitos hospitalares, contra meros 60 de Juscelino.

A posição privilegiada de Adhemar no folheto representava apenas um ângulo de uma realidade complexa. "Como a vitória de Adhemar era fato muito remoto, ele e eu andávamos feito duas almas penadas pelo Brasil"[2], registrou o correligionário Erlindo Salzano. "Uma ou outra vez éramos acompanhados por companheiros que se revesavam [sic], mas em pequeníssimo número."[3] Sob fogo cerrado em São Paulo, Adhemar tentava manter seu nome em evidência no resto do país e, ao mesmo tempo, amenizar os efeitos de uma série de denúncias de improbidade administrativa publicada no ano anterior pelo jornalista Paulo Duarte, seu antigo colega na Assembléia Estadual Constituinte. As acusações feitas pelo jornalista haviam provocado a abertura de processos judiciais, o que, segundo Adhemar, tinha influenciado diretamente os resultados das eleições estaduais de 1954, nas quais fora vencido por Jânio Quadros. "Só quem estêve em São Paulo pode saber a quanto chegou, em infâmias, o desvario de meus adversários"[4], argumentou, enquanto recuperava-se da derrota e preparava o terreno para entrar na disputa presidencial. Poucos meses depois, começou a cruzar os céus do

---

[1] QUEM fez mais pelo Brasil? Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo Particular Adhemar de Barros. Documento AP 639.01.004.
[2] SALZANO, Erlindo. *A campanha de 50*: Aliança Adhemar e Getúlio. São Paulo: Editora das Américas, s.d., p. 74.
[3] Ibidem, p. 74.
[4] FERREIRA, Jorge. Adhemar conta a história de sua derrota. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 27 novembro 1954, p. 82-M.

país de forma incessante, às vezes no comando do próprio avião, envolvido na campanha presidencial.

Durante o périplo, era rotineiramente chamado de ladrão pelos adversários, que relembravam escândalos financeiros de suas antigas administrações. Em São Paulo, as referências ofensivas tornaram-se particularmente intensas. Numa singular forma de defesa, os seguidores de Adhemar assimilaram e repetiram um argumento emblemático, respondendo que ele roubava, mas fazia. Em seguida, citavam a execução de obras como o Hospital das Clínicas e a rodovia Anchieta. Como conseqüência, em âmbito nacional Adhemar ganhou rapidamente fama como um político empreendedor que não primava pela honestidade em relação aos cofres públicos. Inspirada nele, a frase "rouba, mas faz" se fixou de forma indelével na memória popular. As práticas administrativas atribuídas a ele inspiraram até versos, como os seguintes, da marchinha "Caixinha do Adhemar", de Herivelto Martins e Benedito Lacerda[5]:

Quem não conhece?

Quem nunca ouviu falar?

Na famosa caixinha do Adhemar?

Que deu livro, deu remédio, deu estrada

Caixinha abençoada...

Já se comenta de Norte a Sul

Com Adhemar tá tudo azul

Deixa falar toda essa gente maldizente,

Deixa quem quiser falar

Esta gente que não tem o que fazer

Faz discursos, mas não cumpre o seu dever

Enquanto eles engordam tubarões

A caixinha defende o bem-estar de milhões

Quem não conhece?

Quem não ouviu falar?

Na famosa caixinha do Adhemar?

Que deu livro, deu remédio, deu estrada

[5] 50 ANOS de memória brasileira: 1934-1984. São Paulo: Basf Brasileira S.A., 1984, p. 11.

Caixinha abençoada...

Já se comenta de Norte a Sul

Com Adhemar tá tudo azul![6]

Sucesso no rádio, a música era apresentada em gravação independente de Nélson Gonçalves, cantor que também integrava o quadro de artistas contratados pelo departamento musical do Partido Social Progressista (PSP), agremiação fundada e controlada por Adhemar. Como reflete a marchinha, associar o nome do líder do PSP com o desvio de dinheiro público entrou para o repertório nacional com uma espécie de salvaguarda – sua capacidade de executar. Durante a campanha de 1955, essas características não agradaram à maioria dos eleitores brasileiros. Em 3 de outubro, com apenas 26% do total dos votos, o político paulista ficou em terceiro lugar na disputa, atrás de Juscelino Kubitschek e de Juarez Távora. A cientista política Regina Sampaio destaca, porém, que o fraco desempenho nas urnas teve uma faceta positiva, pois Adhemar havia atingido "o objetivo de manter vivo seu prestígio em São Paulo, Estado no qual vence Juscelino por ampla margem de votos"[7]. Nos anos seguintes, depois de superar crises que incluíram uma fuga para o exterior para escapar da prisão, Adhemar conseguiu recuperar seu prestígio político. Jamais, no entanto, obteve sucesso nas tentativas de afastar seu nome do binômio grandes obras e descaso com os cofres públicos.

Passados mais de 50 anos, obras construídas durante suas gestões estão tão integradas à infra-estrutura paulista quanto o "rouba, mas faz" ao léxico político brasileiro. São duas facetas do legado de um homem que participou dos principais acontecimentos nacionais de seu tempo e que não mediu esforços para estreitar contato com líderes internacionais, de Winston Churchill a Francisco Franco. Nascido em uma família de produtores e exportadores de café, Adhemar teve uma educação primorosa que, depois do curso universitário no Rio de Janeiro, incluiu viagem de estudos à Europa. De volta ao Brasil, descobriu a vocação política ao participar da Revolução Constitucionalista de 1932. Eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista em 1934, foi cassado três anos depois pela decretação do Estado Novo. O mesmo golpe de Estado que tirou o mandato de Adhemar levou-o de novo ao poder no ano seguinte, como interventor federal em São Paulo. Posteriormente, foi duas vezes governador eleito do Estado, além de prefeito da capital. Não conseguiu, no entanto, realizar o sonho de tornar-se presidente da República. Em 1965, inconformado com o adiamento das eleições presidenciais pela ditadura

[6] MARTINS, Herivelto e LACERDA, Benedito. *Caixinha do Adhemar*. São Paulo, s.d. Centro Cultural São Paulo. Discoteca Oneyda Alvarenga, CDC 872, faixa 5, 3'02''.
[7] SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global Editora, 1982, p.89.

militar que ajudou a instalar no poder, explicou o porquê de sua insistência em disputar o cargo pela terceira vez, sem saber que jamais teria essa oportunidade:

> *A primeira vez concorri e perdi por culpa minha. Fiz uma campanha em 47 dias apenas. Na segunda, não tinha condições de vencer, porque o País se achava empolgado pelo fenômeno do "janismo". O Senhor Jânio pode estar acabado mas o fenômeno que o desencadeou existe. Ora se chama "janismo", ora tem outra denominação. São nomes que aparecem de época em época, para designar movimento de opinião pública. O que foi que o Sr. Jânio Quadros criou entre nós? Criou um tipo de homem covarde, uma raça de indivíduos amedrontados.*[8]

Adhemar não chegou ao Palácio do Planalto, mas deixou sua marca na história do país e, de forma ainda mais acentuada, na do Estado de São Paulo. Nesta dissertação, a reconstituição de sua trajetória e a análise de seu legado tiveram como base tanto fontes primárias quanto secundárias. O acervo particular de Adhemar de Barros, doado por sua família ao Arquivo Público do Estado de São Paulo em 2001, esteve entre as principais fontes primárias pesquisadas. Esse acervo, aberto à consulta pública desde 2003, foi particularmente útil no que diz respeito às realizações do ex-governador paulista. Durante décadas, o material ficara espalhado por diferentes locais, em contêineres, prateleiras e pacotes. Em julho de 1999, a empresa Nova Sociedade Comunicação, do jornalista Paulo Cannabrava Filho, foi contratada pela família de Adhemar para recuperar e fazer uma catalogação preliminar dos documentos. "Passaram pelas nossas mãos mais de seiscentos documentos, cerca de quinhentos livros, milhares de recortes de jornais e aproximadamente 25 mil fotografias."[9]

No mesmo arquivo público, a pesquisa se estendeu pelo departamento iconográfico, onde se encontravam 93 caixas ainda não catalogadas, com centenas de imagens de Adhemar em diferentes momentos de sua vida. Uma delas, feita durante visita de inspeção de Adhemar às obras do Hospital das Clínicas, está reproduzida nesta dissertação. O mesmo ocorreu com a imagem de uma urna marajoara que se encontra no acervo do extinto jornal *Última Hora*, no mesmo departamento. A maioria das fotografias anexadas ao trabalho, porém, fazia parte do arquivo original de Adhemar e foi cedida à autora desta dissertação pelo ex-deputado Adhemar de Barros Filho, durante entrevista, por motivos jornalísticos, em 2001.

Outra fonte primária pesquisada no Arquivo Público do Estado de São Paulo foi o acervo do DEOPS-SP, o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo. O

---

[8] MOTA, Jônio de Freitas. Adhemar, o javali ferido. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 11 setembro 1965, p. 23.
[9] CANNABRAVA FILHO, Paulo. *Adhemar de Barros*: trajetória e realizações. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2004, p. 10

arquivo, que reúne documentos datados desde 1912, permaneceu sob a tutela da Polícia Federal entre 1986 e 1992, quando foi repassado ao arquivo público. No que diz respeito a Adhemar, guarda, além de recortes de jornais de diversos períodos, relatórios feitos por agentes da polícia política que o monitoraram em meados da década de 1930, depois que ele se elegeu deputado estadual. Nesse acervo, também se encontram peças de inquéritos policiais envolvendo o político.

O arquivo do jornalista e advogado Paulo Duarte, adversário histórico de Ademar, constituiu outra fonte fundamental para esta dissertação. Composto por mais de 60 mil itens, esse acervo estava sob a guarda do bibliófilo José Mindlin em 1985, quando foi transferido para a Unicamp, a Universidade de Campinas. Encontra-se atualmente no CEDAE, o Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio, da Unicamp, e contém um extenso dossiê sobre Adhemar de Barros, com recortes de jornais, cópias de peças de inquéritos policiais, reprodução parcial de processos judiciais e correspondência entre Paulo Duarte e personalidades políticas de seu tempo, como o ex-presidente Jânio Quadros.

Além das fontes citadas, parte das publicações de época foi obtida em sebos e em bibliotecas particulares, como a do jornalista Pedro Cavalcanti, autor do livro *A Corrupção no Brasil*, editado pela Siciliano em 1991. Da seção de documentação do gabinete do Superintendente do Hospital das Clínicas vieram informações sobre a construção do maior complexo hospitalar da América Latina. No arquivo do Superior Tribunal Militar, em Brasília, foi localizado e reproduzido processo relativo ao roubo de um cofre com valores que teriam pertencido ao político paulista. A partir de gravações do acervo da discoteca do Centro Cultural São Paulo foram reproduzidas letras de músicas que marcaram a carreira política de Adhemar. A pesquisa se estendeu ainda a arquivos de jornais e revistas, em especial ao acervo do jornal *O Estado de S. Paulo*, da Editora Três, e da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Nos arquivos da revista norte-americana *Time* e do jornal *The New York Times*, em Nova York, também foram localizados e reproduzidos artigos publicados nesses dois veículos de comunicação.

Esta dissertação está dividida em três partes. O primeiro capítulo apresenta a trajetória de Adhemar de Barros, vinculada ao contexto socioeconômico ao qual se insere. Demonstra como um médico por formação, com origem na oligarquia rural paulista, construiu sua imagem pública e direcionou a vida para alcançar poder político. Apresenta ainda um panorama das principais realizações de Adhemar como administrador público, com destaque para obras consideradas faraônicas em sua época, que mais tarde se revelaram fundamentais para o desenvolvimento do Estado de São Paulo.

No segundo capítulo estão relacionadas as denúncias de corrupção envolvendo Adhemar de Barros, a começar pelo período que ocupou o posto de interventor de São Paulo, nomeado por Getúlio Vargas, assim como o desdobramento dessas acusações nos tribunais. É também apresentada a ação de seus principais acusadores, com ênfase na cruzada do intelectual Paulo Duarte, devido ao volume e impacto de suas denúncias. Finalmente, essa parte da dissertação explicita como o surgimento de um novo líder político em São Paulo, Jânio Quadros, incentivou a abertura e tramitação de processos contra Adhemar.

O terceiro capítulo apresenta a defesa utilizada por Adhemar, tanto nos tribunais quanto junto à opinião pública, para rebater as acusações de improbidade administrativa e peculato feitas contra ele. Ao mesmo tempo, demonstra o incontestável crescimento do patrimônio particular do político paulista, assim como o papel que a riqueza material tem em sua trajetória. Mais do que conforto e luxo, Adhemar buscou na fortuna uma forma de conquistar poder político.

1 . O HOMEM "QUE FAZ"

1.1. Das barrancas do rio Piracicaba ao Campos Elíseos

No final de março de 1938, quase seis meses após desfechar o golpe que instituiu o Estado Novo, o presidente Getúlio Vargas decidiu passar uma temporada nas estâncias hidrominerais mineiras, a começar por Poços de Caldas. Dias depois, transferiu-se para o Hotel Brasil, na cidade vizinha de São Lourenço, que logo se transformou em ponto de romaria de políticos e cenário para as grandes decisões nacionais. No dia 22 de abril, Vargas concedeu uma concorrida entrevista à imprensa, sobre as realizações socioeconômicas do Estado Novo e os objetivos de sua implantação. Como era de se esperar, nas fotografias estampadas nos jornais do dia seguinte, o mandatário estava em primeiro plano. No fundo da cena, misturado a outros anônimos, em um terno branco, do chamado linho 120, aparecia o paulista Adhemar de Barros. Um detalhe percebido por poucos. Naquele dia, em que completava 37 anos, Adhemar era um político sem projeção nacional, cujo primeiro mandato como deputado estadual, pelo Partido

Republicano Paulista (PRP), fora interrompido pela decretação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, que extinguira as eleições, os partidos políticos e o próprio Poder Legislativo do País. Aparentemente, não havia justificativa para a presença do ex-deputado no saguão do Hotel Brasil.

Alzira Vargas, filha e auxiliar de gabinete do presidente, não sabia sequer da existência do político paulista. Na biografia *Getúlio Vargas, meu pai*, Alzira conta que, na tarde seguinte à da entrevista coletiva, o presidente a convocou ao terceiro andar do hotel, onde instalara um gabinete provisório, e pediu que chamasse Adhemar de Barros. Pela descrição de Alzira, "com o olhar de quem está planejando uma travessura", Vargas acrescentou que Adhemar estaria num salão térreo, junto com Filinto Müller, o chefe de polícia do Distrito Federal:

> *"Arregalei os olhos, espantada, nunca tinha ouvido falar nesse nome. Riu, mais para ele mesmo do que para mim, um riso malicioso, interior, e continuou: 'É um homem alto, forte, meio narigudo, que está aí em companhia do Filinto. A ele você pode perguntar onde encontrar, mas só a ele. Nada de espalhafato!' Já ia saindo, quando me explicou: 'Talvez seja o novo interventor de São Paulo; portanto, nada de indiscrições.'"* [10]

No círculo próximo a Getúlio Vargas, Alzira não era a única pessoa desinformada sobre os bastidores da disputa pela principal cadeira do Palácio dos Campos Elíseos. Ao determinar que o decreto de nomeação de Adhemar fosse preparado, Vargas precisou repetir o nome do novo interventor de São Paulo a seu ministro da Justiça, Francisco Campos. Como Alzira, o ministro não conhecia Adhemar.[11] A nomeação também surpreendeu os meios políticos, embora a troca de comando no Executivo paulista estivesse no centro das discussões desde os primeiros momentos do Estado Novo. Com o golpe, a maioria dos governadores eleitos durante a vigência da Constituição de 1934 foi confirmada no cargo, na condição de interventores, responsáveis pela execução das novas diretrizes federais.

Ocorre, porém, que São Paulo representava o ponto nevrálgico na hegemonia pretendida por Vargas. Tradicional reduto de resistência ao líder gaúcho, São Paulo ainda amargava a derrota infligida por Vargas durante a Revolução Constitucionalista, deflagrada no Estado em 9 de julho de 1932 contra o governo federal. Alçado a interventor, o ex-deputado José Joaquim Cardoso de Melo Neto, um dos fundadores do Partido Democrático, assumira o

---

[10] AMARAL PEIXOTO, Alzira Vargas do. *Getúlio Vargas, meu pai*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1960, p. 363.

[11] LARANJEIRA, Carlos. *Histórias de Adhemar*. São Paulo: Edição do Autor, 1988, p. 21.

governo do Estado em dezembro de 1936. Adversário de Vargas, Cardoso de Melo havia sido indicado pela Assembléia Legislativa para completar o mandato de Armando de Salles Oliveira, líder do Partido Constitucionalista, que se desincompatibilizara para concorrer às eleições presidenciais do ano seguinte, que acabaram não acontecendo.

Por outro lado, com o objetivo de voltar ao poder em São Paulo, que perdera em 1930, a cúpula do extinto PRP aderira ao novo regime logo depois do golpe. Contando com a substituição de Cardoso de Melo por alguém de seus quadros, entregara uma relação de "interventoriáveis" a Vargas. O nome de Adhemar constava do extenso rol de candidatos, mas os líderes do partido jamais levaram a sério sua indicação. Coordenador do diretório do PRP no bairro paulistano da Liberdade, ele integrava a ala jovem do partido, não tinha experiência política e era pouco conhecido entre a população. Como se não bastasse, em sua breve passagem pela Assembléia Legislativa, havia se destacado como crítico do governo Vargas. Mesmo assim, foi a peça que se encaixou com perfeição ao jogo político de Vargas, cuja meta era neutralizar as forças políticas tradicionais no Estado. Para Edgard Carone, ao escolher um personagem secundário do PRP para o comando paulista, Vargas foi movido pela idéia de dividir o partido e, ao mesmo tempo, obter maior controle sobre o Estado, através de alguém que ficasse lhe devendo favores.[12]

Mas, no processo que conduziu à sua nomeação, Adhemar de Barros também havia feito a sua parte, cultivando o relacionamento com homens da confiança de Vargas, em especial com Filinto Müller e com o coronel Dulcídio do Espírito Santo, secretário de Segurança de São Paulo. A estratégia de estreitamento de vínculos se intensificara logo após a decretação do Estado Novo, embora em freqüentes reuniões no solar em que vivia com a família, na rua Albuquerque Lins, em São Paulo, pedisse aos aliados que se transformassem em meros observadores. Sempre convocado para esses encontros, Mário Beni, secretário do PRP e futuro biógrafo de Adhemar, relata que, apesar de aparentar o contrário, o jovem político se dedicava a conquistar adesões no Palácio do Catete:

> *Bruno Zaratin e eu éramos os datilógrafos de emergência. Entendíamos quase nada do que se tratava, mas já adivinhávamos que o futuro interventor de Getúlio em São Paulo procurava alargar suas relações com os homens de comando do Estado Novo, principalmente com Filinto Müller, mais tarde meu colega no Congresso e então chefe de Polícia do Rio.* [13]

[12] CARONE, Edgard. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro-São Paulo: Difel, 1977, p. 148.
[13] BENI, Mário. *Adhemar*. São Paulo: Grafikor, s.d., p. 157.

As investidas de Adhemar não se limitavam, porém, às eminências pardas do Catete. Em seu diário, o próprio Vargas registra um encontro com o político paulista no palácio, na condição de potencial interventor, em 17 de fevereiro de 1938. "Entre as audiências particulares, recebi os lavradores paulistas pleiteando várias medidas, e o sr. Ademar de Barros, candidato à interventoria do Estado de São Paulo."[14] Doze anos depois, prestes a abandonar seu retiro em São Borja (RS) para concorrer à Presidência da República pelo PTB, Vargas revela ao repórter Rubens Vidal, da *Revista do Globo*, detalhes do relacionamento com Adhemar antes de sua indicação para a interventoria. Na entrevista, reproduzida por *O Jornal*, o líder gaúcho conta que, depois de terem sido apresentados, Adhemar passara a visitá-lo com assiduidade no palácio, trazendo notícias de São Paulo: "Ora vinha com uma novidade sobre a política, ora com detalhes sobre o progresso da indústria no estado bandeirante. Com o tempo, suas visitas tornaram-se mais repetidas de sorte que eu ficava a par de tudo o que acontecia em São Paulo".[15]

Na troca de comando no Estado que historicamente se opunha a Vargas, houve pelo menos um episódio deselegante. Cardoso de Mello soube de seu afastamento pelo próprio Adhemar, que desembarcou em 24 de abril no Campo de Marte num avião do Exército, vindo de São Lourenço, trazendo uma carta na qual Vargas o apresentava como novo interventor. Ofendido pela grosseria, Cardoso de Melo recusou-se a entregar o cargo diretamente a seu sucessor. No dia seguinte, passou o posto provisoriamente ao general Francisco José da Silva Júnior, comandante da II Região Militar. Adhemar, por sua vez, embarcou de novo no avião do Exército, rumo ao Rio de Janeiro, onde sua posse como interventor federal em São Paulo foi rapidamente oficializada no Ministério da Justiça.

A sobriedade da cerimônia de posse contrastou, ainda no Rio, com uma série de entrevistas à imprensa, nas quais o interventor se apresentou como um profissional liberal, médico, e, ao mesmo tempo, como produtor de café. Em contato direto e descontraído com os jornalistas – uma característica que manteria durante toda a sua trajetória política –, Adhemar se declarou, antes de tudo, um seguidor fiel do pensamento de Vargas. Disse que, à frente da interventoria, pretendia promover o reerguimento econômico do Estado, dando especial ênfase para a cafeicultura, sem, no entanto, esquecer os outros setores da economia. Ciente da necessidade de apaziguar os ânimos regionais e de amenizar a oposição paulista ao Estado Novo, comprometeu-se a administrar independentemente dos partidos e sem perseguir os

[14] VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo-Rio de Janeiro: Siciliano/FGV, 1995, Volume II, p. 109.
[15] REVELAÇÕES de Getúlio sobre a ascenção [sic] política de Adhemar. *O Jornal*. *Rio de Janeiro*, 1° junho 1950. Arquivo do jornal *O Estado de S.Paulo*, pasta 1-055.

funcionários públicos honestos. Ao pontificar sobre a improbidade administrativa, prática da qual seria acusado sistematicamente nas décadas seguintes, prometeu criar "uma espécie de quadro negro, para ali colocar os nomes dos dilapidadores dos cofres públicos, depois de exonerá-los de seus cargos".[16]

De volta a São Paulo, umas das primeiras mensagens do novo interventor, no dia 28 de abril, foi dirigida "aos amigos" da cidade de São Manuel. "Não podia esquecer a minha terra natal, no instante em que assumo o governo de São Paulo, para servir o Brasil."[17] Filho de Antonio Emydio de Barros e de Elisa Pereira de Barros, ambos pertencentes à oligarquia cafeeira paulista, Adhemar, na realidade, nasceu em Piracicaba, pois sua mãe preferiu estar numa cidade com maiores recursos médicos no momento do primeiro parto. Ele considerava-se, porém, natural de São Manuel, como de fato eram seus quatro irmãos mais novos. O município sediava a propriedade da família, a Fazenda Redenção do Araquá, que se estendia por mil alqueires. "Além da sede, a fazenda tinha cem casas para colonos, escola, capela e um pequeno hospital. Era quase uma cidade."[18] Depois de fazer os primeiros estudos na propriedade rural, Adhemar mudou-se para a capital paulista, cursando o Colégio Anglo-Brasileiro. A seguir, entrou para a Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, onde se formou em dezembro de 1923. Paralelamente à faculdade, fez cursos de especialização no Instituto Oswaldo Cruz, conhecido então como Instituto Manguinhos. Em 1923, com a tese *Novas Técnicas de Hysterectomia Subtotal*, ganhou o prêmio Visconde de Sabóia e uma viagem de estudos na Europa. Durante dois anos, fez residência médica na Universidade Popular de Berlim e estágios em hospitais de Paris e de Londres.

Na viagem de retorno ao Brasil, feita no transatlântico Capitão Polônio, conheceu Leonor, com quem se casou em abril de 1927. Filha do jurista Octávio Mendes, professor da Faculdade de Direito de São Paulo, Leonor era uma autêntica representante da elite paulistana, que estudara em colégios tradicionais do período, como o *Des Oiseaux* e o *Americano*. Com o casamento, Adhemar, que tinha as raízes fincadas na oligarquia cafeeira, acabou também criando vínculos com a elite intelectual. Apesar disso, costumava referir-se a si próprio como "um caipira das barrancas do rio Piracicaba". Longe do afluente do Tietê, em um consultório na Praça da Sé, n° 14, no centro paulistano, ele exercia a medicina, quando, em 9 de julho de 1932, São Paulo deflagrou a Revolução Constitucionalista contra o governo federal. Em uma tentativa

[16] BARROS, Frederico Ozanan Pessoa de (org). *Adhemar de Barros interventor*: discursos e entrevistas (abril de 1938 a maio de 1941). São Paulo: Plenário Social Progressista, s.d., p. XXVI.
[17] BARROS, Frederico Ozanan Pessoa, op. cit., p. 18.
[18] CANNABRAVA FILHO, Paulo, op. cit., p. 19.

de resgatar a hegemonia política perdida na Revolução de 1930, que culminou na ascensão de Vargas à Presidência, o movimento paulista visava a reconstitucionalização do País. Com a patente de segundo tenente-médico da reserva, Adhemar se alistou na 2ª Divisão de Infantaria, atuando nas praças de Lorena e Aparecida, onde foi promovido a capitão.[19]

Derrotado o movimento em 20 de setembro, ele partiu para o exílio. Primeiro, no Paraguai. Depois, na Argentina. Em Buenos Aires, se aproximou dos líderes da revolução, em especial do coronel Euclides Figueiredo, seu comandante no Exército Constitucionalista. Na mesma época, tomou gosto pela política. Terminado o exílio, ingressou no Partido Republicano Paulista (PRP), sendo eleito deputado pelo 5º Distrito Eleitoral, com sede em Botucatu, na região de São Manuel. Na Assembléia Legislativa, inaugurou seu estilo polêmico. Sem se incomodar com o tom de voz nasalado e a oratória deficiente, usou a tribuna sem cerimônia. Homenageou combatentes da Revolução de 32, defendeu presos políticos, questionou a condução da economia pelo governo federal, em particular no setor cafeeiro. No plano estadual, comprou uma briga homérica com o diretor do Instituto Butantã, Afrânio do Amaral, acusando-o de graves desvios no gerenciamento da instituição e de orquestrar uma campanha para denegrir a obra científica de Vital Brazil em São Paulo. Ainda na Assembléia, atacou sem medir palavras o então governador Armando de Salles Oliveira, que tinha vínculos tanto empresariais quanto familiares com o jornal *O Estado de S. Paulo*, dando início a uma inimizade que duraria toda a vida.

> *Interventor ou governador do Estado, o sr. Armando de Salles Oliveira tem assinalado a sua passagem pelo governo com a mais evidente desorientação, a mais alarmante incapacidade para dirigir os destinos de um Estado como o nosso, onde os problemas, de rara complexidade, desafiam a argúcia de estadistas experimentados.* [20]

A dinâmica do Estado de São Paulo representava, de fato, um enorme desafio para seus

---

[19] Embora muitos de seus adversários políticos tenham colocado em dúvida a participação de Adhemar na Revolução de 1932 e até mesmo a historiadora Marli Guimarães Hayashi, na dissertação de mestrado "A gênese do ademarismo (1938-1941)", defendida em 1996 no Departamento de História da USP, tenha preferido usar o tempo condicional ao se referir ao episódio, documentos do acervo particular de Adhemar de Barros, doado ao Arquivo Público do Estado de São Paulo em 2001, comprovam sua atuação no conflito. Entre estes documentos estão salvo-condutos, memorandos e cartas, catalogados nas pastas AB 631.03.016, AB 634.04.003, AB 634.04.010 e AB 639.01.025.

[20] Trecho de um dos primeiros discursos proferidos por Adhemar como deputado, "As diretrizes do governo de São Paulo após a revolução de 1930", registrado nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, vol. I, pp. 204-223, em 7 de agosto de 1935, apud BARROS, Frederico Ozanan Pessoa de (org.). *Adhemar de Barros na Assembléia Constituinte e na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s.d., p. 28.

governantes. Em 1938, quando Adhemar assumiu o Executivo paulista, o Estado abrigava 7.131.486 moradores, ou seja, 16,2% da população total do país, que somava 44.115.825 habitantes.[21] Desde o final do século anterior recebia levas de imigrantes, inicialmente para substituir a mão-de-obra escrava nos cafezais, depois para atuar nas fábricas. Embora a industrialização tenha começado de forma simultânea em quase todas as regiões do país, como registra Celso Furtado, as primeiras décadas do século XX já evidenciavam a tendência à concentração em território paulista. Em 1910, o Estado tinha número de operários têxteis similar ao do Nordeste, que abrigara as primeiras manufaturas do setor. Dez anos depois, o censo indicava que 29,1% dos operários industriais estavam radicados em São Paulo. "Em 1940 essa porcentagem havia subido para 34,9, e em 1950, para 38,6."[22] Villela e Suzigan registram informações adicionais ao papel desempenhado pelo Estado no cenário nacional:

> *O Censo Industrial de 1940 veio confirmar o Estado de São Paulo, no ano de 1939, como o principal centro industrial do País, concentrando 28,8% dos estabelecimentos industriais, 34,9% do número de operários, 37,4% da força motriz instalada e produzindo 39,3% do valor adicionado pela indústria do País.* [23]

Num período em que o Brasil passava por uma reviravolta socioeconômica, as mudanças se aguçavam em São Paulo, devido a seu próprio papel na economia nacional. E Adhemar começou sua trajetória política justamente na região mais efervescente do país, quando o modelo agroexportador brasileiro, que vigorara até a República Velha (1889-1930), entrava em declínio, cedendo espaço para um padrão urbano-industrial. A alteração de curso derivava de pressões internas e externas. No âmbito nacional, ocorrera o afastamento da oligarquia cafeeira na condução político-econômica do País. Com a Revolução de 1930, a idéia de nacionalização da economia ganhara hegemonia. O poder passara a ser centralizado no governo federal, assim como os instrumentos da política econômica. No cenário internacional, houve a crise provocada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, que derrubara os preços do café. Dez anos depois, a eclosão da II Guerra Mundial acelerou a caminhada rumo ao chamado processo de industrialização por substituição de importações. A produção industrial brasileira não cresceu durante os anos de guerra, mas o período foi fundamental para a criação da infra-estrutura que permitiu ao país superar a fase de produzir apenas bens manufaturados e passar a fabricar

---

[21] BRASIL. Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política. *Anuário estatístico do Brasil: 1939/1940*. Rio de Janeiro, 1941, v. 5.
[22] FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 32ª ed., 2003, p. 247.
[23] VILLELA, Annibal Villanova; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), 1ª ed, 1973, p. 371.

também bens de produção.

> *Outro dado importante é que, em 1940, 70% dos estabelecimentos industriais brasileiros haviam sido criados a partir de 1930 – evidenciando assim a importância dos arranjos econômicos feitos no país para vencer os efeitos da crise de 1929.* [24]

Um marco desse desenvolvimento em condições adversas foi a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), embora sua implantação tenha ocorrido, em grande parte, com recursos vindos do exterior. Antes disso, gastou-se mais de uma década de estudos e negociações para se concretizar a meta anunciada por Getúlio Vargas assim que assumiu o governo federal, em 1930. O primeiro movimento nesse sentido foi a criação da Comissão Militar de Estudos Metalúrgicos, em janeiro de 1931, no Ministério da Guerra. Várias outras comissões foram formadas e dissolvidas nos anos seguintes. Tantos entraves surgiram na mesa de negociações que Vargas acabou desistindo da opção que, no começo, apresentava-se mais viável – a associação com uma empresa estrangeira, a alemã Krupp ou a americana United State Steel. Com o resto do mundo comprometido com os esforços de guerra, o presidente decidiu então constituir uma empresa nacional, empenhando-se em obter um empréstimo junto ao Eximbank, nos Estados Unidos. Para isso, contou com o apoio do governo norte-americano que, por sua vez, estava atento às informações que vinha recebendo sobre a proliferação de propaganda nazista no Brasil.

> *A interferência direta do Departamento de Estado, preocupado em implementar alianças estratégicas na América do Sul levou o Eximbank a conceder o empréstimo de 20 milhões de dólares para a aquisição das máquinas e equipamentos necessários à indústria brasileira.*[25]

Quando a primeira siderúrgica de grande porte do País foi finalmente criada, em abril de 1941, Adhemar vivia uma fase de alta instabilidade na interventoria. Em apenas três anos como interventor, colecionara adversários e críticos com a mesma intensidade que ganhara fama de administrador dinâmico e ousado. Dois meses depois, em junho de 1941, foi demitido. Ao contrário de seu antecessor, cumpriu todo o ritual de passagem, declarando-se "honrado" em transferir o posto a Fernando Costa, que acabara de deixar o Ministério da Justiça. "Não me despeço do meu povo, porque ao deixar a interventoria federal, a verdade é que volto para o seio

---

[24] D'ARAUJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 42.
[25] MOREIRA, Regina da Luz. *CSN Um sonho feito de aço e ousadia*. Rio de Janeiro: Fundação CSN/Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 2000, p. 30.

dele."[26] A demissão, de fato, não implicou abandono da vida pública. Seria somente um interregno de uma longa carreira política, pois, como Getúlio Vargas, Adhemar se revelara um líder capaz de mobilizar e entusiasmar as classes populares.[27]

Desalojado do Campos Elíseos, Adhemar tratou de pavimentar um caminho próprio para voltar ao poder. Com a convocação das eleições para 1945 e a reorganização dos partidos, ingressou na União Democrática Nacional (UDN). Na agremiação, encontrou forte resistência a seu nome, principalmente por parte de antigos integrantes do Partido Democrático (PD) e do Partido Constitucionalista. Segundo Regina Sampaio, "a tensão chegou ao clímax quando Eduardo Gomes esteve em São Paulo, ocasião em que foi armada toda uma trama no sentido de impedir seu encontro com Adhemar".[28] Impossibilitado de se reunir com o candidato da UDN à presidência da República, Adhemar percebeu a dificuldade em abrir espaço entre os udenistas e decidiu abandonar a legenda para fundar o Partido Republicano Progressista (PRP).[29]

Lançado em setembro de 1945, o PRP teve vida curta. Nas eleições à Assembléia Nacional Constituinte, realizadas em dezembro do mesmo ano, elegeu apenas dois parlamentares: Café Filho, pelo Rio Grande do Norte, e Romeu de Campos Vergal, por São Paulo. Empenhado em criar melhores condições para se lançar candidato ao governo paulista nas eleições seguintes, Adhemar promoveu em 1946 a fusão do PRP com dois pequenos partidos paulistas, o Partido Agrário Nacional (PAN), liderado por Mário Rolim Teles, e o Partido Popular Sindicalista (PPS), comandado por Miguel Reale e José Adriano Marrey Júnior. Dessa fusão surgiu o Partido Social Progressista (PSP), presidido e liderado por Adhemar. A agremiação jamais conquistou hegemonia nacional, mas em território paulista suplantou até os anos 60 os três grandes partidos nacionais: UDN, PSD e PTB. Para Regina Sampaio, "é nessa fase que Adhemar não apenas lança as bases de sua futura máquina partidária, como também define sua imagem como governante e como personalidade política". [30]

À frente do PSP, Adhemar sempre cultivou como meta principal a presidência da República. O primeiro passo bem-sucedido rumo ao Catete foi ensaiado nas eleições de 1947,

---

[26] BARROS, Frederico Ozanan Pessoa de (org.). *Adhemar de Barros:* Discursos e entrevistas – Cinquentenário da Interventoria, op.cit., p. 497.
[27] Em depoimento registrado em 1978, o professor Lucas Nogueira Garcez, antigo aliado de Adhemar, com quem rompeu ao sucedê-lo no primeiro mandato como governador eleito, afirmou à historiadora Regina Sampaio que "querendo um auxiliar que catalizasse a própria liderança popular, Getúlio criou um rival", apud SAMPAIO, Regina, op. cit., p. 46.
[28] SAMPAIO, Regina, op. cit, p. 50.
[29] Em *Adhemar de Barros:* trajetória e realizações, op. cit., Cannabrava Filho lembra que a escolha do nome da sigla "é um lance de marketing, para atrair seus companheiros do velho Partido Republicano Paulista", p. 58.
[30] SAMPAIO, Regina, op. cit, p. 39.

quando ele voltou ao Campos Elíseos, desta vez na condição de governador eleito, ao somar 35,3% dos votos, contra 30,5% do segundo colocado na disputa, Hugo Borghi.[31] No final do mandato, comemorou como mérito próprio a eleição de seu sucessor, o professor Lucas Nogueira Garcez, que fora seu secretário de Obras, além da eleição de 45,5% dos prefeitos do interior pelo PSP. Garcez, no entanto, não demorou a romper com Adhemar, devido a suas constantes tentativas de ingerência no governo, inaugurando uma fase de sucessivas derrotas políticas para o líder do PSP. Sem a máquina estadual trabalhando a seu favor, Adhemar chegou enfraquecido às eleições estaduais de 1954, cujo resultado em São Paulo favoreceu, por pequena margem[32], seu principal opositor, Jânio Quadros, um vereador que ganhara rapidamente projeção ao prometer "varrer" os vícios das administrações ademaristas. Autor de uma biografia de Jânio Quadros, Viriato de Castro reconhece que o rompimento entre Garcez e Adhemar contribuiu para a vitória de Jânio, que assumidamente não tinha programa de governo. "Tinha apenas uma promessa a fazer – trabalho e honradez! E pedia ao povo – dê-me uma vassoura, que a varredura ficará por nossa conta!"[33]

A ascensão de Jânio Quadros coincidiu com um período de grandes turbulências para Adhemar, que começou a enfrentar uma série de processos judiciais, e, no ano seguinte, ficou em terceiro lugar nas eleições para a Presidência da República, vencidas por Juscelino Kubitschek, que alcançou 3.077.411 votos. A segunda posição coube a Juarez Távora, com 2.610.462 votos, seguido por Adhemar, que totalizou 2.222.725 votos.[34] Como sinal de que ainda poderia ter um futuro político, restou a Adhemar contabilizar os votos do Estado de São Paulo, onde "venceu" com 867.320 votos, contra 626.627 de Juarez Távora e 240.940 de Kubitschek. Logo depois das eleições, porém, para evitar a prisão determinada pela Justiça em um processo no qual mais tarde seria inocentado no Supremo Tribunal Federal, Adhemar escapou do País, permanecendo no Paraguai e na Bolívia por cerca de 200 dias.

Ao retornar, com o respaldo de um *habeas corpus*, Adhemar decidiu disputar a prefeitura de São Paulo, enfrentando oposição em seu próprio partido, previamente comprometido a lançar a candidatura de Oscar Pedroso Horta, que acabou disputando a prefeitura pelo Partido Republicano Trabalhista (PRT). O resultado das eleições mostrou que Adhemar estava correto em insistir na própria candidatura. Com mais da metade do total dos votos, a vitória foi fundamental para a sua recuperação política e conseqüente credenciamento a

[31] Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – Departamento de Imprensa Nacional
[32] De acordo com os registros do TSE, Jânio Quadros somou 660.264 votos no pleito, contra 641.960 de Adhemar. Em terceiro lugar ficou Prestes Maia, com 492.518 votos.
[33] CASTRO, Viriato de. *O fenômeno Jânio Quadros.* São Paulo: Edição do autor, 1959, 3ª ed., p. 113.
[34] TSE – Departamento de Imprensa Nacional

vôos mais altos na política nacional. O episódio não escapou da observação do jornalista e escritor Tad Szulc, na época correspondente do *The New York Times* para a América Latina:

> *O controle político da maior e mais rica cidade brasileira, com 3.000.000 de habitantes é, por si só, uma arma poderosa. Não há nada que indique que o Dr. De Barros tenha perdido o interesse na Presidência, apesar de sua derrota em 1955 para o presidente Juscelino Kubitschek.* [35]

A determinação em chegar à presidência, de fato, continuava como prioridade na agenda de Adhemar. Embalado pela resposta do eleitorado paulistano, no ano seguinte ele se lançou candidato a governador, mas perdeu para Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto[36], que contava com o apoio de Jânio de Quadros, de quem fora secretário das Finanças. Mal refeito da derrota no campo estadual, em 1959 Adhemar entrou na campanha pela sucessão de Juscelino Kubitschek, apresentando-se como o "gerente" que o Brasil precisava. Como na primeira disputa presidencial, acaba em terceiro lugar, atrás de Jânio Quadros e do marechal Henrique Teixeira Lott.[37]

Alijado do jogo político, Adhemar fixou residência em Paris em abril de 1961, mas manteve contatos regulares com seus correligionários no Brasil. Em agosto do mesmo ano, com a renúncia de Jânio Quadros e a conseqüente crise político-institucional que se instalou no País, ele voltou a acalentar o sonho presidencial, lançando sua candidatura ao governo de São Paulo no começo de 1962, durante convenção do PSP. Jânio Quadros, por sua vez, também decidiu retomar a vida pública, concorrendo ao mesmo cargo. Desta feita, foi derrotado por Adhemar.[38] E, na condição de governador do Estado de maior importância econômica do país, Adhemar passou a combater abertamente o governo federal, em especial as reformas de base defendidas pelo presidente João Goulart. Com o aumento dos conflitos sociais no país, ele logo se credenciou como um dos líderes civis do movimento que culminou com o golpe militar de 1964, embora tenha se preocupado em não ser o responsável pela deflagração do movimento. Em março de 1964, às vésperas do golpe, o ex-senador Juracy Magalhães, um dos mais ativos conspiradores contra o governo Goulart, se reuniu com Adhemar em São Paulo, buscando apoio

---

[35] SZULC, Tad. De BARROS gains power in Brazil. *The New York Times*, Nova York, 28 março 1957, p. 11. "Political control of Brazil's largest and richest city with 3.000,000 inhabitantes is in itself a powerful weapon. There is nothing to indicate that Dr. de Barros has lost interest in the Presidency despite his defeat in 1955 by Presidente Juscelino Kubitschek."

[36] Segundo o TSE, nestas eleições Ademar contabilizou 1.105.017 votos, contra 1.313.017 de Carvalho Pinto.

[37] Em resultado que indicava o enfraquecimento de Adhemar no cenário político, sua candidatura recebe 2.195.709 votos, sendo superada pela de Lott, com 3.846.825 sufrágios. Jânio, por sua vez, soma 5.636.623 votos, de acordo com o TSE.

[38] Com 1.249.414 votos, Adhemar vence as eleições realizadas em 7 de outubro de 1962. Segundo o TSE, Jânio recebe 1.125.945 votos, ficando em segundo lugar.

para uma possível manobra a ser desencadeada pelo governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda. Em posterior depoimento ao escritor José Alberto Gueiros, Juracy Magalhães contou que "não deixou de se impressionar" pela resposta de Adhemar: "Sim, diga a Carlos que São Paulo está em pé de guerra e secundará o menor Estado do Brasil que se levante, até mesmo o Piauí ou Sergipe. Mas não tomaremos a iniciativa. Não repetiremos 32!"[39]

Nas ruas paulistanas, no entanto, sua disposição para o enfrentamento com Goulart já havia ficado evidenciada na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, uma resposta ao grande comício em favor das reformas de base, ocorrido em 13 de março na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. A marcha, que reuniu cerca de 300 mil pessoas e ajudou a apressar os preparativos do golpe, teve como uma de suas organizadoras Leonor Mendes de Barros, mulher de Adhemar. Dado o golpe, o governador paulista chegou a participar de diversas reuniões para a escolha do novo presidente da República, formalizando seu apoio à indicação do general Humberto Castello Branco.

A aliança com os militares, no entanto, durou pouco. Descontente com "os rumos do movimento", Adhemar passou a governar sob constante ameaça de intervenção federal e sem esperanças de concretizar o sonho presidencial, devido à suspensão das eleições de 1965, para as quais sua candidatura havia sido sacramentada no ano anterior, em convenção nacional do PSP. O desfecho dessa longa crise ocorreu no começo da noite de um domingo de garoa, o dia 5 de junho de 1966, quando o general Amauri Kruel, comandante do II Exército, chegou do Rio de Janeiro trazendo uma prova tipográfica. Era a cópia de uma página da Parte I, da Seção I, do *Diário Oficial* do dia seguinte. Em um decreto de quatro linhas, com base no Ato Institucional n° 2, de 27 de outubro de 1965, o presidente Castello Branco cassava por dez anos os direitos políticos de Adhemar de Barros. "Jamais poderia imaginar que a mesma revolução para cuja vitória tão decisivamente contribuí, arriscando naquela altura a minha vida e este próprio mandato, viesse um dia arrebatar-me os direitos políticos", divulgou Adhemar ainda naquela noite, por meio de um comunicado.[40] Como pano de fundo para sua saída de cena da política nacional, escolheu o salão vermelho do Palácio dos Campos Elíseos, em vez da sede oficial do governo, que ele mesmo havia transferido para o Palácio dos Bandeirantes.

[39] GUEIROS, José Alberto. *O último tenente*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996, p. 315.
[40] DECLARAÇÕES DO EX-GOVERNADOR. *Diário Popular*, São Paulo, 6 junho 1966, p. 1.

1.2. O estilo "para a frente e para o alto"

Em 1950, a principal atração da exposição do Parque Água Branca, em São Paulo, foi o Pinar, um carro produzido à mão, no Rio de Janeiro. Com 52 milhões de habitantes, o Brasil contava com uma frota de 267.734 caminhões, 16 mil ônibus e 276.845 automóveis. Deste total, apenas 50 caminhões haviam sido montados no país, pela Fábrica Nacional de Motores (FNM), do governo federal, em convênio com a empresa italiana Isotta-Fraschini. "Um dos sinais de esperteza dos meninos da época era reconhecer as marcas, modelos e ano de fabricação dos 39 tipos de carros europeus e 37 americanos que circulavam no País", registrou o escritor Ivan Ângelo.[41]

Os motoristas, por sua vez, tinham uma área restrita de circulação, a ser considerar a extensão do território nacional: apenas mil quilômetros de estradas pavimentadas e 125 mil quilômetros de terra. No céu, o tráfego da aviação comercial era intenso, com o Aeroporto de Congonhas relacionado entre os mais movimentados do mundo.[42] Ainda assim, possuir o próprio avião era uma extravagância de poucos abastados, embora na década anterior o empresário Assis Chauteaubriand, dos *Diários Associados*, tivesse liderado uma campanha nacional pela criação de aeroclubes, defendendo a necessidade de formar-se uma geração de pilotos civis no Brasil. Neste cenário, Adhemar de Barros estava na vanguarda. Em 1950, ele trocou seu tradicional bimotor por um Catalina, um hidroavião norte-americano usado pelas empresas aéreas para cruzar a Amazônia, mas muito raro no céu paulista.

Pilotar não representava um problema para ele, que tinha tirado o brevê na Europa, no período que fez cursos de especialização em medicina. E, muito antes de Chateaubriand ter investido na formação de "intrépidos navegadores aéreos", como os pilotos eram chamados pela imprensa, Adhemar havia sido precursor no uso intensivo dos aviões na administração pública e nas campanhas políticas. Aliado ao interesse genuíno pela aviação, a pressa em realizar o levava a acompanhar de perto o andamento de obras, de helicóptero ou avião.[43] Avesso à rotina dos

---

[41] ISTOÉ/SENHOR. São Paulo: 110 anos de industrialização – 1880-1990. São Paulo: Editora Três, fascículo 5, ed. 1160, dezembro 1991, p. 113.

[42] Com 60.226 aterrissagens e decolagens registradas no ano anterior, Congonhas contava com pistas e torre de controle modernas, mas precárias instalações para o embarque e desembarque de passageiros. Em movimentação, ficava em terceiro lugar no mundo, atrás dos aeroportos de Chicago e de Nova York. CONGONHAS ocupa o terceiro lugar entre os mais movimentados aeroportos do mundo. *Jornal de Notícias*, São Paulo, 24 janeiro 1950. Pasta Aeroporto de Congonhas. Arquivo da Editora Três.

[43] BENI, Mário. *Adhemar*, op. cit., p. 101.

gabinetes e determinado a marcar presença, usava os aparelhos para se deslocar rapidamente, participando de cerimônias nos mais diversos pontos do Estado, muitas vezes em cidades nas quais o prefeito era a autoridade de mais alto escalão que os moradores haviam visto de perto.

A estratégia, adotada desde os tempos da interventoria, tornou Adhemar rapidamente conhecido em território paulista. Em um primeiro momento, o interventor deu mostras de estar seguindo à risca a cartilha do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o órgão diretamente vinculado ao presidente da República, que tinha entre as suas amplas atribuições centralizar todos os serviços de propaganda dos ministérios federais e cuidar da promoção de Getúlio Vargas e das autoridades em geral. Como reflexo dessas diretrizes, um cartaz alusivo ao segundo aniversário do governo de Adhemar estampava o interventor paulista à mesa de trabalho, compenetrado na leitura de um documento, tendo ao fundo a imagem de Getúlio ladeada por símbolos da industrialização, como chaminés de fábricas. Logo abaixo da imagem, uma mensagem: "Dois anos de governo. Dois anos de trabalho pela grandeza do Brasil". [44]

Getúlio, que já tivera uma recepção calorosa em visita feita ao Estado três meses depois da posse do interventor, participou das comemorações como convidado de honra. O ponto alto da festa teve como palco o Estádio do Pacaembu, com capacidade para 70 mil pessoas. A construção do estádio, sonho acalentado por mais de duas décadas por esportistas do Estado, se tornara realidade graças à atuação do prefeito Francisco Prestes Maia, nomeado por Adhemar. Aclamado pela população, Getúlio pareceu considerar encerrado o ciclo de hostilidades e ressentimentos aguçado pela derrota paulista em 1932. "Partida para São Paulo. Acolhido festivamente. Grandes comemorações do segundo aniversário do governo do interventor Ademar de Barros: inauguração do Estádio Municipal, parada e desfile militar, grande banquete das forças conservadoras",[45] registrou em seu diário. Na visita citada anteriormente, que também incluíra banquetes e acolhida festiva ao desfilar em carro aberto pelas ruas do centro paulistano tomadas pela população, Getúlio terminara suas anotações com uma incógnita quanto ao futuro imediato: "Creio que esta viagem desfará todas as dúvidas e equívocos sobre o apoio de São Paulo ao governo. Limito-me, assim, a esta anotação, aguardando os acontecimentos posteriores".[46]

Se restaram dúvidas ao mandatário, elas foram desfeitas na viagem posterior. O detalhe crucial é que, ao mesmo tempo que ajudava a construir a figura pública de Getúlio, Adhemar

---

[44] DOIS ANOS DE GOVERNO. DOIS ANOS TRABALHANDO PELA GRANDEZA DE S. PAULO E DO BRASIL. São Paulo: Diretoria de Publicidade e Propaganda do Estado de São Paulo, abril de 1940.
[45] VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo-Rio de Janeiro: Siciliano/FGV, 1995, Volume II, p. 309.
[46] Ibidem, p. 148.

cuidava com esmero da própria imagem. Por iniciativa da máquina montada pelo interventor, cada obra era festejada com toda pompa e circunstância, do lançamento da pedra fundamental à inauguração. Nenhuma efeméride passava em branco. Esta orientação transformou abril o mês mais festivo de São Paulo. No dia 19, comemorava-se o aniversário de Getúlio Vargas, seguindo orientação do DIP. No resto do País, as festividades terminavam naquela data. Em São Paulo, elas duravam pelo menos uma semana. No dia 22 comemorava-se o aniversário de Adhemar de Barros. Cinco dias depois, os festejos se deviam à data de sua posse na interventoria.

O uso intensivo da propaganda e a mobilidade que permitia sua participação em atividades nos mais diversos pontos do País mantiveram-se uma constante na carreira política de Adhemar. Aliada à propaganda oficial, ele também recorria ao rádio, ao cinema, à música e à imprensa para divulgar suas realizações. No rádio, veículo de maior amplitude nas décadas de sua vida pública, apresentava o programa *Palestra ao pé do fogo*, destinado em particular aos moradores do interior, no qual "prestava contas" de seus atos públicos. Falava geralmente de improviso aos "patrícios e amigos", mas uma página datilografada com o encerramento de um dos programas, encontrada em seu acervo sem registro de data, dá uma amostra do tom de *Palestra ao pé do fogo*:

> *Somos todos transitórios na vida de nosso torrão abençoado. Mas a construção do amanhã dependerá do grão de areia que tivermos conduzido hoje. O grão de areia que se espera de mim pesa mais do que aquele que de vós se reclama. Com ele, entretanto, poderá contar minha terra, porque, para transportá-lo, estou amparado por uma Fé que não morre.*[47]

Nas telas de cinema, o político paulista reforçou a associação de sua imagem com a dos bandeirantes, também largamente explorada em discursos, panfletos e músicas.[48] Entre 1946 e 1956, Adhemar foi a figura central do cinejornal *Bandeirante na Tela*. Assim como o precursor *Cinejornal Brasileiro* visou popularizar Getúlio Vargas e seu governo durante o Estado Novo, *Bandeirante na Tela* cultivava a imagem de Adhemar como um homem empreendedor, moderno, próximo da população, empenhado em encontrar soluções para os desafios de seu tempo e incentivador das atividades assistenciais promovidas por sua mulher, apresentada como dona Leonor. A diferença fundamental entre os dois noticiários destinados ao cinema estava em

[47] *MEUS CAROS PATRÍCIOS*. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo particular Adhemar de Barros. Documento AP 632.02.001.

[48] Entre outros exemplos de construção da imagem de Adhemar como a de uma espécie de "bandeirante moderno" está a marchinha "Invencível Bandeirante", de João Guttemberg de Paula Piloto, cujas partitura e letra se encontram no acervo Adhemar de Barros, no Arquivo Público de São Paulo. Documento AP 647.01.004.

sua produção. Enquanto o orçamento para realizar o *Cinejornal Brasileiro* vinha do governo federal, por meio do DIP, *Bandeirante na Tela* era "um investimento ligado a uma instituição, o PSP, com Adhemar de Barros à sua frente".[49]

No decorrer de sua trajetória, Adhemar cunhou expressões como "para a frente e para o alto", "fé em Deus e pé na tábua" e "São Paulo não pode parar". Em 1955, época em que o marketing político engatinhava no país, ele contratava os serviços de uma empresa pioneira, especializada na área, a Propago. O departamento musical da agremiação que criara e comandava, o Partido Social Progressista (PSP), contava com nomes importantes da música popular brasileira, como Aracy de Almeida, Ataulfo Alves, Benedito Lacerda, Herivelto Martins e Pixinguinha. [50] Em sua primeira campanha à presidência da República, entre outras músicas, o departamento citado respondeu pela gravação e divulgação de *Mar de Rosas*[51]:

Amazonas vai secar

Ceará não vai chover

São Paulo vai parar

Se Adhemar não se eleger

Com Adhemar, todo Norte

Com Adhemar, todo Sul

Com Adhemar, um mar de rosas

E o Brasil um céu azul

Minha gente, vamos votar

E eleger doutor Adhemar

Pois com ele no Catete

Tudo há de melhorar

A cena musical brasileira, no entanto, era marcada pela diversificação. O fato de trabalhar para partidos não limitava a criatividade de muitos artistas, mesmo porque a maioria deles usava pseudônimos em seus trabalhos políticos. No mesmo ano do lançamento de *Mar de Rosas*, a marchinha *Caixinha Abençoada*, de Herivelto Martins e Benedito Lacerda, em gravação de Nélson Gonçalves, estourou nas rádios. De imediato, um grupo mais próximo de

[49] ARCHANGELO, Rodrigo. *O político encena: um exercício de compreensão histórica dos cinejornais*. Orientadora: Maria Luiza Tucci Carneiro. PDA da FFCH-USP, documento 91, p. 5.
[50] 50 ANOS de memória brasileira: 1934-1984, op. cit., p. 11.
[51] Ibidem, p. 11.

correligionários alertou o político para o "perigo" que a letra da canção poderia representar na campanha. Adhemar deu gargalhadas. "Quem tem lombriga assustada não serve para andar comigo"[52], respondeu. E saiu cantarolando a música. Ao final de uma campanha que, obviamente, envolveu componentes políticos mais complexos do que marchinhas, Juscelino Kubitschek foi eleito presidente, prometendo realizar no governo "Cinqüenta Anos em Cinco". Adhemar ficou em terceiro lugar na disputa, mas continuou investindo no departamento musical de seu partido. Cinco anos depois, em nova campanha presidencial, lançou *Vamos Saudar Adhemar*[53]:

Hip, hip, hurra

Hip, hip, hurra

Hip, hip, hurra

Vamos todos saudar Adhemar

Hip, hip, hurra

Que o nosso país vai governar

Hip, hip, hurra

Esse é o braço varonil

Que ecoa pelos céus do Brasil

E com coro nós vamos saudar

Hip, hip, hurra

Adhemar, Adhemar, Adhemar

Mais uma vez, Adhemar terminou a disputa eleitoral em terceiro lugar. O eleito para o Palácio do Planalto foi Jânio Quadros, que havia escolhido como símbolo de campanha uma vassoura com a qual prometia varrer a corrupção do Brasil. Como contraponto à música janista *Varre, varre*, o marechal Henrique Teixeira Lott lançou *Vassoura Americana*, que desvalorizava a vassoura de "piaçaba americana" e enaltecia a espada do marechal, feita de "aço nacional". Lott ficou em segundo lugar na preferência dos eleitores. Nas eleições seguintes, em 1962, Adhemar conquistou pela segunda vez nas urnas o governo do Estado de São Paulo, derrotando justamente Jânio Quadros. No plano federal, a turbulência provocada pela renúncia de Jânio à Presidência havia se aguçado no governo João Goulart. A propaganda de Adhemar, portanto,

[52] LARANJEIRA, Carlos, op. cit., p. 152.
[53] 50 ANOS DE MEMÓRIA BRASILEIRA, op. cit., p. 13.

deixou a orientação tradicional – apresentá-lo apenas como o homem "progressista" e "realizador" – e passou a acentuar "a imagem do patriarca com a chamada 'política do amor' que promete 'paz' e 'tranquilidade'."[54]

No que diz respeito à televisão, uma peça publicitária protagonizada pelo político paulista teve grande repercussão ao ser veiculada, em 1957, durante campanha vitoriosa para a Prefeitura da cidade de São Paulo. Tirava proveito da absolvição do político no ano anterior pelo Supremo Tribunal Federal em processo cujo julgamento no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo culminara com sua condenação à pena de dois anos de reclusão e à interdição dos direitos políticos por cinco anos. Ao descrever as cenas exibidas na televisão, Viriato de Castro considera que "os homens da publicidade fizeram, realmente, hábil propaganda do líder populista, o que lhe valeu a vitória":

> *E isso foi possível porque Adhemar era pôsto no vídeo da televisão rodeado por tôda família, com as crianças à sua volta (já é avô). Depois, aparecia na televisão um retrato de Adhemar, sôbre o qual atiravam lama. Acompanhando a cena, uma voz exclamava: "Foi ultrajado!". Na seqüência apareciam as principais obras realizadas por Adhemar e a frase: "O preço da glória foi amargo: foi traído!" e, ato contínuo, surgia o punhal da traição. Depois, sombras sinistras surgiam: "A cólera dos infames" – "a tudo resistiu Adhemar" – "Que tinha confiança na justiça de seu tempo e na justiça divina", etc. E terminava a propaganda assim: "Adhemar não volta para descansar (só os covardes descansam!) o povo paulista precisa de um prefeito".*[55]

A exploração do próprio carisma, seja por meio da propaganda, seja pelo contato freqüente e direto com a população, apresentando-se como a solução para seus problemas, renderam críticas a Adhemar como líder "populista", como entendido na obra de Viriato de Castro. Mesmo depois de sua morte, o nome de Adhemar costuma ser vinculado ao adjetivo, no sentido de manipulador das massas, como registrou Ronaldo Conde Aguiar, referindo-se à análise feita pelo político mineiro Tancredo Neves: "O populismo, observou Tancredo, seria uma espécie de contrafacção do getulismo, uma deformação praticada, por exemplo, por gente como Ademar de Barros e Jânio Quadros"[56]. O termo populismo, no entanto, demanda reflexões, por tratar-se de um conceito muito amplo, empregado para definir situações históricas completamente diversas. Apenas na América Latina, é usado para se referir a governos que incluem Getúlio Vargas e João Goulart, no Brasil; Juan Domingo Perón, na Argentina; Lázaro

---

[54] WEFFORT, Francisco. Raízes sociais do populismo em São Paulo. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, n° 2, maio 1965, p. 56.
[55] CASTRO, Viriato. *O ex-leão de São Manoel:* Adhemar. São Paulo: Edição do autor, 1960, p. 28.
[56] AGUIAR, RONALDO CONDE. *Vitória na derrota*: A morte de Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004, p. 82.

Cárdenas, no México; Víctor Paz Estensoro e Hernán Siles Zuazo, na Bolívia; e José Maria Velasco Ibarra , no Equador.

Ianni e Weffort entendem o populismo como um fenômeno que passa necessariamente pelo estudo de situações concretas. Ambos analisam a experiência brasileira a partir da crise de hegemonia política desencadeada pelo fim da República Velha. O Estado, antes controlado pelo setor agroexportador, precisou refazer o bloco de poder. Como os grupos dominante urbanos não haviam conseguido substituir integralmente as oligarquias agrárias no domínio político, abriu-se espaço para as classes populares que emergiram junto com o desenvolvimento urbano e industrial. Os movimentos das massas emergentes, no entanto, só ganham sentido "quando identificados com uma pessoa, isto é, um líder"[57], afirma Ianni. E as relações entre o líder e essa massa não se limitam nem ao carisma do líder nem à ingenuidade de seus seguidores, supostamente suscetíveis a toda sorte de manipulação, como acreditavam os ideólogos nacionalistas. Na verdade, é um movimento de mão dupla: ao mesmo tempo que recorre a artifícios para conseguir o apoio das massas, Adhemar satisfaz antigas aspirações dos trabalhadores. "Barros conseguiu manter-se, apesar do duro ostracismo que sofreu depois de 1950, porque, de uma ou de outra forma, conseguiu manter as esperanças desta massa".[58]

Ainda assim, não se pode creditar apenas ao fenômeno do populismo o desempenho de Adhemar e de seus governos junto à população. Pelo menos dois outros fatores foram determinantes em sua carreira política: a criação de uma sólida estrutura partidária e o estabelecimento de planos de desenvolvimento econômico.

Partido criado por Adhemar para abrir o espaço não conquistado entre as agremiações políticas consolidadas, o PSP funcionou como um suporte fundamental em sua estratégia para alcançar o poder. Ao analisar o papel do PSP na carreira de Adhemar, Regina Sampaio faz uma clara distinção entre o que denomina de pessepismo e o que chama de adhemarismo, ressaltando que correspondem, respectivamente, às bases partidárias e eleitorais do político. Para a autora, o pessepismo envolve a montagem de uma máquina partidária clientelista, voltada para as regiões menos urbanizadas e para setores urbanos cujo eleitorado se pautava por padrões mais tradicionais. Mais abrangente que o pessepismo, o adhemarismo, ainda segundo Regina Sampaio, baseava-se no estilo pessoal de Adhemar e voltava-se para as massas urbanas trabalhadoras. Havia, porém, uma relação de interdependência entre o carisma do líder e sua

[57] IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988, p. 61.

[58] WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira.* 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1980, p. 32.

máquina partidária. “Sem dúvida, o prestígio ademarista constituía o principal fator de solidariedade partidária, entretanto a máquina pessepista funcionou como um sustentáculo organizacional sem o qual, o apelo ademarista correria o risco de se diluir.”[59]

Outro fator característico das administrações de Adhemar – a elaboração de planos de desenvolvimento econômico – chegou a ser objeto de relatório da CIA, a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos. Com base em documentos de Estado arquivados na Biblioteca Lyndon Baines Johnson, em Austin, no Texas, Marcos Sá Corrêa mostrou que a agência acompanhava de perto a tentativa do então governador de planejar e executar projetos de cooperação econômica envolvendo todos os Estados brasileiros. A informação consta de um perfil de Adhemar preparado pela agência de inteligência que integra os anexos de um estudo sobre a situação econômica brasileira enviado em 1964 pela CIA a McGeorge Bundy, assessor especial do presidente Lyndon Johnson para assuntos de segurança nacional.

No programa citado pelo relatório, chamado Aliança Brasileira para o Progresso, os interesses americanos estavam em jogo e não apenas pelo cenário político brasileiro como um todo. A iniciativa de Adhemar era calcada no programa Aliança para o Progresso, lançado pelo governo John Kennedy em reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA) em agosto de 1961, para fomentar o desenvolvimento dos países-membros a partir de financiamentos obtidos nos Estados Unidos. A proposta norte-americana não prosperou no governo João Goulart. O mesmo destino teve o programa do governador paulista, como registra relatório da CIA, ao discorrer sobre Adhemar:

> *Alinhando-se com a política americana, em abril de 1963, lançou uma Aliança Brasileira para o Progresso, que deveria proporcionar apoio financeiro a áreas subdesenvolvidas do Brasil, particularmente o Nordeste, com recursos internos provenientes principalmente da área de São Paulo. O projeto recebeu de início o apoio entusiástico das altas autoridades da Igreja e de destacados representantes do comércio, mas desde então perdeu o pulso.* [60]

Melhor sorte tiveram planejamentos realizados em outras fases de sua carreira, a começar pelo período como interventor, quando reuniu lideranças de diversos setores para discutir formas de amenizar os efeitos da II Guerra Mundial sobre a economia de São Paulo. A partir dessa experiência, criou o Conselho de Expansão Econômica, que ajudava a traçar e executar diretrizes para o setor produtivo, além de realizar prognósticos sobre grandes projetos

[59] SAMPAIO, Regina, op. cit. p. 154.
[60] CORRÊA, Marcos Sá. Os brasileiros vistos pela CIA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 dezembro 1976. Especial 1964 -Visto, anotado e comentado pela Casa Branca, p. 6.

do governo que dependessem de material importado dos países envolvidos na guerra. Em suas palavras, o conselho seria "um baluarte" para a renovação do Estado, com a incumbência de "orientar, incentivar e criar a riqueza"[61]. Presidido pelo próprio Adhemar, o conselho era composto por representantes de diversos setores da economia, entre eles Roberto Simonsen, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Três anos depois da instalação do órgão consultivo, em sua 38ª sessão ordinária, Adhemar prestou contas aos conselheiros sobre as iniciativas do governo para o reerguimento de duas regiões do Estado especialmente marcadas pela decadência econômica: o Vale do Paraíba e o Vale do Ribeira. Uma das medidas adotadas foi a melhoria da infra-estrutura para o escoamento da safra agrícola dessas regiões, cujo empobrecimento das terras havia coincidido com a abolição da escravatura. No Vale do Paraíba, a conjunção dos dois fatores "fez com que sua exploração sem o braço escravo se tornasse pouco vantajosa" e "trouxe como conseqüência o deslocamento de suas populações para regiões mais férteis"[62]. A outra iniciativa citada por Adhemar para o reerguimento dessas regiões foi o estímulo à industrialização, sendo que no Vale do Ribeira havia sido inaugurada, "pela primeira vez no Brasil, sob os mais rigorosos preceitos técnicos, a indústria do chumbo, fornecendo já vultosa contribuição ao consumo de São Paulo".[63]

Extinto com a saída de Adhemar da interventoria, o Conselho de Expansão Econômica retomou suas atividades em 1947, quando seu presidente voltou a ocupar o Executivo do Estado. Quase duas décadas depois, em sua última passagem pelo governo paulista, Adhemar se pautou pelo Plano de Desenvolvimento Integrado (Pladi), preparado para o triênio 1964-1966, com base em estudos e projeções para a população e a economia paulistas até 1970. As diretrizes para o Executivo relacionadas no Pladi vão da elaboração e execução de uma campanha para incrementar o turismo nas estâncias balneárias à concessão de financiamentos para a expansão da indústria de base, passando pela construção da Auto-Estrada Oeste, a atual rodovia Castello Branco. Ao ressaltar que as prioridades relacionadas no plano haviam sido estabelecidas de acordo com uma conjuntura socioeconômica sujeita a mutações, o documento registra que "as prioridades serão anualmente revistas", visando a "aplicação racional dos recursos disponíveis".[64]

---

[61] BARROS, Frederico Ozanan Pessoa de, op. cit., p. 118.
[62] BAPTISTA, Caio Dias. *Aspectos do Vale do Paraíba e do seu reerguimento iniciado no Governo Adhemar de Barros*. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1941, p. 12.
[63] BARROS, F. O. P. op. cit., p. 394.
[64] SÃO PAULO. Gabinete do Governador. *Plano de Desenvolvimento Integrado – Pladi*: Govêrno Adhemar de Barros. São Paulo, 1964, p. 371.

O último item das diretrizes para o Executivo é justamente a constituição da Aliança Brasileira para o Progresso, o programa mencionado no relatório da CIA. "A vocação de brasilidade que animou as bandeiras, responsáveis pelo alargamento das fronteiras pátrias, continua viva nos paulistas de hoje"[65], registra o documento. Na realidade, as iniciativas de Adhemar para expandir a sua própria influência além das fronteiras paulistas e brasileiras vinham de longa data. Assim que se instalou pela primeira vez no Palácio Campos Elíseos, ele estabeleceu o costume de convidar para visitas oficiais ao Estado embaixadores estrangeiros radicados no Rio de Janeiro, a capital da República. Sem a intermediação do Ministério das Relações Exteriores, promovia concorrida programação para os diplomatas convidados, a começar por reuniões, durante o dia, na Federação das Indústrias e na Associação Comercial.

> *À noite, banquete – obrigatória a casaca – com a presença de todo o seu secretariado e de homens de empresa de São Paulo. Este sistema criou-lhe não poucas críticas, chegando a ser advertido pelo Itamarati do então Estado Novo. Diziam até que estava transformando São Paulo em nação, dentro da nação. De qualquer maneira propiciava contatos interessantes para o meio econômico de São Paulo, projetando-o nos países cujos diplomatas eram seus hóspedes oficiais.* [66]

O contato com representantes de governos estrangeiros não se limitava aos períodos nos quais estava investido de cargos públicos. Fora do poder, Adhemar costumava passar meses em turnês internacionais, conhecendo de perto personalidades políticas e projetos desenvolvidos por seus governos. Falava em nome do Brasil, batendo sempre na tecla da necessidade de incrementar o intercâmbio comercial e de tecnologia entre os países, como fica evidenciado em viagem feita aos Estados Unidos e ao México em 1951. Freqüentemente, aparecia na imprensa internacional como potencial presidente do Brasil. "O que o Brasil precisa dos Estados Unidos não é dinheiro, mas cooperação técnica. Esta é a opinião do dr. Adhemar de Barros, ex-governador do Estado de São Paulo e muito provavelmente o próximo presidente do Brasil", afirmou o *The Houston Post* em junho de 1951.[67]

No ano seguinte, Adhemar passou quatro meses na Europa, visitando 11 países e suas principais lideranças políticas. *A Época*, jornal de sua propriedade, publicou pelo menos dois artigos sobre o périplo. No primeiro, assinado desde Londres, estampa duas fotografias do político paulista com o primeiro-ministro Winston Churchill e reproduz comentários da

---

[65] Ibidem, p. 481.
[66] BENI, Mario, op. cit., p. 68.
[67] TECHNICIANS HELD BRAZIL'S BIG NEED. *The Houston Post*. Houston, EUA, p. 6, 28 junho 1951. "What Brazil needs from U.S. is not money but technical co-operation. That is the opinion of Dr. Adhemar De Barros, former governator of Sao Paulo province and very likely the next president of Brazil."

imprensa britânica. Segundo *A Época*, jornalistas de Londres escreveram que Adhemar teria causado boa impressão no país por "ser um homem que sabe o que quer e por que quer", por "conhecer os problemas do Brasil e a situação internacional" e ainda ter "a vantagem de falar bem o idioma inglês e de fazê-lo com senso de humor"[68]. O segundo artigo relata a passagem de Adhemar pela Espanha, onde se encontrara com o general Francisco Franco e com autoridades da área econômica da ditadura implantada no país 14 anos antes.[69]

Com relação à imprensa nacional, Adhemar enfrentou oposição sistemática do tradicional *O Estado de S.Paulo* desde que comandou a ocupação do jornal, durante o Estado Novo. Em contrapartida, foi dono de jornais em São Paulo (*A Época*, *A Platéia*, *Jornal de São Paulo*, *A Notícia* e *O Dia*) e no Rio de Janeiro (*A Notícia*, *O Dia*). Possuiu também emissoras de rádio na capital paulista (Bandeirantes e América) e no Rio de Janeiro (Guanabara). Além de ter controle direto sobre esses veículos de informação, ele lançou mão de recursos pouco ortodoxos para aparecer ou não aparecer na imprensa, de acordo com sua conveniência.

Um episódio revelador dos métodos que adotou está relatado nas memórias do jornalista Samuel Wainer. Ocorreu em 1949, quando Wainer estava no auge de sua carreira como repórter dos Diários Associados. No dia 2 de março, ele publicara, com o título "Eu voltarei como líder de massas", uma histórica entrevista com Getúlio Vargas, que se retirara para São Borja (RS) e não dava declarações a jornalistas desde as eleições gerais de 1945. Naquele dia, a tiragem de *O Jornal*, carro-chefe da empresa, saltou de nove mil para 180 mil exemplares e esgotou. Republicada pelo *Diário da Noite*, a entrevista provocou a venda de outros 180 mil exemplares.[70] Poucas semanas depois, Adhemar procurou Assis Chateaubriand, propondo que Wainer o entrevistasse, a bordo de um avião.

> *Ele achava que, a 3.000 metros de altura e registradas por mim, suas declarações alcançariam enorme efeito. Esperto, Chateaubriand respondeu-lhe que a entrevista seria feita desde que Adhemar pagasse 300 contos de réis – uma fortuna para a época. Adhemar concordou. Chateaubriand chamou-me, revelou-me o acerto e informou que eu receberia uma comissão de 20%. Era tanto dinheiro que, com essa comissão, comprei um apartamento para minha primeira mulher na avenida Atlântica, no Rio.*[71]

Publicada em nove páginas na revista *O Cruzeiro*, a reportagem tem como fotografia

---

[68] ADHEMAR a Churchill. *A Época*. São Paulo, 14 setembro 1952. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo particular Adhemar de Barros. AP 643.09.001.
[69] MAIOR expansão do comércio entre o Brasil e a Espanha. *A Época*. São Paulo, 4 outubro 1952. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo particular Adhemar de Barros. AP 643.12.001.
[70] WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*: Memórias de um repórter. 6ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 1988, p. 25.
[71] Ibidem, p. 29.

de abertura Adhemar de Barros ao manche de seu bimotor Beechcraft, com Samuel Wainer no assento originalmente destinado ao co-piloto[72]. O texto, por sua vez, começa respaldado pela "opinião insuspeita e objetiva" do jurista Afonso Arinos de Melo Franco que, ao analisar a crescente popularidade do governador em São Paulo, havia afirmado anteriormente que não se deveria subestimar o "fenômeno Ademar". Involuntariamente, Afonso Arinos, um dos líderes da UDN, também contribuiu para dar título à reportagem, na qual o jornalista relata dois dias de viagem pelo interior paulista ao lado de Adhemar, às vésperas das eleições marcadas em 64 novos municípios paulistas.

Pelo relato de Wainer, em dois dias – viajando de avião, automóvel e cavalo –, Adhemar percorreu dois mil quilômetros, compareceu a 15 comícios e três banquetes, dormindo de quatro a cinco horas por dia. Segundo Weiner, durante a intensa jornada, em nenhum momento Adhemar demonstrou cansaço ou perdeu o bom-humor. Da mesma forma, ressalta que "a assistência" também não deu nenhuma demonstração de cansaço nem de tédio, o que, para o jornalista, não se explicava apenas pela oratória do político. "A verdade é que, além de saber falar ao povo, o Sr. Ademar de Barros sabe o que lhe dizer"[73], registra Weiner.

Ilustrada com 19 fotografias assinadas por Roberto Maia, a publicação apresenta o governador sempre em contato com a população. Em uma das fotos, Adhemar aparece rodeado por descendentes de japoneses, etnia que havia sofrido toda sorte de discriminação durante a II Guerra Mundial. Essa imagem está acompanhada da seguinte legenda: "A guerra já acabou. Os 'nisei' também querem saber como será utilizado o seu voto". Finalmente, resta destacar que, ao apresentar sua reportagem na revista, Weiner esclarece que já havia publicado em *O Jornal* e "demais órgãos associados" declarações feitas sobre Adhemar a respeito do momento político nacional, mas que a limitação de espaço na imprensa diária não havia lhe permitido divulgar outros ângulos reveladores de sua ação política, "especialmente os aspectos que se ligam à sua dinâmica atuação direta na conquista do apoio popular"[74].

Outro jornalista que experimentou a força de Adhemar junto à imprensa – e, mais especificamente, junto a Assis Chateaubriand – foi Jorge Ferreira. Em 1949, aos 25 anos, Ferreira havia começado a trabalhar na sucursal paulista de *O Cruzeiro*, trazendo na bagagem a experiência de repórter que publicara no jornal *Diário de Notícias* uma série de grande repercussão sobre a Amazônia, onde passara três meses. Disposto a fazer uma estréia em grande

[72] Idem. O Fenômeno Ademar. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 9 abril 1949, p. 58.
[73] Ibidem, p. 66.
[74] Ibidem, p. 59.

estilo em *O Cruzeiro*, o jornalista decidiu apurar em profundidade o esquema que envolvia a jogatina clandestina em São Paulo. Embora os jogos de azar estivessem proibidos em todo o território nacional desde abril de 1946 pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, em São Paulo, governado por Adhemar de Barros, o decreto-lei era ignorado.

Na sucursal paulista da revista, a expectativa em torno da reportagem era grande, aumentando ainda mais quando Ferreira foi chamado à sede, no Rio de Janeiro, para participar da edição do material apurado. Na volta, o jornalista anunciou aos colegas que o trabalho sairia em 14 páginas, na abertura da revista. Semanas se passaram sem que nenhuma linha sobre o assunto fosse publicada, até que Chateaubriand comunicou a Ferreira, sem rodeios, o destino do material: "Meu filho, você é um bom repórter. Mas escolha um lugar em que você queira passar uns seis meses, porque eu passei a sua reportagem nos cobres"[75]. Em *Cobras Criadas*, o jornalista estima que Adhemar deve ter desembolsado uma pequena fortuna para barrar a publicação de seu trabalho, mas faz questão de ressaltar que ele não viajou para lugar nenhum nem recebeu nenhum valor adicional ao salário. Decidido a manter o emprego, também não reclamou da venda da matéria: "Ele me poria no olho da rua, e *O Cruzeiro* era o astro do jornalismo brasileiro. Eu aceitei a regra do jogo".[76]

1.3. Sem medo de ousar

Durante quase 15 anos – não consecutivos –, Adhemar de Barros esteve à frente do Executivo em São Paulo. Foram três gestões no governo do Estado, a primeira delas como interventor, e uma como prefeito da capital. Durante esse período, seu estilo empreendedor se refletiu na realização de obras de grande porte e interesse social. Em 1950, quando ele havia comandado o governo paulista por duas ocasiões, um livro primorosamente editado, repleto de fotografias e "elaborado com a colaboração oficial das secretarias de Estado e Prefeitura Municipal", relacionou as principais realizações do político paulista: rodovia Anchieta, rodovia

[75] CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras criadas*: David Nasser e *O Cruzeiro*. 1ª Edição. São Paulo: Editora Senac, 2001, p. 238.
[76] Ibidem, p. 238.

Anhanguera, aeroporto de Congonhas, viaduto do Gasômetro, eletrificação da estrada de ferro Sorocabana, Hospital das Clínicas, Instituto Adolfo Lutz, Hospital de Juqueri, Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, Palácio Boa Vista, entre dezenas de pequenas obras, como grupos escolares e postos de saúde. "Governar é abrir estradas!", destaca a publicação em alto de página, referindo-se à máxima de Washington Luís que Adhemar gostava de repetir. No texto, ao repetir a citação, o autor compara os dois administradores:

> *"Governar é abrir estradas", disse, certa vez, quando chefe do Governo Paulista, o exmo. Sr. Dr. Washington Luiz Pereira de Souza! E se bem que governar é abrir estradas, como classificar então o Governo dinâmico de Adhemar de Barros, que além de cortar o Estado, em todos os sentidos, de maravilhosas estradas, de moderníssimas rodovias, deu ainda a São Paulo, Capital e interior, essas centenas, talvez milhares de escolas, de hospitais, de postos de saúde, de organizações assistenciais, de realizações executadas exclusivamente em benefício do povo?* [77]

Exaltação à parte, Adhemar de fato se destacou por suas realizações. E, se governar é abrir estradas, ele seguiu com precisão a cartilha de Washington Luís, com a vantagem de ter começado a atuar na vida pública no final dos anos 1930, quando se inaugurou um novo ciclo na expansão rodoviária do país, coerente com o incremento progressivo do comércio, da indústria e da urbanização. Nesse setor, a obra de maior projeção foi a rodovia Anchieta, entre São Paulo e Santos. Um trajeto de apenas 55,5 quilômetros, cuja construção representou um enorme desafio para a engenharia e superou séculos de dificuldades na comunicação entre os dois pólos.

Nos primórdios da colonização portuguesa, o transporte de mercadorias desembarcadas no porto de Santos com destino ao Planalto do Piratininga, onde crescia um povoado, era feito pelos índios, em trilhas que atravessavam a Serra do Mar. Com a transformação do povoado em vila e, posteriormente, em cidade, o volume de cargas aumentou gradativamente, sendo transportado em lombo de mulas. Em 1792, para tornar segura e regular a passagem dos tropeiros, foi inaugurada a Calçada do Lorena, uma estrada pavimentada com lajes de pedra, idealizada e executada pelo Corpo Real de Engenheiros Portugueses.

Posteriormente, construiu-se uma estrada com novo traçado na mesma região, para permitir o tráfego de diligências e veículos de eixo móvel. Conhecida como Estrada da Maioridade, em homenagem à emancipação de dom Pedro II, a obra passou por sucessivas reformas nas décadas seguintes. Nenhuma das melhorias, no entanto, criou infra-estrutura

---

[77] BARBOZA, Claudemir M. *Realizações do governador Adhemar de Barros*. São Paulo: [s.n.], 1950, p. 9. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo particular Adhemar de Barros.

suficiente para atender ao crescente fluxo de automóveis e à demanda de escoamento da produção cafeeira. No começo dos anos 1930, existiam mais de 70 mil veículos registrados no Estado de São Paulo, 26 mil deles caminhões.[78] Mesmo neófito em administração pública, Adhemar era sensível à necessidade de estabelecer uma nova ligação entre o planalto e o litoral. Logo que assumiu a interventoria, colocou em prática estudos que começaram a ser feitos em novembro de 1934, apenas quatro meses depois da criação do Departamento de Estradas e Rodagens (DER). Encontrava-se amparado por decreto assinado em maio de 1935 pelo governador Armando de Salles Oliveira, que previa a construção de uma nova estrada entre São Paulo e Santos e permitia ao governo estadual contratar financiamentos para as obras.

> *Os novos padrões eram de tal forma ambiciosos para a época, que o secretário de Viação e Obras Públicas, Guilherme Winter, foi chamado ao Rio de Janeiro (então a capital da República), para explicar às autoridades do Estado Novo porque estava construindo uma obra desnecessária e de custo acima dos recursos do Estado de São Paulo.* [79]

Mesmo com o ritmo das obras afetado por restrições econômicas decorrentes da eclosão da II Guerra Mundial, cerca de um ano antes de ser afastado da interventoria, Adhemar esteve à frente de uma carreata de inspeção da rodovia. Foi em 22 de abril de 1940, dia de seu aniversário, quando os primeiros dez quilômetros da estrada estavam com a terraplanagem concluída e outros dez encontravam-se em andamento. A estrada foi inaugurada sete anos depois, em 22 de abril de 1947, quando Adhemar acabara de voltar ao poder, como governador eleito de São Paulo. O impacto provocado pela rodovia é atestado no artigo *Meio século de Via Anchieta*, do engenheiro Wlastermiler de Senço:

> *O aspecto de modernidade ficou mais patenteado pela presença, na fila de veículos que desceu a serra, dos modernos "coaches" de frente plana e de cor simbolicamente verde-amarela, dando uma visão do que seria, daí para a frente, o tráfego nas principais estradas do país. Um degrau de quase 800 metros foi vencido, numa curta distância horizontal, de pouco mais de 6 km. A beleza plástica da via, cantada até em versos, transformava a descida num autêntico passeio, alegrado pela visão do mar, logo nos primeiros trechos.*[80]

Sob diversos aspectos, a história da rodovia Anhangüera é similar à da Anchieta. A estrada que ligava a capital à cidade de Campinas, seguindo traçado similar ao percorrido pelo

---

[78] SENÇO, Wlastemiler de. *Meio Século de Via Anchieta*. In: Obras que mudaram São Paulo. São Paulo: Sinicesp, 1998, p. 49.
[79] REIS, Nestor Goulart. *Memórias do Transporte Rodoviário*: desenvolvimento das atividades rodoviárias de São Paulo. São Paulo: CPA, 1999, p. 110.
[80] SENÇO, Wlastemiler de, op. cit., p. 48.

bandeirante Anhangüera, revelou-se obsoleta à medida que aumentavam a produção agrícola no interior do Estado e a circulação de veículos. Para substituir a antiga ligação, construída por detentos, em precárias condições técnicas, o DER começou a elaborar estudos em 1937. Um ano depois de ser nomeado interventor, Adhemar lançou a pedra fundamental para o começo das obras. Em *Realizações do governador Adhemar de Barros* está relatado que, respeitadas as variações locais, todas as operações técnicas do trabalho (obras de terraplenagem, estabilização das fundições, compactação mecânica dos aterros e pavimentação de concreto) seguiram as mesmas normas adotadas na rodovia Anchieta.[81]

A conclusão do trecho São Paulo-Jundiaí da Anhangüera ocorreu em 1947, quando Adhemar começava seu primeiro governo pelo voto popular. Ao final desse período, em 1951, estava terminado o trecho que alcança a cidade de Campinas. As metas de Adhemar para o transporte rodoviário, no entanto, eram ainda mais ambiciosas. Mal começou seu segundo mandato como governador eleito, em 1963, designou uma equipe técnica, diretamente vinculada a seu gabinete, para elaborar o Plano de Desenvolvimento Integrado (Pladi), que previa o crescimento da rede pavimentada em 4,1 mil quilômetros. "Parte dessa extensão é constituída por pavimentação sobre estradas construídas anteriormente e a outra, por construção e pavimentação novas".[82] No mesmo ano, criou no DRE a Comissão para Obras Especiais, encarregada de projetar e executar grandes estradas em sua administração. "No final desse período haviam sido pavimentados 2.552 Km de rodovias e construídos 1.391, completando-se uma rede de 13.952 Km."[83]

Em dezembro de 1965, seis meses antes de ter o mandato de governador interrompido pela ditadura militar, Adhemar inspecionou as obras da Auto-Estrada Oeste, que atingia uma formação geológica de 75 metros de altura denominada Torre de Pedra, próxima à cidade de Avaré, a 171 quilômetros da capital. Pelo planejamento original, a estrada deveria chegar à divisa com o Mato Grosso do Sul, nas imediações da cidade de Panorama. O projeto, porém, foi alterado durante os governos militares, terminando na altura do trevo São Manuel-Avaré. O nome também mudou. Em 1967, a Auto-Estrada Oeste foi rebatizada como rodovia Castello Branco, em homenagem a Humberto de Alencar Castello Branco, o presidente que assinou o decreto cassando os direitos políticos de Adhemar. Quinze anos depois, a rodovia ganhou um prolongamento de 74 quilômetros, atingindo um trevo da estrada que liga Ourinhos (SP) a

[81] BARBOZA, Claudemir M., op. cit., p. 6.
[82] *Plano de Desenvolvimento Integrado – Pladi*: Govêrno Adhemar de Barros, op. cit., p. 443.
[83] REIS, Nestor Goulart, op. cit., p. 112.

Cascavel (PR), o que facilitou o acesso ao norte do Paraná.[84]

Atuando em sintonia com a polícia nacional de transportes, francamente favorável às rodovias a partir do começo da industrialização, Adhemar concentrou investimentos no segmento, mas não relegou por completo as ferrovias. Seis meses depois de sua posse na interventoria, coube a ele inaugurar a Estação São Paulo da Estrada de Ferro Sorocabana, na capital paulista, atualmente denominada Estação Júlio Prestes. As obras do monumental edifício haviam começado doze anos antes, quando a eletrificação da ferrovia, outro projeto fundamental para a Sorocabana, já estava em fase de planejamento. O empreendimento só começou a sair do papel dois anos depois da inauguração da Estação São Paulo. Na cerimônia de assinatura do contrato para a eletrificação da ferrovia, em 12 de outubro de 1940, Adhemar enalteceu o potencial hídrico brasileiro e apontou as incoerências do subaproveitamento dessa fonte natural de energia.

> *Não se justifica que, senhores de tais riquezas, possuindo a força motriz necessária e fabricando material elétrico de alta classe, continuássemos a importar carvão, exportando ouro e movimentando as nossas linhas a mais alto custo, ou devastando as nossas reservas vegetais, queimando a lenha. Isto sem falar nas dificuldades que certas crises, como as resultantes da guerra, podem causar aos países importadores da hulha negra.* [85]

O contrato firmado por Adhemar era relativo aos primeiros 140 quilômetros da ferrovia, que ligava São Paulo à cidade de Iperó, então denominada Santo Antônio. No trecho, estava prevista a construção de três subestações conversoras a vapor de mercúrio – em Osasco, Pantojo e Varnhagem. A eletrificação, a cargo do consórcio brasileiro-americano Cobrazil-Eletrical Export Corporation, encontrava-se em andamento quando Adhemar foi demitido da interventoria por Getúlio Vargas e substituído por Fernando Costa. Com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial e a urgência em utilizar fontes próprias de energias, as obras deste trecho foram aceleradas e concluídas em agosto de 1945. Ao retornar ao Executivo paulista, Adhemar e governadores que o sucederam deram continuidade à modernização da Sorocabana, com a eletrificação até a Baixada Santista completada em novembro de 1967.[86]

Adhemar também direcionou investimentos para o transporte aéreo, um setor pelo qual nutria especial interesse, até pelo fato de freqüentemente pilotar o próprio avião. Aeroportos de diversos municípios paulistas tiveram as obras começadas, ampliadas ou reformadas durante

---

[84] Ibidem, p. 113.
[85] BARROS, Frederico Ozanan Pessoa de, op. cit., p. 374.
[86] LORDEIRO, Marcelo. Eletrificação Ferroviária no Brasil – A vez da Sorocabana. *Revista Ferroviária*. Rio de Janeiro, agosto 1991. p. 29-30.

suas administrações. O Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, foi, no entanto, a construção de maior importância da qual tomou parte, nos diferentes períodos que ocupou o Executivo paulista. Até 1935, três anos antes de ele assumir a interventoria, a infra-estrutura aeroportuária da capital se resumia ao Campo de Marte, que contava com poucos hangares, oficinas e um barracão de madeira.

O governo Armando de Salles Oliveira procurava a área mais adequada para a implantação de um aeroporto para atender ao incipiente embora promissor movimento aéreo do Estado, quando uma empresa loteadora, a Auto-Estradas S/A, tomou a iniciativa de construir uma pista experimental no lugar que acabaria sendo escolhido para abrigar Congonhas.[87] Dona de uma extensa gleba de terras entre a região onde se encontra hoje o parque do Ibirapuera e a represa de Santo Amaro, a Auto-Estradas não poupava esforços para promover seus loteamentos. Em anúncio de primeira página no jornal *O Estado de S. Paulo*, a empresa convidou os moradores da cidade para conhecer a pista provisória que construíra e sua proposta de planta para o aeroporto no domingo 13 de abril de 1936. No ar, pilotos civis e militares demonstrariam suas habilidades no manche de uma máquina pouco conhecida pelo público. "Para tornar mais interessante a tarde de aviação, alguns dos pilotos civis aceitarão passageiros para vôos na base de 50$000 por 10 minutos", dizia o anúncio.[88]

A Auto-Estradas, na realidade, tinha apenas um contrato de opção de venda da área na qual fizera a pista. Mas, depois de uma série de negociações, e na condição de intermediária da transação, a empresa foi contemplada por um contrato do governo estadual para concluir o trabalho já iniciado. Na sua primeira passagem pelo Palácio dos Campos Elíseos, Adhemar deu prosseguimento às obras, deixando prontos uma pista de concreto, os serviços de meteorologia e rádio, além dos hangares. Ao retornar pela primeira vez como governador, promoveu uma reforma da estrutura existente, incorporou novas áreas ao aeroporto e prolongou suas pistas. A conclusão do corpo central da estação de passageiros ficou a cargo do governo seguinte, de Jânio Quadros, assim como a do Pavilhão das Autoridades, inaugurado por Getúlio Vargas em 1953.[89] Em constante procedimento de reforma devido às alterações do tráfego aéreo e da própria expansão da cidade, as instalações dos passageiros e das pistas passaram por novos melhoramentos entre 1963 e 1966, quando Adhemar ocupou pela última vez o governo estadual.

Na área da saúde, nenhuma obra empreendida por Adhemar foi tão impactante quanto a

---

[87] SARUÊ, Roberto Israel Eisenberg. O Aeroporto de Congonhas e a Cidade de São Paulo. São Paulo, 2004. 368 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, p. 189.
[88] CAMPO de aviação da Auto Estrada - Convite, *Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 abril 1936, p.1.
[89] SARUÊ, Roberto Israel Eisenberg, op. cit., p. 196.

do Hospital das Clínicas, idealizado para ser o hospital-escola da Faculdade de Medicina existente em São Paulo desde 1913 e incorporada à Universidade de São Paulo no momento de sua criação. Atualmente, além de centro de excelência e importante pólo de divulgação de informações científicas, o Hospital das Clínicas é o maior complexo hospitalar da América Latina. Sua pedra fundamental foi lançada em setembro de 1938, quando Adhemar, em discurso, demonstrou que sua preocupação com a formação dos médicos era apenas um dos motivos que o levaram à cerimônia:

> *Não foi, porém, somente uma razão pedagógica que me levou a autorizar a construção do Hospital de Clínicas. Foi, também, um imperativo social: solução da crise nosocomial de nosso Estado. Uma cidade como São Paulo, com mais de um milhão de almas, deveria ter, no mínimo, 5 ou 6 leitos hospitalares para cada mil habitantes. No entanto, possui apenas cerca de 2,5, enquanto no distrito de Columbia, da América do Norte, existem 12 leitos por mil habitantes, em Roma 9, em Lyon 8, em Nova York 7,5, em Bruxelas 7, em Munique 6,5, em Paris, Berlim e Amsterdã etc.*" [90]

Como espaço para o ensino, a criação do Hospital das Clínicas era reivindicada pela comunidade acadêmica desde os primórdios da Faculdade de Medicina, cujos professores e estudantes usavam as instalações da Santa Casa de Misericórdia para aulas práticas de clínica e cirurgia. As atividades relativas às clínicas obstétricas e psiquiátricas eram realizadas nas dependências da Maternidade São Paulo, do Hospital do Juqueri e no Recolhimento Perdizes, um ambulatório existente na região Oeste da capital.

Um dos primeiros passos para reverter esse quadro, segundo *Hospital das Clínicas – Uma história*[91], foi a assinatura de um acordo em 1918 da faculdade com a Fundação Rockefeller. Além de oferecer bolsas de estudo para que professores se especializassem em instituições norte-americanas, a fundação doou US$ 10 mil para a criação da cadeira "Laboratório de Hygiene" na faculdade, que depois se transformaria no Instituto de Hygiene de São Paulo. As negociações com a Fundação Rockefeller envolviam também a construção do hospital, em parceria com o governo estadual. O projeto inicial estabelecia a divisão das instalações de forma similar às cadeiras da faculdade, com ênfase na instalação de ambulatórios e de mil leitos. "Sobreveio a revolução de 1930. E o Hospital ficou no esquecimento, até que

[90] BARROS, Frederico Ozanan Pessoa de, op. cit., p. 113.
[91] SUPERINTENDÊNCIA DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP. Seção de biblioteca e documentação do gabinete do superintendente do HCFMUSP. *Hospital das Clínicas –* Uma história. São Paulo. No prelo.

Adhemar Pereira de Barros resolveu ressuscitá-lo”[92], relata em suas memórias o médico Carlos da Silva Lacaz, que se formou na turma de 1940 e dirigiu a Faculdade de Medicina entre 1974 e 1978.

Antes de Adhemar, no entanto, registraram-se outras tentativas de começar a execução do projeto, por dois blocos, um para a maternidade, outra para a psiquiatria. “Quando já haviam sido iniciadas as obras para a maternidade, mudanças no governo estadual, com a entrada de Cardoso de Melo, forçaram a suspensão da construção”[93], a despeito de uma intensa campanha empreendida principalmente por professores e estudantes. Retomadas definitivamente em 1938, as obras foram mantidas em ritmo acelerado durante todo o período que Adhemar ocupou a interventoria. Devidamente equipado, o Hospital das Clínicas foi inaugurado em 1944, pelo interventor Fernando Costa, com 1.200 leitos, 238 enfermarias, 17 salas de cirurgia e já na condição de maior complexo hospitalar da América Latina. Foi um trabalho de monta, desde a preparação do terreno, como relata o engenheiro Walfredo Cavalcanti, que integrou a Comissão de Obras do Hospital das Clínicas:

> *Toda a terraplanagem foi executada sem equipamento mecânico, tendo sido utilizadas apenas caçambas basculantes de tração animal, e somente na abertura da Avenida Enéas de Carvalho Aguiar foram empregadas escavadeiras mecânicas. Devido à topografia da região e graças à consistência do terreno, bem como a formação geológica, os aterros mais tarde formaram as ruas secundárias, além da avenida principal de trinta e cinco metros de largura, completando o arruamento do complexo hospital.*[94]

Quando estudante da Faculdade Nacional de Medicina, Adhemar tivera entre seus professores Carlos Chagas, célebre por comandar campanhas nacionais contra a malária e descobrir o inseto transmissor do *Trypanossoma cruzi*, que provoca a doença popularmente chamada de mal de Chagas. Por influência do professor, fez cursos complementares no Instituto Oswaldo Cruz, especializado em saúde pública. No Executivo, destinou verbas e investimentos no combate a doenças endêmicas da época, como a tuberculose, a lepra e o pênfigo foliáceo, conhecido como fogo selvagem, uma doença dermatológica que era o flagelo dos moradores do interior paulista.

No período da interventoria, quando ainda vigorava o desumano costume de trancafiar

---

[92] LACAZ, Carlos da Silva. *História da Faculdade de Medicina – USP*: Reminiscências, tradição, memória de minha escola. 2ª edição. São Paulo: Atheneu Editora, 1999, p. 193.
[93] SUPERINTENDÊNCIA DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP, op. cit., p. 15.
[94] Ibidem, p. 27.

doentes mentais em cadeias públicas, dividindo cela com presos comuns, ele criou o Pavilhão Judicial do Juqueri, com capacidade para abrir 3.600 pacientes. Em *Trajetória e Realizações*, Cannabrava relaciona outras instituições de saúde fundadas, reformadas ou ampliadas por Adhemar nos seus diferentes mandatos: Instituto Adolfo Lutz, Instituto Emílio Ribas, Complexo Hospital do Mandaqui, Hospital do Servidor Municipal e Hospital do Tatuapé, na capital; Hospital das Clínicas da Unesp, Hospital Regional e Hospital Psiquiátrico Cantídeo de Moura Campos, em Botucatu; Hospital Regional de Pariquera-Açu, em Jacupiranga; Hospital de Base, em Bauru; Hospital Adhemar de Barros, em Divinolândia; Hospital das Clínicas, em Echaporã; Hospital das Clínicas, em Marília. Hospital das Clínicas, em Ribeirão Preto; Irmandande de Misericórdia, em Caconde; e Hospital Nossa Senhora da Piedade, em São Manuel.[95]

Na educação, a grande obra de Adhemar foi mesmo o hospital-escola para os estudantes da Faculdade de Medicina da USP. Fora da especialidade médica, destacou-se por investir no ensino profissionalizante, voltado tanto para a indústria quanto para a agricultura. Outra de suas preocupações no setor educacional era a prática de atividades esportivas nas escolas. Segundo Cannabrava, em seus quatro mandatos, Adhemar criou, reformou ou concluiu "nada menos que 1.070 grupos escolares e 97 ginásios, além de 46 escolas normais, 78 escolas profissionais e 95 quadras esportivas".[96]

Algumas regiões do Estado, como os vales do Ribeira e do Paraíba, foram particularmente beneficiadas pela ação dos governos de Adhemar, que propiciou sua recuperação econômica. Entre as cidades do interior, Campos do Jordão é a que mais guarda marcas de suas administrações. Devido ao clima, a cidade situada a 1.700 metros de altitude havia se transformado em pólo de recuperação de convalescentes de tuberculose em uma época que o diagnóstico da doença representava quase que uma sentença de morte. Chegou a abrigar 43 pensões para tuberculosos, que contavam apenas com um serviço rudimentar de hotelaria. Apenas em 1932 começaram a serem construídos os primeiros sanatórios. Ex-prefeito da cidade, Fausto Bueno de Arruda Camargo se lembra com clareza do tempo que, em viagens por outras regiões do país, era recebido como se fosse ou tivesse sido em algum momento afetado pela doença. O estigma era relacionado a todos os moradores da cidade.

Freqüentador da região, Adhemar assinou um decreto em dezembro de 1940 dividindo Campos do Jordão em duas zonas. Uma delas, Abernássia, ficaria reservada para os centros de saúde. A outra, que englobava as vilas Jaguaribe e Emílio Ribas, seria destinada ao turismo.

[95] CANNABRAVA FILHO, Paulo, op. cit., p. 198-p. 215.
[96] Ibidem, p. 172.

Dois anos antes, já havia começado as obras do Palácio Boa Vista, para ser a sede de inverno do governo, que acabou inaugurado apenas em 1964, durante sua última administração estadual. Também foi de sua iniciativa a construção do Grande Hotel, fundamental para que, aos poucos, o temor de contágio pela tuberculose desaparecesse e Campos do Jordão "fosse mais tarde, como hoje, conhecida como cidade do turismo".[97]

Na capital, Adhemar também mudou a sede do governo, que estava instalada desde 1911 em "uma das mais requintadas mansões do bairro Campos Elíseos", projetada pelo arquiteto alemão Matheus Haussler.[98] Inaugurado em 1899, para abrigar a família do fazendeiro Elias Antônio Pacheco Chaves, o palacete, comprado posteriormente pelo Estado, não comportava mais a estrutura administrativa do governo, embora tivesse inestimável valor arquitetônico. Em 1965, a solução encontrada pelo então governador foi trocar dívidas da família Matarazzo com o Estado por um prédio que começara a ser edificado dez anos antes, no Morumbi. Pelo projeto original, o Palácio dos Bandeirantes, a partir de então sede do governo paulista, seria a sede de uma faculdade de economia e administração, a Fundação Conde Francisco Matarazzo.[99]

No centro paulistano, uma obra idealizada por Adhemar acabou se transformando em cartão-postal da cidade. "Até 1945, o Martinelli era o edifício mais alto de São Paulo e representante absoluto da pujança paulistana. Mas nesse ano ele perdeu a primazia para o Edifício Altino Arantes, construído para abrigar a sede do Banco do Estado de São Paulo."[100] Batizado com o nome do primeiro presidente da instituição financeira, o edifício de trinta andares e forte influência da arquitetura americana, que ficaria conhecido como Prédio do Banespa, teve sua construção lançada em julho de 1939. Na cerimônia, concorrida e marcada pelo fausto, como apreciava Adhemar, uma página de prata, oferecida pelos funcionários do banco ao então interventor, fez as vezes de pedra fundamental.

> *Ainda pelos funcionários do Banco do Estado foram ofertadas a cada um dos seus diretores artísticas canetas de ouro, com as quais foi assinada a ata respectiva que,*

---

[97] CAMARGO, Fausto Bueno de Arruda. Justiça seja feita. *Impacto Vale News*. Campos do Jordão: 29 abril 1990, p. 9.
[98] PORTO, Antônio Rodrigues. *História Urbanística da Cidade de São Paulo (1554-1988)*. São Paulo: Carthago & Fortes Editoras, 1992, p. 93.
[99] TÓFOLI, Daniela. SP quer tombar Palácio dos Bandeirantes. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 28 setembro 2006. Cotidiano 2, p. C-1.
[100] LUZ, Rogério Ribeiro da. *Centro Velho de São Paulo*: memória – momento. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1999, p. 92.

juntamente com os jornais do dia e uma coleção de moedas divisionárias, foi encerrada na urna especial colocada sob o primeiro marco do edifício. [101]

Todas essas obras foram erguidas simultaneamente a pesados investimentos nos mais diversos setores da economia, como demonstra plano de mecanização da agricultura financiado pelo Banco do Estado, para enfrentar o êxodo rural e a diminuição da produção agrícola que se registrava no Estado em 1947. À época, existiam em São Paulo 268.240 proprietários de terra, 243.990 pequenos proprietários, com menos de 50 alqueires paulistas. Entre esses últimos, 103.572 possuíam menos de cinco alqueires paulistas.[102] Os vultosos investimentos em infra-estrutura e a ampliação dos serviços prestados pelo Estado, no entanto, não eram compatíveis com o orçamento do governo.

Para contornar o déficit, o governo Adhemar passou a emitir um grande número de títulos, que funcionavam como uma espécie de moeda paralela. "Mesmo assim, a situação financeira do governo tornou-se extremamente crítica, pois o dispositivo legal que limitava a emissão de títulos em, no máximo, 25% da receita estadual não foi cumprido."[103] Embora o descompasso entre o orçamento e os gastos públicos tenha ajudado a alimentar uma campanha pela intervenção federal no Estado, orquestrada pela oposição, Adhemar conseguiu no decorrer de vários meses neutralizar as denúncias e manter-se no poder, com o apoio do então presidente Eurico Gaspar Dutra. Uma carta do presidente a Adhemar, despachada do Palácio Rio Negro no começo de 1949, mostra que articulações para a eleição presidencial do ano seguinte pesaram a favor do político paulista. Na carta, Dutra se declara satisfeito com a coincidência do "ponto de vista" de ambos, comunicada por Adhemar quatro dias antes, ou seja, "não se abordar o problema da sucessão presidencial da República antes de janeiro de 1950".[104] Antes de se despedir, o presidente afirma que aguardará, "com prazer", uma visita que Adhemar havia anunciado: a de seu secretário dos Negócios, Benedito Manhães Barreto.

---

[101] NOVO edifício do Banespa. *A noite*. Rio de Janeiro, 2 julho 1939. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo particular Adhemar de Barros. AP 639.01.011.
[102] TELLES, José de Queiroz e MELLO, Luiz Vieira de. *Plano de aumento da produção pela mecanização da lavoura*. Banco do Estado de São Paulo, 1947, p. 17.
[103] ABREU, Alzira Alves de et allii. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV-CPDOC, 2001.
[104] DUTRA, Eurico. *Carta para o governador Adhemar de Barros*. Petrópolis, 24 de fevereiro de 1949. 1 f. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo particular Adhemar de Barros. AP 631.02.008.

2. O HOMEM "QUE ROUBA"

2.1. Uma demissão anunciada

Durante todo o tempo em que exerceu o cargo de interventor federal, Adhemar de Barros freqüentou os círculos do poder federal no Rio de Janeiro, hospedando-se sempre no Copacana Palace Hotel. Em um regime centralizador como o do Estado Novo, essa espécie de romaria política era seguida por todos os interventores, um reflexo da pouca autonomia que tinham no posto. Na prática, cabia a eles apenas reproduzir nos Estados a política traçada pelo governo central. A derrota do sistema federativo ficara evidenciada em ato cívico realizado logo após o golpe, quando as bandeiras dos Estados foram queimadas.[105] Para entrar em sintonia com as novas diretrizes e escapar do fantasma da demissão, os interessados em continuar como representantes estaduais de Getúlio Vargas consideravam, portanto, fundamental circular pelo Rio de tempos em tempos. Adhemar cumpria o ritual com assiduidade e método. Durante o dia, costumava percorrer os ministérios, às vezes para resolver questões administrativas, de outras para fazer meras visitas de cortesia. Além de consolidar sua posição, ocupava-se em desfazer intrigas e neutralizar críticas. À noite, o jogo político continuava até mesmo no Cassino da Urca. Atingia o ápice quando, a convite, Adhemar jantava com Getúlio Vargas.

Em uma dessas ocasiões, fragilizado pelo recrudescimento das críticas à sua administração, o interventor paulista subiu a serra rumo a Petrópolis. À mesa, no Palácio Rio Negro, teve dificuldade em acompanhar a conversa informal que acompanhava as refeições da família Vargas. "Desta vez, Adhemar estava tão irrequieto e tão irrequieto que se tornara inconveniente, chamando a atenção"[106], relata Beni, que o acompanhava. Ao final do jantar, Vargas se levantou e, como de costume, acendeu um charuto a caminho do salão de recepção do palácio. As mulheres, inclusive sua filha e assessora Alzira, haviam se retirado. Adhemar acertou seu passo com o do presidente, mas foi interrompido por Vargas antes de começar a

[105] CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves Delgado (Org.). *O Brasil Republicano*: O tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, volume 2, p. 117.
[106] BENI, Mario, op. cit., p. 164.

falar. “Dr. Adhemar, não peça demissão, que eu dou...”

A dispensa não ocorreu naquele momento, embora a situação estivesse particularmente crítica. Na verdade, desde a posse, Adhemar precisou de muita habilidade para se equilibrar no posto. Como outros interventores, encontrava-se sempre em posição difícil, pois era instrumento “das tentativas de controle por parte do governo central e dos desejos dos estados em manter suas prerrogativas”.[107] De um lado, tentava driblar as restrições impostas pelo Catete, escorado pelo poderio político-econômico de São Paulo. De outro, enfrentava forte resistência regional. Sua indicação jamais fora aceita pelo Partido Republicano Paulista (PRP), ao qual pertencera. Antigos integrantes dos partidos Democrático e Constitucionalista, que faziam uma oposição liberal ao Estado Novo, também se opunham à sua administração, pois o consideravam um fantoche manipulado por Vargas.

No front doméstico, enfrentava ainda a oposição constante e sistemática de *O Estado de S. Paulo*, jornal que desde o começo da Primeira República havia se colocado contra os governos constituídos, exceto durante a administração Armando de Salles Oliveira, cunhado e sócio de Júlio de Mesquita Filho.[108] Nesse cenário, chama a atenção o fato de Adhemar ter intercedido, logo no começo de sua interventoria, a favor do antigo governador. À época, na onda de repressão política que se seguiu à decretação do Estado Novo, Armando de Salles Oliveira, candidato à Presidência nas eleições que estavam marcadas para 1938, encontrava-se confinado em instalações da mina de Morro Velho, em Nova Lima (MG).

O pedido de libertação do adversário político, feito sem alarde, foi relatado pelo poeta e ensaísta Cassiano Ricardo, funcionário de carreira do governo de São Paulo, que chefiava a chamada Diretoria do Expediente quando Adhemar chegou ao Campos Elíseos. Um mês depois da posse, Cassiano Ricardo foi convocado por Adhemar para escrever uma carta confidencial a Getúlio Vargas. Nela, o interventor comemora a inauguração do que considera uma nova fase da vida pública em São Paulo e seus reflexos positivos para o Estado Novo. Em seguida, garante perceber um declínio visível da oposição ao governo federal e que “há uma tendência irresistível para que os paulistas cerrem fileiras, quase sem nenhuma discrepância, em tôrno do eminente

[107] SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil*: 1930 a 1964. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976, p. 95.
[108] CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino* – Imprensa e ideologia no jornal O Estado de S.Paulo. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980, p. 24.

Chefe Nacional”[109]. Diante desse quadro, sugere a libertação de Armando de Salles Oliveira, como forma de encerrar definitivamente os embates passados e contribuir para a efetiva união dos paulistas. “Permita-me V. Ex.ª ponderar ainda que sou insuspeito para propor tal medida, dados os agravos que sofri por parte de certos elementos que cercavam o ex-governador de São Paulo”[110], argumenta Adhemar. Evidentemente, pelas próprias circunstâncias históricas, o interventor ressalva no documento que sua proposta só deveria ser considerada se não houvesse nenhuma restrição à ela por parte de Getúlio Vargas. Logo depois de assinada, a carta foi levada de avião para o Catete, pelo chefe de gabinete de Adhemar, Carlos Mac Crachen. Com Cassiano Ricardo, Adhemar jamais voltou a tocar no assunto.

O certo é que, poucos dias depois, Armando de Salles Oliveira foi libertado de Morro Velho. Antes de seguir para o exílio, encontrou-se casualmente com Cassiano Ricardo, no Lido, um restaurante do Rio. Segundo o ensaísta, conversaram sobre vários assuntos, inclusive sobre Adhemar, que Cassiano Ricardo teria definido como primário e pitoresco, mas “bem intencionado”. Ele, porém, achou melhor não falar sobre a carta que escrevera, sob encomenda de Adhemar. “Temi que Armando não recebesse bem um favor que não pedira e até resolvesse voltar ao Morro Velho.”[111]

Se soube da atuação de Adhemar a seu favor, Armando de Salles Oliveira não alterou em nada seu relacionamento com o interventor. A relação entre Adhemar e *O Estado de S.Paulo* tampouco melhorou. Pelo contrário, foi se degradando cada vez mais, até o rompimento total, em 25 de março de 1940, quando *O Estado de S.Paulo* foi ocupado pela polícia e fechado, sendo reativado 13 dias depois, subordinado ao DIP.[112] Na véspera, um domingo, o jornal já havia passado por uma batida policial. Situado na rua Boa Vista com a ladeira Porto Geral, estava com a redação praticamente vazia, com apenas uma pequena equipe preparando a edição de quatro páginas que circulava às segundas-feiras, trazendo o noticiário sobre a Segunda Guerra Mundial. A polícia esvaziou o prédio por algumas horas, deixando de fora todos os funcionários, entre eles o contínuo Álvaro Soares.

No dia seguinte, ao voltar, a polícia mandou que o contínuo buscasse uma escada e subisse ao forro do prédio. Lá, ele encontrou pacotes contendo “armas muito antigas, contemporâneas da Guerra do Paraguai. Embrulhadas com jornais da véspera, 24 de março de

---

[109] CASSIANO, Ricardo. *Viagem no tempo e no espaço*: memórias. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1970, p. 74.
[110] Ibidem, p. 75.
[111] Ibidem, p. 76.
[112] SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977. p. 439.

1940".[113] Junto com o armamento, estavam também panfletos intitulados "Ao Exército", que convocavam os militares a se rebelar contra Getúlio Vargas.

Sessenta anos depois, repórteres do jornal localizaram nos arquivos do extinto Tribunal de Segurança Nacional (TSN) o processo relativo ao fechamento da redação e das oficinas de *O Estado*.[114] Na capa dos autos, portaria assinada pelo coronel José Scarcella Portella informa que o fechamento havia sido determinado à Superintendência de Segurança e Política Social pelo então ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, mas não esclarece o motivo da medida. Entre as 734 páginas do processo também consta o depoimento de Cásper Líbero, presidente do Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas do Estado de São Paulo, afirmando que havia sido convocado pelo próprio interventor, por telefone, para assistir à entrega do jornal ao DIP.

Depois da ocupação, *O Estado* ficou sob o comando de Abner Mourão, na condição de diretor designado pelo Conselho Nacional de Imprensa, que o alinhou aos veículos que teciam loas ao Estado Novo e à administração Adhemar. A oposição regional ao interventor, no entanto, não arrefeceu. Ao mesmo tempo, em âmbito nacional, ele virou alvo de uma campanha desencadeada por dois adversários com bom trânsito no Palácio do Catete. O primeiro era Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, o Epitacinho, filho de João Pessoa e amigo de Vargas. O outro era Coriolano de Araújo Góis Filho, ex-secretário de Fazenda de São Paulo, que havia sido exonerado por Adhemar.

Denúncias de irregularidades começaram a ser levadas ao presidente da República, a partir de setembro de 1940, às vezes de forma indireta. Poucos dias depois da exoneração de Coriolano, Vargas fez uma anotação em seu diário vinculada ao problema. "Após tratarmos do expediente, Osvaldo falou-me muito sobre a entrada de Rolim Teles para a Fazenda, da conversa que teve com Coriolano, e numa tendência megalomaníaca e defraudadora perigosa por parte do interventor de São Paulo"[115], escreveu o presidente, referindo-se a Osvaldo Aranha, então ministro das Relações Exteriores, e ao cafeicultor Mário Rolim Teles, que sucedera Coriolano na Secretaria da Fazenda de São Paulo.

O caráter perdulário da administração Adhemar apareceu em primeiro plano, mas logo as críticas passaram a envolver o visível fortalecimento de sua máquina política, uma potencial ameaça aos interesses do Estado Novo. Em contraposição à fidelidade que o interventor

---

[113] O SEQÜESTRO de um jornal. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 25 março 1990, suplemento especial, p. 1.
[114] LUIZ, Edson; MARQUES, Hugo. Processo sigiloso revela farsa contra "Estado". *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 26 março 2000, Política, p. A15.
[115] VARGAS, Getúlio, op. cit., p. 338.

proclamava cultivar por Getúlio, seus adversários trouxeram à tona discursos que fizera como deputado na Assembléia Legislativa (1935-1937). Em um deles, a respeito das diretrizes do governo de São Paulo, o jovem deputado lembrara que sua participação na revolução de 1932 visara "libertar o Brasil da ação dissolvente e nefasta do sr. Getúlio Vargas".[116] Isso porque, nas palavras de Adhemar, não havia como mudar o regime "enquanto estivesse à frente de nossos destinos o homem que, por sua insensatez, incompetência e impatriotismo, arrastara a nação ao descrédito e à anarquia".[117]

Adhemar sentiu que, daquela vez, as críticas poderiam derrubá-lo. Por isso, acabou transformando em peça de defesa sua mensagem de Natal de 1940, transmitida em cadeia pelas emissoras ligadas à Federação Paulista das Sociedades de Rádio. Ao entrar no ar, depois do arcebispo metropolitano, dom José Gaspar de Afonseca e Silva, argumentou que o Natal é uma época propícia para se falar "a linguagem do coração" e passou a enaltecer sua própria atuação pela prosperidade do Estado e do país. A seguir, sem citar nomes, se declarou vítima de uma espécie de "sindicato de proprietários da democracia":

> *Estou a par de todas as maquinações da intriga. Não me é surpresa o nome de nenhum desses incontentados, que só se dizem inimigos do meu governo porque não têm coragem suficiente para dizer-se inimigos do regime. Adivinho nas manobras da inquietação e da insídia o esforço desesperado de todos quantos, não podendo combater o governo, combatem o homem.*[118]

O combate ao homem aumentou no decorrer do ano seguinte. Ainda no primeiro mês de 1941, Getúlio escreveu em seu diário que "à noite, apareceu-me o Epitacinho, trazendo uma mala de documentos contra o interventor de São Paulo"[119]. Em registro feito três meses depois, o presidente considerou "articulada e documentada" uma denúncia entregue por seu irmão, Benjamin Vargas, no papel de emissário de Coriolano de Góis.[120] Com o argumento de que fora demitido da Secretaria da Fazenda por não compactuar com as falcatruas orquestradas por Adhemar, Coriolano de Góis preparou um dossiê que não deixava de fora nenhum aspecto da vida do interventor.

No plano privado, relatou como conselhos de médiuns influenciavam as decisões do

---

[116] BARROS, Frederico Ozanan Pessoa de (org.). As diretrizes do governo de São Paulo após a revolução de 1930. Discurso de Adhemar de Barros na Assembléia Legislativa em 7 de agosto de 1935. *Adhemar de Barros na Assembléia Constituinte e na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo* (1935-1937). São Paulo: Companhia Editora Nacional, s.d., p. 10.
[117] Ibidem, p. 10.
[118] Barros, Frederico Ozanan Pessoa de (org.). Saudação de Natal ao microfone da P.R.G.-9 "Rádio Excelsior" – " A Voz de Anchieta". *Adhemar de Barros Interventor*: Discursos e Entrevistas, p. 407.
[119] VARGAS, Getúlio, op. cit., p. 375.
[120] Ibidem, p. 393.

político que se declarava católico fervoroso, a ponto de pesarem na contratação ou demissão de auxiliares. No âmbito político, descrevia ligações de Adhemar com a subversão e o comunismo, garantindo ser ele integrante de uma suposta organização secreta, a O.M.P.C., sigla da Ordem de Marx do Partido Comunista. As críticas mais contundentes, porém, diziam respeito aos aspectos financeiros-administrativos da gestão Adhemar. Para Coriolano de Góis, além de fazer fortuna por meio de negociatas com firmas privadas encarregadas de realizar obras públicas, o interventor estava amealhando verbas da polícia e levando o Estado à falência. Segundo Viriato de Castro, Coriolano de Góis demonstrou ao presidente que o Tesouro paulista acumulava dívidas de 5 milhões de contos de réis, "quantia equivalente a todo o dinheiro em circulação naquela época!".[121]

A entrega do dossiê a Getúlio coincidiu com a publicação do livro *A administração calamitosa do snr. Ademar de Barros em São Paulo*, assinado por João Ramalho, pseudônimo atribuído a Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Na apresentação, o autor ressalta que a obra não representa um libelo nem "um repositório de crimes".[122] Esse, no entanto, acaba sendo o tom predominante na publicação, a começar pela reprodução de uma caricatura na qual Adhemar aparece com corpo de rato e sacos de dinheiro nas mãos, em frente a um cofre escancarado do Tesouro paulista. No mesmo desenho, roedores autênticos são retratados dentro do cofre, revirando papéis.[123]

Com o objetivo de demonstrar que Adhemar entrara pobre para a interventoria e à frente do Executivo ficara milionário, *A Administração Calamitosa* faz referência a dois momentos distintos. O primeiro, em 1937, quando Adhemar pede empréstimo a um amigo, em carta, para pagar a reforma de sua casa, argumentando dificuldades na empresa da família, a Barros Pinto e Cia. Em um segundo momento, em julho de 1940, o então interventor surge na condição de industrial, comprando de Assis Chateaubriand a fábrica de chocolates Lacta, que estava registrada em nome de Oswaldo Chateaubriand, irmão do empresário.

De acordo com a obra, Adhemar teria começado sua fortuna graças à apropriação de dinheiro público e à cobrança de propina de empresas envolvidas em projetos governamentais. Uma das primeiras negociatas, afirma o autor, estaria vinculada à eletrificação da Sorocabana. Poucos dias antes da assinatura do contrato, o interventor demitiu o secretário de Viação, Guilherme Winter. Antes de anunciar a medida, comentou com o diretor da Rádio Patrulha,

---

[121] CASTRO, Viriato, op. cit., p. 24.
[122] RAMALHO, João. *A administração calamitosa do snr. Adhemar de Barros*. Rio de Janeiro: A. Barros & Cia Editores, 1941, p. 7.
[123] Ibidem, p. 39.

major Newton Santos, e com um funcionário da Censura Teatral, Marcio de Assis Brasil, ter sido alertado de que o secretário "iria comer no referido contrato cerca de 10 mil contos".[124] Na hora de firmar o acordo, porém, Adhemar teria dado preferência à firma que ficara em terceiro lugar na concorrência. "O contrato a executar pela firma vencedora tem um aumento de cerca de 52 mil contos sôbre o preço proposto pela empresa que foi colocada em primeiro lugar naquela concorrência...".[125]

Entre os documentos reproduzidos na obra causou especial impacto uma série de recibos indicando repasses de recursos da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública para o Gabinete do Interventor Federal. A maioria dos recibos estava assinada por assessores do palácio, mas havia também aqueles assinados pelo próprio Adhemar ou por um de seus irmãos, Antônio Emygdio de Barros Filho. A origem desses recursos era a chamada verba secreta da polícia, eufemismo para o montante que englobava propinas pagas por banqueiros do jogo do bicho, que estava proibido no país. Durante o Estado Novo, a prática ocorreu também em outros pontos do território nacional, como Rio de Janeiro e Minas Gerais.[126] Em São Paulo, relata Viriato de Castro, a origem da fortuna de Adhemar era atribuída aos repasses daqueles que comandavam o jogo ilícito:

> *Ao seu tempo Adhemar (interventor e governador) não jogou, que ele não tem propriamente o vício, mas permitiu que se jogasse abertamente em todo o Estado.*
>
> *Consta que existiam sete mil casas de jogo do bicho e inúmeros cassinos funcionando. Dizem seus inimigos que a origem de sua fabulosa fortuna está na "caixinha" que formou, através da arrecadação extra-oficial que realizava junto aos banqueiros do referido jogo do bicho.*[127]

Da mesma forma – apresentando números sem citar fontes e reproduzindo boatos –, Viriato de Castro afirma que a "caixinha" feita por Adhemar durante a interventoria também o ajudou a estruturar o Partido Social Progressista (PSP). Interessante notar que o destino da verba secreta repassada para o Campos Elíseos se tornou alvo de críticas recorrentes, mesmo depois de encerrada a interventoria. O tema voltou à baila em 1946, durante a campanha de Adhemar para o governo do Estado. Quando os jornais começaram a publicar artigos sobre o assunto, um sorridente Adhemar surpreendeu a imprensa no Rio de Janeiro, ao se apresentar no hall de um hotel com três malas repletas de pastas. Pelas contas de Adhemar, as pastas continham mais de

---

[124] Ibidem, p. 75.
[125] Ibidem, p. 75.
[126] HENRIQUES, AFFONSO. *Ascensão e queda de Getúlio Vargas* – O maquiavélico. Rio de Janeiro: Record, 1966, p. 64.
[127] CASTRO, Viriato de, op. cit., p. 62.

11 mil documentos que comprovariam o destino de cada centavo dos 13 milhões de cruzeiros que recebera da Secretaria de Segurança no decorrer de três anos e meio. "Estarão guardados em uma casa-forte e só tenho confiança de os entregar ao Executivo Nacional", anunciou o ex-interventor.[128] Assim como surgiram sem serem esperados, os documentos foram tirados rapidamente de cena.

Cinco anos antes, enquanto *Administração Calamitosa* tornava pública sua coletânea de denúncias e suspeitas relativas a Adhemar, o interventor entregava ao presidente da República um relatório com "os produtos objetivos obtidos em mais de um ano de dedicada e honesta função pública".[129] O documento, totalizando 455 páginas, foi, sem dúvida, preparado com esmero. E, apesar de na apresentação o interventor anunciar que abordaria apenas as iniciativas maiores levadas a cabo no ano anterior, ele entra em minúcias até curiosas. No tópico relativo às investigações sobre furtos, o presidente é informado, entre outros detalhes, que o combate aos crimes de abigeato continuava implacável e que os animais transviados apreendidos na cidade de São Paulo eram encaminhados para o pasto de Pirituba. "Alí, onde o seu número já se eleva a 60, ficam a salvo da esperteza de certos aproveitadores que, ao encontrá-los perdidos, apanham-nos, para negociá-los com terceiros".[130]

No extenso relatório, o interventor traça um panorama positivo de sua administração, ressaltando a reorganização da Secretaria do Palácio do Governo e a otimização dos recursos do Estado. Mesmo quando cita problemas decorrentes da Segunda Guerra Mundial, como o aumento do preço do papel e a impossibilidade de manter o serviço de publicidade na Europa com vistas à atração de investimentos, coloca ênfase nas alternativas adotadas: racionamento na distribuição gratuita de documentos oficiais impressos e redirecionamento da propaganda, voltando-a para os países americanos, em particular para os Estados Unidos.

A descrição de melhorias na infra-estrutura e nos serviços prestados pelo Estado à população ocupa a maior parte do documento. E, ao contrário do que proclamam seus adversários, Adhemar assegura que a polícia está empenhada no "combate sem tréguas a um dos maiores males sociais, o jogo"[131], contabilizando mês a mês a ação repressiva, que no final de 1940 soma 652 diligências realizadas, 1.589 autuações de contraventores e 112 identificações de

---

[128] "SÃO ONZE MIL E tantos documentos estes que eu possuo". *Diário de S. Paulo*. São Paulo, 3 dezembro 1946, p. 12.
[129] SÃO PAULO. Interventoria Federal em São Paulo. *Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, pelo Dr. Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal em São Paulo*: 1940. São Paulo, 1941, p. 5.
[130] Ibidem, p. 84.
[131] Ibidem, p. 94.

profissionais do jogo.[132] Da mesma forma, estaria empenhada em acabar com o curandeirismo, o falso espiritismo e a quiromancia, concluindo no período 202 investigações e encontrando-se com outras 32 apurações em andamento.[133]

Outro detalhe que chama a atenção no relatório é o comedimento na exposição da imagem do interventor. Adhemar aparece em apenas três das 221 fotografias usadas para ilustrar o documento, ainda assim de forma discreta. Nessas três imagens participa do lançamento da pedra fundamental do hospital da Ilha Anchieta, que abriga um presídio político e passa por uma série de obras, entre elas a construção de uma estrada circular executada pelos próprios prisioneiros. O relatório não especifica o número de presos encerrados na ilha, mas se estende sobre o exercício do trabalho no presídio, que conta com duas olarias, vassouraria, alfaiataria, fábrica de sabão, sapataria, além de oficinas de mecânica, funilaria, marcenaria e pintura.[134]

No que diz respeito às finanças públicas, o relatório não chega a ser elucidativo como se esperaria de uma administração acusada de perdulária e deficitária. Discorre em detalhes a respeito das mudanças tributárias introduzidas no país a partir de 1934, contabiliza minuciosamente o número de ofícios expedidos por diversos departamentos e relata até uma experiência que resultou em economia nas atividades administrativas da Secretaria da Fazenda. Trata-se de iniciativa implantada em maio de 1941, envolvendo a coleta diária do papel inutilizado nas dependências da secretaria que, em oito meses, somaram mais de 120 mil quilos de material vendido em processo de concorrência.[135]

O ponto fraco do relatório é o balanço geral das contas do Estado. Em relação às despesas, o presidente é informado que os serviços decorreram "em perfeita ordem e estão em dia, nada havendo, pela natureza dos mesmos, de importante a assinalar".[136] Nenhuma referência é feita sobre o total das despesas efetuadas no período nem sobre a evolução da dívida pública. Por outro lado, Getúlio fica sabendo que o Departamento da Despesa da Secretaria da Fazenda perfurou 2.439.635 cartões para cheques, emitiu 370.362 cheques para bancos e para a Diretoria da Dívida Pública e expediu 539 portarias.

Ao contrário do ocorrido com as despesas, os valores gerais da receita são explicitados no documento, constando uma "insuficiência" de 51.393:720$600 entre a receita orçada – 772.541:264$700 – e a efetivamente arrecadada. A "insuficiência", na realidade, mais que

[132] Ibidem, p. 95.
[133] Ibidem, p. 93.
[134] Ibidem, p. 112.
[135] Ibidem, p. 330.
[136] Ibidem, p. 345.

quadruplicaria se for levada em conta a receita geral orçada – 947.394:985$300. Desse montante, porém, foram abatidas "parcelas orçamentárias correspondentes a títulos de receita ainda não incluídos", como a das estradas de ferros, barcas, tramway do Guarujá e "diversas receitas extraordinárias". De qualquer forma, para amenizar o impacto da "insuficiência" de 51.393:720$600, citada anteriormente, o relatório compara a receita de 1940 com a de 1939, que foi 10,7% menor. Dessa forma, conclui pela existência de "um excesso a favor de 1940 de 77.962:571$176".[137]

Entre as informações do relatório do interventor e as apresentadas por seus adversários políticos, Getúlio Vargas decidiu-se pela versão extra-oficial. Em junho de 1941, dois meses depois da prestação de contas de Adhemar, o presidente nomeou seu ministro da Agricultura, Fernando Costa, para a interventoria em São Paulo. Quanto a Adhemar, fez o jogo da política. Ao contrário do que ocorrera em 1938, ele transmitiu o cargo a seu sucessor, na condição de "interventor demissionário". Em seu discurso, não faltaram elogios ao novo interventor e "votos sinceros pelo êxito do governo e pela felicidade do povo e da terra de São Paulo". Na ocasião, Adhemar também sinalizou que continuaria em atividade: "Não me despeço do meu povo, porque ao deixar a interventoria federal, a verdade é que volto para o seio dele. Volto, aliás, satisfeito, com a consciência tranqüila."[138]

2.2. Na mira de Paulo Duarte

Adhemar levou seis anos para voltar ao palacete da avenida Rio Branco. Para isso, não bastou o respaldo das urnas, nas eleições de janeiro de 1947. Antes de assumir pela segunda vez o Executivo paulista, precisou enfrentar uma campanha, articulada pela UDN e pelo PSD, que visava impedir sua posse. Por meio de recursos na Justiça Eleitoral, os dois partidos questionaram a legalidade dos registros do PSP e apontaram irregularidades no processo de apuração dos votos. Outro questionamento da UDN e do PSD era a aliança feita por Adhemar com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), de Luiz Carlos Prestes. Depois de passar um longo período na clandestinidade – desde o Levante de 1935 –, o PCB teve seu registro concedido pelo

[137] Ibidem, p. 342.
[138] BARROS, Frederico Ozanan Pessoa de (org.), op. cit., p. 497.

Tribunal Superior Eleitoral em novembro de 1945 e decidira adotar uma política pragmática de aliança com outros partidos, em vários Estados.[139]

Em São Paulo, as negociações começaram em agosto de 1946, mas o apoio só foi anunciado às vésperas das eleições do ano seguinte, em monumental comício realizado no Vale do Anhangabaú. Para Adhemar, a aliança com o PCB representava a oportunidade de inserção nas massas urbanas, visto os expressivos resultados obtidos pelos candidatos comunistas do Estado no pleito de 1945.[140] Ao líder do PCB, por sua vez, interessava obter do candidato o compromisso de que, eleito, combateria a carestia e defenderia a existência legal de todos os partidos. Era uma tentativa de Prestes de neutralizar a articulação que já se esboçava na Câmara dos Deputados para lançar o PCB de novo à clandestinidade.

Os componentes políticos, no entanto, não foram os únicos argumentos usados pela UDN e pelo PSD em sua investida para barrar a posse do governador eleito. Seus líderes trouxeram de novo à tona o caso das verbas secretas da polícia durante a interventoria, o primeiro escândalo envolvendo Adhemar que virou objeto de investigação. Seis anos antes, quando sucedeu Adhemar no posto, Fernando Costa mandara instaurar um processo administrativo para apurar desvio de dinheiro público, mas a investigação não prosseguira, por determinação de Getúlio Vargas.

Em dezembro de 1945, porém, a Comissão de Negócios Estaduais entendeu que o processo administrativo encontrava-se deslocado da esfera federal e requisitou-o ao Ministério da Justiça. Sua análise revelou que, devido aos desdobramentos de denúncia feita por Coriolano de Góis em agosto de 1941, Adhemar deveria ter prestado contas de cerca de Cr$ 25 milhões. Desse total, 58% haviam sido repassados ao Palácio de Governo pela polícia e correspondiam a recursos amealhados junto a banqueiros de jogos ilícitos e ao Serviço de Trânsito (quase um terço da arrecadação total do departamento). Os 42% restantes eram relativos a despesas feitas pelo então interventor sem observância de prescrições legais.

Os comprovantes dos gastos do governo, que não haviam sido encontrados em nenhuma repartição pública, mas chegaram a ser exibidos por Adhemar à imprensa, foram finalmente entregues à Procuradoria Judicial do Estado. O mês de março de 1947 chegava ao final quando o procurador-chefe da Procuradoria Judicial do Estado, José Edgard Pereira Barreto, divulgou laudos periciais e seu parecer sobre as investigações. Lembrou que a maior

---

[139] POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *A democracia tolerante*: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950). São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo e Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 85.
[140] SAMPAIO, Regina, op. cit., p. 51.

parte das verbas repassadas pela polícia ao Palácio do Governo tinha origem em um "modus vivendi" entre a autoridade administrativa e os contraventores. "As rendas assim auferidas não constavam nem podiam constar das previsões orçamentárias, tendo uma origem que ousaríamos chamar de 'alegal'."[141] Em seu parecer, o procurador-chefe considerou ainda que, pela legislação, o então interventor tinha livre disposição de até 50% das verbas do Serviço de Trânsito. Além disso, valendo-se dos laudos periciais, Barreto concluiu que os gastos feitos à revelia das prescrições legais, entre eles a compra de prédios para instalações do governo, haviam sido devidamente comprovados:

> *Não estamos aqui para fazer o processo da interventoria Adhemar de Barros ou a crítica de sua boa ou má orientação administrativa. O que podemos em sã consciência asseverar é que, de seu exame, nada autoriza a hipótese de locupletamento ilícito ou peculato.*[142]

Quando saiu o despacho do procurador, Adhemar já havia passado pelo teste das urnas. A investigação realizada no curso da campanha provocara muito debate eleitoral, mas não impedira sua vitória. Considerando, porém, que o parecer de um procurador não representa uma sentença judicial, líderes udenistas e pedessistas do Estado listaram o processo entre seus argumentos para impedir a posse. Cabe ainda lembrar que a resistência ao nome de Adhemar nos meios políticos tradicionais paulistas também tinha considerável peso na campanha. Essa mesma resistência já havia se manifestado anteriormente, quando ele tentou conquistar espaço na UDN, depois de ser um dos signatários de sua ata de fundação. Na primeira assembléia do partido, lideranças ligadas aos antigos PRP e PD queriam a todo custo impedir a participação de delegados que não estivessem diretamente vinculados às suas agremiações. "Foi a intervenção dos representantes de Minas (Virgílio de Melo Franco, Pedro Aleixo, Magalhães Pinto) e mais a de José Américo que tornou possível a admissão dos grupos de Ademar e Castilho Cabral", registra o semanário independente *Comício*, referindo-se ao advogado Carlos Castilho Cabral, que também ajudara a fundar a UDN, mas tinha no partido status similar ao do antigo interventor.[143] A hostilidade a Adhemar também havia se manifestado durante a campanha do brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência. "Para o comício do Pacaembu, o nome de Adhemar é retirado da lista dos oradores e, em represália, ele boicota a presença de sua gente no estádio".[144]

Não foi, portanto, com surpresa que Adhemar terçou armas no movimento contra a sua

---

[141] MAIS de vinte e cinco milhões de cruzeiros em questão. Diário de S. Paulo. São Paulo: 22 março 1947. Arquivo do jornal *O Estado de S.Paulo*, pasta -1-055.
[142] Ibidem.
[143] GOMES, Pedro. PSP: Bolso cheio e manga arregaçada. *Comício*. Rio de Janeiro. n. 12, 31 julho 1952, p. 9.
[144] Ibidem, p. 9.

posse. Para arrefecer a campanha, fez um acordo com o PSD, que indicou para a Secretaria da Educação o médico e advogado Luiz Gonzaga Novelli Junior, genro do então presidente Eurico Gaspar Dutra. Com a UDN, não conseguiu acordo. O partido se recusou a colaborar com o novo governo, o que provocou uma dissidência interna, liderada por Paulo Nogueira Filho, que mais tarde ingressaria no PSP criado por Adhemar. A boa convivência com o PSD, no entanto, durou poucos meses, assim como a permanência de Novelli Junior na Secretaria de Educação. Durante a maior parte de seu primeiro mandato como governador eleito, Adhemar precisou defender-se de seus tradicionais adversários, que tentaram promover uma intervenção federal em São Paulo.

Nenhum dos percalços relativos ao período, porém, influenciou tanto a carreira política de Adhemar quanto os provocados pelo jornalista Paulo Duarte. Aguerrido integrante do grupo de Armando de Salles Oliveira, Paulo Duarte teve poucas congruências e muitas divergências com Adhemar. Entre as primeiras, estão a participação do mesmo lado na Revolução Constitucionalista de 1932, a oposição a Getúlio Vargas quando ambos foram deputados estaduais (1935-1937) e, posteriormente, o fato de, em um primeiro momento, apoiarem o golpe militar de 1964.

Com as ressalvas citadas, eles sempre atuaram em pólos opostos. Na Assembléia Legislativa de São Paulo, Adhemar integrava os quadros do Partido Republicano Paulista, enquanto Paulo Duarte militava no Partido Constitucionalista. A diferença entre os dois se aguçou após a decretação do Estado Novo. Enquanto Adhemar se aproximava de Getúlio Vargas e angariava prestígio no Catete, Paulo Duarte se envolvia em articulações contra o governo imposto e acabaria recebendo uma notificação do Ministério da Justiça para deixar o país. A invasão do jornal *O Estado de S. Paulo*, onde o jornalista começara a trabalhar como revisor em 1919 e mais tarde ocuparia o cargo de editor-chefe, criou uma barreira intransponível entre os dois. A ação policial havia sido precedida por uma investigação sobre uma suposta "conspiração armandista" contra o Estado Novo, que pretendia se estender por todo o país, conforme relatório elaborado pelo delegado adjunto de Ordem Polícia, Paulo Alfredo Silveira da Mota. No documento, o delegado concluiu que a redação do *Estado* era "incontestavelmente, o maior foco da conspiração que visava a sublevação da ordem pública".[145]

Quase duas décadas depois, em um virulento artigo contra as estratégias políticas adotadas por Adhemar, Paulo Duarte relembrou o "golpe contra o único jornal que não se acanalhara" durante o Estado Novo. Para comprovar que a descoberta de armas na redação do

[145] MOTA, Paulo Alfredo Silveira da. *Relatório Geral*. Delegacia de Ordem Política. São Paulo, 7 abril 1940. Centro de Documentação Cultural da Unicamp, Fundo Paulo Duarte, dossiê Ademar de Barros, pasta 4.

Estado fora uma farsa, relatou o descompasso entre a ação da "polícia de Adhemar" e a veiculação na mídia de notícias previamente distribuídas pelo governo:

> *Em vez de ir primeiro à redação apreender as armas, como estava no comunicado à imprensa, [a polícia] foi primeiro às oficinas e, quando chegou à redação às 23 horas, já as estações de rádio haviam dado desde as 20 horas a notícia da invasão da redação e a apreensão das metralhadoras que só seriam descobertas três horas depois!*[146]

No jornal da família Mesquita e na revista *Anhembi*, que fundou em 1950, Paulo Duarte foi o mais visível articulador de uma sistemática campanha acusando Adhemar de corrupção e enriquecimento ilícito, cujo ápice ocorreu em meados dos anos 1950. Inspirado em uma frase dita pelo político durante uma entrevista à imprensa – "O meu sonho, o meu destino é o Brasil, é o Catete" – o jornalista publicou uma série de 17 artigos em *O Estado de S. Paulo* entre os dias 22 de junho e 17 de julho de 1954. Com o título "O meu destino é o Catete", a série não deixava dúvidas a que vinha: afastar definitivamente Adhemar do cenário político nacional. "Num país civilizado, o ex-governador de São Paulo estaria há muito cumprindo pena em qualquer penitenciária pelos crimes cometidos contra a coisa pública", afirma Paulo Duarte no artigo de abertura.[147]

A fortuna de Adhemar estaria alicerçada, segundo o jornalista, nos mais diversos tipos de negociatas. A propina arrecadada junto aos banqueiros do jogo do bicho durante a interventoria havia se estendido, no período como governador eleito, às mais variadas formas de jogo, com cassinos se proliferando pelo litoral paulista. Devido à segurança obtida por esses estabelecimentos, donos de bordéis associaram o jogo às suas atividades habituais e passaram também a pagar para obter proteção. Mas, segundo Paulo Duarte, a "caixinha" de Adhemar não era formada só por recursos do jogo e da prostituição, recolhidos no próprio Palácio dos Campos Elíseos. Em sua composição entravam também comissões de pelo menos 30% sobre as empreitadas de obras públicas e porcentagens exigidas de todos que tivessem a receber quaisquer quantias do tesouro. "Toda a máquina do Estado era usada como propriedade sua."[148]

Nesta mistura entre público e privado, Adhemar teria recorrido de forma contínua a empréstimos da Caixa Econômica do Estado para financiar suas próprias atividades comerciais e

---

[146] ENXURRO eleitoreiro. Anhembi. São Paulo: Redatorial Anhembi, v. XXXII, n. 94, setembro 1958, p. 48.
[147] DUARTE, Paulo. "O meu destino é o Catete" I. *O Estado de S.Paulo*. São Paulo, 22 junho 1954. Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*, pasta 1-055.
[148] DUARTE, Paulo. "O meu destino é o Catete" II. *O Estado de S.Paulo*. São Paulo, 23 junho 1954. Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*, pasta 1-055.

industriais, sem oferecer garantias reais à instituição financeira e em condições de pagamento excepcionais, sempre desfavoráveis aos cofres públicos. Entre os empréstimos irregulares citados por Paulo Duarte está o obtido pela Imobiliária Construtora Aricanduva S.A., da qual Adhemar detinha 80% das ações. Em uma operação que demorou apenas 15 dias após a entrada do pedido na Caixa, a Aricanduva obteve um empréstimo de Cr$ 85 milhões. Como garantia, havia oferecido o Jardim Leonor, um terreno de mais de dois milhões de metros quadrados que mais tarde seria loteado e apresentado como "o bairro que fica nos altos do Jóquei Clube", destinado à "acolher a aristocracia paulistana".[149] Acontece que, à época do empréstimo, a propriedade pertencia à família Matarazzo, possuindo Adhemar somente uma opção de compra. Em 29 de dezembro de 1950, no mesmo dia em que a Caixa liberou o empréstimo à Aricanduva, o então governador usou 66% dos recursos para comprar dos Matarazzo o terreno que havia hipotecado como se fosse seu. O empréstimo liberado pelo banco era superior ao valor de mercado da propriedade porque, ao ser oferecida como garantia, ela estava com o preço supervalorizado em quase sete vezes. O pagamento da dívida, por outro lado, esteve sujeito a uma sucessão de atrasos e renegociações.[150]

> *Concomitantemente, a Secretaria da Viação introduzia no Jardim Leonor os melhoramentos públicos necessários a transformá-lo num bairro confortável: galerias pluviais, esgotos, água e outros. Vencida esta primeira fase, a Prefeitura se incumbiria das guias e do asfaltamento do Jardim Leonor.*[151]

Assim, como analisa Raymundo Faoro, do topo da elite política, o líder "conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois". Em sua análise de seis séculos de história, a partir do Estado monárquico português, Faoro define a evolução histórica do Brasil como uma herança do Estado ibérico, onde o rei detinha o poder político e era, ao mesmo tempo, dono de todas as terras. Nessa monarquia patrimonial forma-se uma rede de servidores que compõe uma "corporação do poder", o estamento. Esse cenário, no qual interesses privados se misturavam com interesses públicos, teria persistido no decorrer dos séculos. "O poder – a soberania nominalmente popular – tem donos, que não emanam da nação, da sociedade, da plebe ignara e pobre."[152]

---

[149] O anúncio, de página inteira, destacava ainda que o Jardim Leonor "seguiu e suplantará a tradição de Higienópolis, Avenida Paulista, Jardim América...". *Folha da Manhã*. 15 agosto 1952, p. 2.
[150] DUARTE, Paulo. "O meu destino é o Catete" XII. *O Estado de S.Paulo*. São Paulo, 4 julho 1954. Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*, pasta 1-055.
[151] Ibidem.
[152] FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Editora Globo; Publifolha, 2000, p. 363.

No caso de Adhemar, Paulo Duarte demonstra que a intersecção entre público e privado envolve a atuação de dezenas de pessoas, entre familiares e homens de confiança do político, parte deles integrante da máquina do PSP. Às vezes, essas pessoas são beneficiadas por facilidades financeiras promovidas pelo político; em outras ocasiões, funcionam como testas-de-ferro para seus negócios, embora em alguns empreendimentos a titularidade fosse assumida. A própria sede do partido, um casarão situado à alameda Barão de Limeira, na capital paulista, era uma propriedade de Adhemar, pessoa física, comprada com recursos obtidos junto à Caixa Econômica do Estado. Pelos dados apresentados no quinto artigo da série "O meu destino é o Catete", o banco emprestou Cr$ 4,5 milhões para a aquisição do imóvel, avaliado em Cr$ 7 milhões, mas que teria sido efetivamente comprado por Cr$ 2,5 milhões.[153] Operações similares teriam ocorrido entre o banco e outros empreendimentos de Adhemar e seu grupo, inclusive depois que ele deixou o governo, pois continuou a controlar o Conselho Administrativo da Caixa. Pela contabilidade do jornalista, em meados dos anos 1950 o político era proprietário ou tinha participação em pelo menos 30 empresas, em uma sucessão de negócios realizados a partir de 1940, quando ele se firmou como industrial, ao comprar a Lacta.

A Caixa Econômica do Estado também serviu para socorrer aliados políticos em apuros, como ocorreu com o governador Hosannah Campos Guimarães, de Goiás, em agosto de 1950.[154] Embora impedido de recorrer ao empréstimo sem autorização da Assembléia Legislativa, o governo de Goiás não só requisitou como obteve em apenas dois dias recursos suficientes para o pagamento de salários atrasados do funcionalismo e dos subsídios dos deputados estaduais. Outra parte do empréstimo teria sido requisitada e obtida para investimentos nos serviços de água e na construção e reparo de pontes daquele estado.

Duas outras denúncias feitas na série de Paulo Duarte tentaram mostrar a extensão do caráter lesivo do governo Adhemar aos cofres públicos. A primeira era relativa à excessiva emissão das chamadas apólices unificadas, que adquiriram papel de moeda corrente no período, sendo usadas para o pagamento de obras públicas. A outra denúncia dizia respeito à emissão de bônus rotativos como antecipação de receita, recurso usado em outras administrações públicas que, no governo Adhemar, "eram negócio destinado principalmente a protegidos e sócios do ademarismo. Nesse sentido, todas as combinações criminosas foram feitas."[155] Entre os

[153] DUARTE, Paulo. "O meu destino é o Catete" X. *O Estado de S.Paulo*. São Paulo, 2 julho 1954. Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*, pasta 1-055.
[154] DUARTE, Paulo. "O meu destino é o Catete" XIV. *O Estado de S.Paulo*. São Paulo, 7 julho 1954. Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*, pasta 1-055.
[155] DUARTE, Paulo. "O meu destino é o Catete" II, ibidem.

principais beneficiários de um esquema fraudulento com esses bônus estava, segundo Paulo Duarte, o Banco Cruzeiro do Sul, do grupo Jafet.

Ao encerrar a série de artigos, o jornalista considera seu papel cumprido, demonstra expectativa na abertura de investigação pelos órgãos competentes e repete o mote que impulsionou sua empreitada: "Nos países policiados, o destino dessas figuras trágicas é a cadeia".[156] Suas denúncias, no entanto, não provocam nenhuma repercussão concreta nos meios legislativos ou judiciais. No ano anterior, inércia semelhante havia sido registrada, quando parte dessas acusações, como a cobrança de comissão de 30% dos empreiteiros sobre o pagamento de obras públicas, foi levada ao Congresso Nacional pelo deputado Carmelo D'Agostinho. Recém-rompido com o PSP e aliado ao governador Lucas Nogueira Garcez, o deputado também citara em discurso no plenário "a dilapidação dos títulos da dívida pública"[157] de São Paulo em conseqüência de articulação coordenada por Adhemar e Gladstone Jafet, um dos donos do Banco Cruzeiro do Sul. E, em relação às operações financeiras lesivas ao Estado, falara com conhecimento de causa: ele era o diretor-superintendente do banco no período em que elas aconteceram.

Apesar de suas denúncias contra Adhemar não terem implicado nenhuma investigação, Paulo Duarte voltou à carga dois meses depois de terminar a série "O meu destino é o Catete", com uma acusação que provocaria profundo impacto na trajetória de Adhemar. No artigo "O seu destino não será o Catete"[158], o jornalista anuncia ter documentos provando que Adhemar havia se apropriado de 31 veículos de um lote de 36 comprados pelo governo do estado da General Motors no último trimestre de 1949. A frota era formada por um Oldsmobile de luxo, dez automóveis de passeio Sedan e 20 caminhões.

Pela documentação que Paulo Duarte obtivera, o Oldsmobile estava em nome do próprio Adhemar. Os automóveis Sedan haviam sido repassados a Adhemar de Barros Filho, primogênito do então ex-governador; Antonio Emygdio de Barros Filho, irmão de Adhemar; José Barone Mercadante, presidente do PSP; Armando Gutfreund, antigo chefe de segurança do Campos Elíseos; Antonio de Pádua Chagas Freitas, diretor do jornal *O Dia* no Rio de Janeiro; César Dias Baptista, secretário particular de Adhemar; além de outros quatro homens de confiança do político. Quanto aos caminhões, encontravam-se em nome de quatro empresas das

---

[156] DUARTE, Paulo. "O meu destino é o Catete" XVII. *O Estado de S.Paulo*. São Paulo, 17 julho 1954. Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*, pasta 1-055.
[157] SEVERAS críticas à administração Ademar de Barros. *Folha da Manhã*. São Paulo, 15 novembro 1953. Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*, pasta 1-055.
[158] DUARTE, Paulo. "O seu destino não será o Catete". *O Estado de S.Paulo*. São Paulo, 9 setembro 1954. Arquivo do jornal *O Estado de S. Paulo*, pasta 1-055.

quais Adhemar era dono ou acionista majoritário: Propago (Propaganda Publicidade S.A.), Produtos Químicos Vale do Paraíba Ltda, Fábrica de Tecidos Nossa Senhora Mãe dos Homens e Fabril Redenção S.A.. Do lote original de 36 veículos, apenas cinco caminhões estavam em posse da administração estadual, mais especificamente da Força Pública.

No mesmo dia da publicação da denúncia, Paulo Duarte entregou ao secretário da Justiça 53 documentos demonstrando que, quando governador, Adhemar ordenara à Secretaria de Governo a compra dos 36 veículos para a administração pública, pagos com um crédito aberto a favor da General Motors no Banco do Estado. Posteriormente, esses veículos foram refaturados em nome das pessoas ou empresas citadas, com exceção dos cinco caminhões da Força Pública. Encaminhados ao Ministério Público, os documentos respaldaram uma denúncia por peculato – a apropriação ou desvio de bem público em proveito próprio ou alheio, praticado por funcionário público –, com pedido de prisão preventiva de Adhemar. Tão logo a denúncia foi recebida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, o político recorreu ao Supremo Tribunal Federal, pedindo o trancamento da ação.

Foram, ao todo, três tentativas para obter um *habeas corpus*. Na primeira, os advogados Ester de Figueiredo Ferraz, José Carlos de Ataliba Nogueira e Teotônio Monteiro de Barros Filho defenderam que os atos de Adhemar não configuravam peculato, visto que ele pedira o refaturamento dos veículos ao se dar conta de que eles haviam sido comprados irregularmente, sem abertura de licitação. Na seqüência, teria assumido a dívida do Estado junto ao banco e só não pagara porque teriam sido infrutíferos seus pedidos junto a Nogueira Garcez para regularizar a situação. Na segunda tentativa, o advogado Luís Vicente Azevedo argumentou que, como governador, Adhemar teria foro especial, não sendo, portanto, o Tribunal de Justiça paulista competente para julgá-lo. Ambos os pedidos foram negados pelo Supremo, no começo de novembro de 1954. Adhemar contratou então o advogado Evandro Lins e Silva para impetrar um novo pedido de *habeas corpus*. Lins e Silva retomou o questionamento da competência do Tribunal paulista, com outra retórica, partindo do princípio de que Adhemar havia sido denunciado na qualidade de governador:

> *"... se o crime era* funcional*, do governador, o juízo político do* impeachment*, através de processo de responsabilidade, deveria preceder o procedimento da justiça criminal; ou não era, e não podendo haver privilégio de fôro, incompetente seria o Tribunal de Justiça para julgar, originariamente, o paciente."*[159]

[159] COSTA, Edgar. *Os grandes julgamentos do Supremo Tribunal Federal*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964, vol. 3, p. 292.

Nessa terceira tentativa, em dezembro, o Supremo também não concedeu o *habeas corpus*, mas, diante do empate de votos dos ministros, o presidente da instituição decidiu anular o processo, sem prejuízo da abertura de um novo. Durante a demorada disputa jurídica, Adhemar amargou uma derrota para Jânio Quadros nas eleições majoritárias estaduais. No ano seguinte, ao entrar para a campanha à presidência da República, estava com dois processos relativos aos veículos tramitando na Justiça. O original, no qual era acusado de apropriar-se dos 36 Chevrolets; e outro, instaurado a pedido do Ministério Público, por apropriação de recursos da Força Pública de São Paulo. Isso porque, no decorrer das investigações, provou-se que Adhemar recebera da Força Pública, por meio de negociação triangulada por uma empresa, um cheque no valor dos cinco caminhões em posse do Estado desde o último trimestre de 1949. Nos autos, a acusação refez o percurso do cheque até o depósito em uma conta bancária de Adhemar, por meio de documentos e do testemunho de assessores diretos do então governador, derrubando sua defesa. "De nenhuma valia, pois, a retratação judicial, quando diz o réu não se recordar se o cheque lhe fôra realmente entregue",[160] argumentou o procurador Mário de Moura e Albuquerque na denúncia apresentada ao Tribunal de Justiça, referindo-se a depoimento anterior de Adhemar.

Para complicar o imbróglio jurídico, nas páginas de *O Estado de S.Paulo* o incansável Paulo Duarte acusou o político de ficar com uma urna marajoara destinada ao Museu Paulista, o que levou à instauração de outro processo. A doação havia sido retirada em Belém do Pará, em 1950, por um funcionário da Aerovias, a empresa aérea de Adhemar, mas não chegara ao Museu Paulista.[161]

No caso dos Chevrolets, Adhemar obteve uma vitória significativa antes de terminar 1955, ao ser absolvido da acusação de peculato pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Na decisão dos desembargadores, pesou o fato de o governo não ter pago nenhuma parcela do financiamento contraído seis anos antes, já que Adhemar reconhecera a dívida como sua, embora só viesse a quitá-la, em juízo, durante o processo. Mas a mesma sentença que afastou de Adhemar enquadramentos e punições do Código Penal, criticou sua falta de lisura à frente do Executivo paulista, durante a compra e refaturamento dos veículos. "É manifesto que assim agindo, aproveitou-se o acusado, em benefício próprio e alheio, do prestígio, das regalias e até

[160] ALBUQUERQUE, Mário de Moura e. Razões. *Justitia*, São Paulo: Ministério Público do Estado de São Paulo, v. 19, p. 99, out./dez. 1957.
[161]ANDRADE, Antonio Ribeiro de. *Relatório*. Departamento de Ordem Política e Social. São Paulo, 1º dezembro 1955. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo do Deops. Prontuário 405427, p.14.

mesmo do crédito do Poder Público", registraram os desembargadores.[162] "Defrontamo-nos, na espécie, com o retrato fiel do 'improbus administrator', mas não de um peculatário."[163]

A marca de administrador sem honestidade foi reforçada poucos meses depois por uma decisão dessa mesma corte. Em março de 1956, ao contrário das expectativas de seus advogados, Adhemar foi condenado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo no processo dos caminhões da Força Pública. Sentenciado a dois anos de reclusão, além de multa e interdição dos direitos políticos por cinco anos, não hesitou em fugir do país para escapar da cadeia. Ciente de que a ordem de sua prisão havia sido despachada por rádio a diversos pontos do país, contornou o cerco sem dificuldades. Acompanhado pela tripulação e um dos genros, embarcou em um avião de sua propriedade, o Douglas prefixo PP-DSC, no aeroporto dos Amarais, destinado à época apenas aos aparelhos do aeroclube local. "De Campinas voaram direto para Assunção, com o rádio desligado, para não dar a posição do avião."[164] Cinco dias depois, concedeu entrevista à imprensa na capital do Paraguai, onde já havia comparecido a jantares e recepções em sua homenagem. "A impressão que se tem, entre os jornalistas brasileiros que cercam Adhemar de dia e de noite, é que o líder populista, muito embora faça tudo para aparentar tranqüilidade, está pronto para mais uma fuga sensacional"[165], registrou o repórter Darwin Brandão.

Não demorou para que um pedido de extradição expedido pelo governo brasileiro chegasse ao Uruguai. Mas Adhemar, como previra o repórter, já havia partido para a Bolívia, onde permaneceu sob a proteção do presidente Paz Estensoro. Em maio de 1956, acabou absolvido por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal, onde seus advogados tinham recorrido contra a sentença do tribunal paulista. Os ministros do Supremo entenderam que o processo dos caminhões da Força Pública era um simples desdobramento do caso dos Chevrolets, que já havia sido julgado. Além disso, como os veículos estavam na posse da Força Pública, prevaleceu a tese de crime impossível, já que os cofres públicos não haviam sofrido nenhum prejuízo. Em seu voto, o ministro Nelson Hungria afirmou inclusive que "peculato consumado sem dano efetivo é tão absurdo quanto dizer-se que pode haver fumaça sem fogo, ou sombra sem corpo que a projete, ou telhado sem paredes ou esteios sem sustentação".[166]

Paulo Duarte interpretou a sentença como uma adesão da Justiça ao peculato. Depois de

---

[162] COSTA, Edgard, op. cit., p. 317.
[163] Ibidem, p. 318.
[164] BRANDÃO, Darwin. Adhemar em Assunção: "Estão com medo de mim". *A noite*. Rio de Janeiro, 1º cad., 12 março 1956, p.2.
[165] Ibidem, p.2.
[166] COSTA, Edgard, op. cit., p. 322.

meses criticando a decisão do Supremo e seus ministros, o jornalista direcionou sua crítica especificamente contra Hungria, dizendo que, depois da absolvição do ex-governador, "ficava difícil estabelecer qualquer diferença nítida entre um Ademar de Barros e um Nelson Hungria"[167].

> *Os Ademares atiram-se à coisa pública, saqueiam os bancos oficiais, fazem negociatas com as autarquias e os departamentos da Fazenda. Chamada a polícia, aparecem então os mais altos juízes da Nação, dão foros de legalidade aos crimes e ainda xingam os que pretendem defender a dignidade política e administrativa punindo ladrões. No fim tudo é a mesma coisa, é a prevaricação sob variada forma, aquela mesma prevaricação a respeito da qual assim se referia Ruy, falando exatamente do Supremo Tribunal: "O bom ladrão salvou-se, mas não há salvação para o juiz covarde*".[168]

Cinqüenta anos depois, em suas memórias, o jurista Hélio Bicudo fez ecoar as suspeitas levantadas por Paulo Duarte, ao afirmar que a absolvição de Adhemar no processo dos caminhões da Força Pública "foi um dos casos em que se falou de corrupção na Corte Suprema e ainda hoje é lembrado no conjunto de fatos que desacreditam a Justiça brasileira"[169]. Na condição de assessor da Procuradoria Geral do Estado, Bicudo participou ativamente da série de investigações relativas a Adhemar empreendidas durante o período que Jânio Quadros foi governador de São Paulo.

2.3. A vassoura janista

O surgimento e meteórica escalada de Jânio Quadros no cenário político foram fatais para o projeto que norteava a vida de Adhemar: assumir a presidência da República. Defensor da moralização administrativa, Jânio se apresentou desde o começo de sua carreira política como crítico intransigente do clientelismo, do mau uso do dinheiro público, do estilo Adhemar de governar. Ao final de sua primeira campanha à prefeitura paulistana, famosa pelo lema "o tostão contra o milhão", os janistas não pouparam o adversário nem durante as comemorações da vitória. Carregando vassouras, o símbolo da limpeza prometida nos palanques, fizeram o enterro

[167] PECULATO & Justiça. *Anhembi*. Editora Anhembi, v. XXVI, n. 76, março 1957, p. 86.
[168] Ibidem, p. 86.
[169] BICUDO, Hélio. *Minhas memórias*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2006, p. 67.

simbólico do líder do PSP, e saíram anunciando pelas ruas: "Quebrou a caixinha de Adhemar".[170] O que eles não sabiam é que, em segredo, Adhemar havia ajudado a financiar a campanha de Jânio.[171] Em desacordo com o governador Lucas Garcez, que preterira seu candidato para a disputa, mas ainda não rompido com o antigo afilhado político, ele tinha como prioridade impedir a eleição do escolhido por Garcez e, na seqüência, retomar o controle do PSP, que se encontrava cindido. "O que se ia disputar, nas eleições de 22 de Março, não era a Prefeitura da Capital, mas sim o Governo de São Paulo e a Presidência da República",[172] registrou no mesmo ano o vice-governador Erlindo Salzano.

No confronto eleitoral seguinte, feito diretamente com Adhemar, Jânio de novo se beneficiou do conflito entre o criador e a criatura. Sem a máquina do governo em sua retaguarda, pois o rompimento com Lucas Garcez finalmente se concretizara, Adhemar enfrentou ainda a oposição militante de Paulo Duarte em *O Estado* e as repercussões no resto da imprensa relativas ao caso dos Chevrolets, que tramitava na Justiça. Para Jânio, nenhum adversário seria mais conveniente em sua campanha moralizadora do que Adhemar, já taxado de "improbus administrator" pelo Tribunal de Justiça. Assim, em mais de um comício dessa

campanha, o então prefeito de São Paulo mostrou que estava disposto a explorar ao máximo a imagem de desonesto que grudava no oponente. No discurso, anunciava que convidara o seu principal adversário. Depois de fazer algum suspense, erguia uma gaiola com um rato: "Ei-lo, senhores. Ei-lo, o rato Ademar".[173] No ano seguinte, durante a campanha que conduziu Juscelino Kubitschek para o Catete, Jânio, na condição de governador de São Paulo, ameaçou reagir caso Adhemar saísse vitorioso: "Nenhum ladrão usará a faixa de presidente da República"[174].

Apresentando-se com estilo propício à caricatura – cabelos despenteados, roupas desalinhadas, retórica empolada e gestual dramático –, Jânio era, à primeira vista, muito diferente do fundador do PSP. Enquanto o patriarcal Adhemar se apoiava em uma estrutura partidária capilar e não respeitava os limites do orçamento para realizar suas obras, o arredio Jânio passava a imagem de um político não profissional, disposto a atuar à revelia dos partidos e a acabar com as mazelas da gestão pública. Donos de grande carisma, ambos, porém,

---

[170] CASTRO, Viriato de. *O fenômeno Jânio Quadros*, op. cit., p. 74.
[171] KWAT, Gabriel. *O trevo e a vassoura*: os destinos de Jânio Quadros e Adhemar de Barros. São Paulo: A Girafa Editora, 2006, p. 329.
[172] SALZANO, Erlindo. *O "crime perfeito" do Prof. Lucas Nogueira Garcez*. São Paulo: Editora Piratininga, 1953, p. 173.
[173] MERCADANTE, Luiz Fernando. Ademar continua vivo. *Realidade*. São Paulo, 1968, p. 139.
[174] O PECULATÁRIO e a Justiça. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 21 junho 1955. Centro de Documentação Cultural da Unicamp, Fundo Paulo Duarte, dossiê Ademar de Barros, pasta 17.

representavam duas faces de uma mesma moeda: o populismo, o fenômeno de adesão da massa ao líder sem nenhuma forma de coerção econômica ou social, como entende Weffort. Para o cientista político, "o populismo, nestas formas espontâneas, é sempre uma forma popular de exaltação de uma pessoa na qual esta aparece como a imagem desejada para o Estado".[175]

A partir de levantamento feito entre eleitores paulistas, Weffort conclui que o seguidor típico de Adhemar visualiza por meio dele um Estado protetor, assistencial, ao qual pode recorrer caso necessite, "inclusive através da corrupção".[176] Favorito entre os eleitores do interior e dos bairros populares mais tradicionais e antigos, com pequena presença operária, Adhemar atenderia as aspirações da parcela da população interessada em manter a estabilidade de seus pequenos negócios ou empregos públicos. Jânio, ao contrário, aparece no levantamento de Weffort como o preferido da população da periferia das grandes cidades, onde se concentra a maior parte do operariado. "Projeta, de certo modo, apesar do estilo carismático da liderança, a aspiração a um Estado impessoal, abstrato, que os seguidores típicos de Adhemar de modo algum podem conceber."[177] Em uma sociedade em crescente processo de urbanização e industrialização, Jânio tem maior receptividade, portanto, entre aqueles que cultuam a idéia da igualdade e da justiça em detrimento dos favores e das facilidades pessoais.

Assim, ele se credenciou como um implacável adversário de Adhemar no momento em que uma parte da população ansiava por mudanças no cenário político. Mal tomou posse, em janeiro de 1955, o novo governador desalojou o PSP da máquina do governo, e incentivou a apuração de denúncias envolvendo o fundador do partido. "As investigações contra Adhemar começaram ainda no governo Nogueira Garcez, mas ganharam força na gestão Jânio Quadros."[178] Nesse período, o processo dos Chevrolets foi encerrado, mas seu desdobramento, o caso dos caminhões da Força Pública, permitiu outra tentativa de criminalizar o ex-governador, que acabou amargando um exílio de seis meses e 20 dias. E justamente quando se encontrava protegido por asilo político na Bolívia, Adhemar teve sua prisão preventiva decretada novamente, desta vez no rumoroso caso da urna marajoara, a igaçaba doada pelo engenheiro Felisberto Cardoso de Camargo, diretor do Instituto Agrônomo do Norte, em Belém (PA) ao Museu Paulista, em 1950.

Sem ninguém para mandar engavetar a denúncia – como fizera Getúlio Vargas em relação à verba secreta da polícia – Adhemar teve de prestar depoimento na polícia, onde

[175] WEFFORT, Francisco, op. cit., p. 36.
[176] Ibidem, p. 31.
[177] Ibidem, p. 35.
[178] Bicudo, Hélio, op. cit., p. 65.

garantiu que tudo não passava de um "tremendo equívoco"[179]. No inquérito, disse que tomara, de fato, conhecimento da doação, durante a abertura de uma exposição de cerâmicas da ilha do Marajó promovida pelo museu. No evento, o chefe da seção de etnologia, Herbert Baldus, teria comentado que a instituição recebera a oferta, mas estava sem recursos para providenciar seu transporte até São Paulo. Na mesma hora, Adhemar teria autorizado a despesa, que cobriria do próprio bolso, e, segundo seu depoimento à polícia, se esquecera completamente do assunto.

Poucas semanas depois, um funcionário da Aerovias, retirou a urna em Belém, em nome do então governador, que ainda mandou uma carta de agradecimento ao diretor do Instituto Agrônomo, pois tratava-se de um objeto de sua coleção particular. Como a peça arqueológica não chegou ao Museu Paulista, tanto o doador quanto o diretor do museu, Sérgio

Buarque de Holanda, recorreram insistentemente ao Campos Elíseos, tentando resolver o problema. Seus esforços foram inúteis. Na mesma época, souberam que uma igaçaba marajoara ficara exposta durante cerca de dez dias na vitrine da agência da Aerovias no centro de São Paulo, mas não chegaram a vê-la.

Cinco anos depois, intimado pela polícia de Jânio Quadros, Adhemar esclareceu que no mesmo dia da exposição no Museu Paulista, data de seu aniversário, recebera a visita de dois fazendeiros da ilha do Marajó, os irmãos Maria Augusta e Humberto Teixeira. Deles ganhou uma urna marajoara, que posteriormente chegou a São Paulo em vôo da Aerovias e, durante alguns dias, permaneceu em exibição na agência da empresa. No auge do escândalo, Adhemar localizou a urna na despensa da casa de sua fazenda em Taubaté, onde estava sendo usada para armazenar batatas e cebolas. Seu advogado nesse caso, Oscar Pedroso Horta, chegou a mostrar a peça à imprensa e a especialistas, mas ela não correspondia àquela doada ao museu. O processo chegou ao Supremo Tribunal, onde Adhemar acabou absolvido de mais esta acusação de peculato. Ficara evidente que a urna desaparecera, mas não ficara elucidada a autoria do crime. A correspondência do então governador agradecendo a doação foi creditada, nos autos, a um equívoco de sua assessoria. Alívio para Adhemar, frustração para o acusador Paulo Duarte, que não havia omitido no inquérito a motivação de sua denúncia:

> *"...a fim de que o governo do País não caia nas mãos de um cidadão comprovadamente inidôneo, o que seria uma calamidade e uma vergonha para o Brasil, como foi uma calamidade e uma vergonha para S. Paulo a passagem do Sr. Adhemar de Barros pelo governo do Estado, quando pilhou o patrimônio público."*[180]

[179] ANDRADE, Antonio Ribeiro de, op. cit., p. 7.
[180] Ibidem, p. 2.

Assim, fica evidenciado que quanto mais Adhemar perseverava em galgar na hierarquia do poder, mais seus adversários políticos atuavam no sentido de barrar-lhe a escalada por meio de processos judiciais. Pouco antes da posse de Jânio, Adhemar já havia reconhecido em entrevista à revista *O Cruzeiro* que os processos dos Chevrolets e dos caminhões da Força Pública contribuíram para sua derrota diante de um adversário cuja bandeira era justamente a moralização administrativa. Ressaltou que continuava empenhado em alcançar seus objetivos políticos, mas admitiu que o processo "teve influência decisiva sôbre o eleitorado" e constituiu "obstáculo irremovível ao pronunciamento soberano da vontade cívica dos paulistas, importando em coação psicológica que viciou, e muito, a expressão do pleito"[181].

A sucessão de processos, sem dúvida nenhuma, serviu a objetivos político-partidários e, devido à enorme repercussão que teve na mídia e nos palanques eleitorais, pesou no resultado do pleito, associando definitivamente o nome de Adhemar à improbidade administrativa. Por essa época, sua fama já havia ultrapassado as fronteiras do país. O escândalo dos Chevrolets foi objeto de reportagem até na revista americana *Time*, cujo texto também falava da "existência de uma 'caixinha' superlotada de maços de dinheiro para colegas políticos".[182] Quatro anos antes, a *Time* já havia dedicado espaço a Adhemar. O texto começava descrevendo o político no Aeroporto de Congonhas, se despedindo dos pára-quedistas da expedição organizada e custeada por ele para tentar resgatar as vítimas de um acidente com um avião da Pan American Airways que caíra na floresta amazônica. Em seguida, ao apresentá-lo como um dos homens mais ricos do Brasil, esclarecia que Adhemar, um médico no começo da carreira, entrara pobre para a política e, três anos depois, saíra dono de fazendas, jornais, mina e empresa aérea. A revista americana sugeriu ainda que a expedição para tentar resgatar as vítimas do acidente poderia ser uma manobra publicitária, argumentando que a iniciativa partia de um homem obcecado pela idéia de ser presidente da República.

> *"A próxima eleição presidencial do Brasil será ainda daqui a três anos e meio, mas Adhemar se comporta como se fosse no próximo mês. Às vezes, ele fala como se já tivesse ganhado a presidência. Tanto em suas manifestações públicas quanto privadas, ele começa sentenças com: quando eu for Presidente..."*[183]

À determinação de Adhemar correspondia persistência similar de seus adversários

---

[181] FERREIRA, Jorge, op. cit., p. 83-N.
[182] THE PEOPLE thief. *Time*. Nova York, 19 março 1956, p. 45, "...the existence of a "little box" filled to overflowing of bundles of boodle for political pals."
[183] PRESIDENTIAL aspirant. *Time*. Nova York, 26 maio 1952, p. 20. "Brazil's next presidential election is still 3 ½ years away, but Adhemar behaves as if it were next month. Sometimes he talks as if the presidency were already in the bag. Both in public and private utterance he begins sentences with: when I am President…"

políticos, respaldados pelas práticas administrativas pouco ortodoxas do "improbus administrator". Em suas memórias, Bicudo lembra que, durante as investigações sobre "as negociatas de Adhemar"[184], encontraram-se documentos relativos à compra de duas barcaças de ferro que nunca chegaram a seu destino, o serviço de transporte entre Santos e Guarujá. Para efetivar a suposta compra, em 1947, o Banco do Estado chegou a remeter o equivalente a US$ 24 mil ao cônsul Edison Ramos Nogueira, que deveria efetuar o pagamento junto à fabricante das barcaças, a empresa United States Maritimes Comission Agency for Marine Materials, sediada em San Diego, na estado americano da Califórnia.

Com o governador Jânio Quadros no controle da máquina estatal, Adhemar é intimado mais uma vez a se explicar na polícia. Afirmou que não estava em condições de dar "informações perfeitas"[185] a respeito do episódio, já que muito tempo se passara desde a transação. No mesmo dia, seu irmão Oswaldo Pereira de Barros, presidente do Banco do Estado na época que os US$ 24 mil foram enviados para os Estados Unidos, argumentou que o sigilo bancário não permitia que ele se manifestasse sobre a operação financeira.[186] Localizado nos Estados Unidos com a ajuda do FBI, a polícia federal norte-americana, o antigo cônsul garantiu a Bicudo e a um delegado que as embarcações "haviam sido, de há muito, enviadas a São Paulo".[187] Sua afirmação foi recebida com reservas pelos encarregados da diligência, em especial por sua condição de ex-cônsul, afastado do Itamaraty devido a irregularidades praticadas em um consulado da Alemanha.

O fato é que as barcaças não chegaram ao Guarujá, o destino dos US$ 24 mil não foi esclarecido e a investigação não resultou em nenhuma punição. O empenho do governo Jânio Quadros, que não hesitara em acatar sugestão de Paulo Duarte[188] e custear diligências em território norte-americano, refletiu na polícia, que concluiu o inquérito com o indiciamento de Adhemar e seu irmão por peculato e do ex-cônsul por apropriação indébita. "Apuramos que não houve siquer (sic) compra das barcas em questão. A aquisição das mesmas foi simulada para permitir aos indiciados o desvio, do Tesouro Estadual, de quantia equivalente a US$ 24 mil e

[184] BICUDO, Hélio, op. cit., p. 67.
[185] TERMO de Declarações de Adhemar Pereira de Barros no Departamento de Ordem Política e Social. São Paulo, 20 novembro 1956. Arquivo Público do Estado. Arquivo Deops. Prontuário 40527.
[186] TERMO de Declarações de Oswaldo Pereira de Barros no Departamento de Ordem Política e Social. São Paulo, 20 novembro 1956. Centro de Documentação Cultural da Unicamp, Fundo Paulo Duarte, dossiê Ademar de Barros, pasta 7.
[187] BICUDO, Hélio, op. cit., p. 70.
[188] Em cópia de carta enviada ao governador, datada de 27 de fevereiro de 1956, Paulo Duarte faz um resumo das investigações sobre as barcaças, lembrando que não se descobrira ainda o destino final dos US$ 24 mil. Sugere a "viagem urgentíssima de um promotor" aos Estados Unidos para ouvir o ex-cônsul, indicando para isso Hélio Bicudo, "que conhece como ninguém o processo". Centro de Documentação Cultural da Unicamp, Fundo Paulo Duarte, dossiê Jânio Quadros, pasta 46.

sua remessa à Norte-América”[189], registrou o delegado responsável pela investigação. Os autos, porém, acabaram engavetados no Tribunal de Justiça, em 1957. Reapareceram oito anos depois, enviados ao tribunal pelo correio, de forma anônima, quando Adhemar encontrava-se em confronto com o governo militar. Reativado o caso, quase duas décadas após o Banco do Estado ter liberado os recursos para comprar as barcaças, o caso esmoreceu com o parecer do Ministério Público: não havia nos autos nenhum elemento que indicasse a prática de crime por parte do ex-governador. Havia indícios de apropriação indébita por parte do ex-cônsul, “mas em tal hipótese já estaria extinta a punibilidade”.[190]

No decorrer do tempo, o vai-e-vem do escândalo das barcaças não foi uma exceção. Pode-se detectar uma espécie de ciclotimia no histórico das denúncias contra Adhemar: elas são levantadas e abafadas em função das conveniências políticas. Dessa forma, às vésperas das eleições para a prefeitura municipal, em 1957, o governador Jânio Quadros trouxe mais uma vez à cena o empréstimo em condições irregulares concedido pelo Banco do Estado à Aricanduva, a empresa de Adhemar que hipotecou um terreno dos Matarazzo do qual tinha só a opção de compra. Com o dinheiro do empréstimo, efetuou a compra e ainda pôde dispor a seu critério de 34% do total de recursos liberados pela instituição financeira.

> *A Imobiliária Aricanduva S.A. comprou, em 1950, por 56 milhões de cruzeiros, a gleba de terra designada por “Jardim Leonor”, hipotecando-a, à Caixa Econômica Estadual, logo depois, por 85 milhões de cruzeiros. É de pasmar! E o político metido nisso ainda se atreve a processar-me, quando lhe chamo de desonesto... Não perde por esperar...*[191].

Apesar da sincronia entre as acusações e o calendário eleitoral, os problemas de Adhemar na Justiça e o desgaste em sua imagem não podem ser creditados apenas à ação de adversários políticos. Na maioria das vezes, os acusadores tiveram em primeiro plano um objetivo político, mas as denúncias estavam lastreadas por irregularidades efetivamente cometidas na administração pública, mesmo quando o próprio acusado não ocupava nenhum cargo no Executivo. Foi o que ocorreu no Ministério da Saúde durante o governo Juscelino

---

[189] FERREIRA, Arinos Tapajós Coelho. *Relatório*. Departamento de Ordem Política e Social. São Paulo, 6 abril 1956. Unicamp. Arquivo Paulo Duarte, dossiê Ademar de Barros, pasta 7.
[190] VAI ao Legislativo inquérito sobre as barcaças do Guarujá. *Folha da Manhã*, São Paulo: 3 fevereiro 1966. Recorte localizado no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo Deops, dossiê 50 Z 178.113.
[191] Trecho de despacho enviado pelo governador Jânio Quadros ao secretário da Fazenda, Carlos Alberto de Carvalho Pinto, determinando cobrança de prestações atrasadas da Aricanduva, sob pena de execução judicial do contrato. Apud DUARTE, Paulo. Adhemar e os dinheiros públicos. *O Estado de S.Paulo*. São Paulo: 22 fevereiro 1957. Arquivo do jornal *O Estado de S.Paulo*, pasta 1-055.

Kubitschek, comandado entre 1958 e 1960 pelo médico sanitarista Mário Pinotti, que havia sido indicado por Adhemar. Entre a série de acusações que teve de enfrentar na Justiça após sua exoneração da pasta, Pinotti dividiu com seu padrinho político a mais contundente: o furto de duas aeronaves.

O primeiro aparelho era o Beechcraft prefixo PT-HDL, adquirido pelo ministério para ficar a serviço do Departamento Nacional de Endemias Rurais. O avião, avaliado em cerca de Cr$ 150 mil, havia sido vendido por Adhemar ao órgão federal pelo valor de Cr$ 6 milhões, numa transação intermediada por seu secretário particular, César Dias Baptista. Efetuada a transação, com base em documentação fraudulenta, o aparelho, em vez de ser entregue ao comprador, passou a ser usado pelo ex-governador paulista. Durante a campanha de 1958, quando não se encontrava no hangar de Adhemar no Campo de Marte, o Beechcraft estava cruzando os céus, com piloto, combustível e manutenção custeados pelos cofres públicos. Testemunha em um dos processos, o fotógrafo Monteiro de Barros afirmou que "o dr. Adhemar de Barros possuía uma frota de cerca de 15 aviões, entre os quais um Beechcraft prefixo PT-HDL" e que tinha feito "várias viagens nesse avião para diversos pontos do país em companhia do dr. Adhemar, em sua campanha política"[192]. Os serviços do fotógrafo também tinham sido bancados pelos cofres da União: funcionário do Ministério da Saúde, ele fora deslocado para trabalhar na campanha durante três meses.

O segundo aparelho era um helicóptero, vendido para o ministério por Cr$ 8 milhões, em operação similar à do avião, mudando apenas o intermediário. Em vez de César Dias Baptista, atuou outro correligionário de Adhemar, Hermelino Lopes Rodrigues Ferreira, à época diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais. Esse helicóptero também ficou à disposição do ex-governador em campanha. No processo relativo ao caso, consta que os recibos dos reparos da aeronave pagos pelo Ministério da Saúde eram sempre emitidos em nome de Rodrigues Ferreira, procedimento que parecia "revelar o intuito de furtar definitivamente o helicóptero"[193]. Instaurados ainda no governo Juscelino Kubitschek, os processos ganharam celeridade na rápida passagem de Jânio Quadros pela presidência da República. Tramitavam pela Justiça quando os militares ocuparam o poder, em 1964.

Durante o regime de força, a ameaça de ser enquadrado no Código Penal continuou rondando o governador empossado dois anos antes. Só mudou a forma de investigação:

---

[192] FRAUDES: processos incriminam o governador. *O Estado de S.Paulo*. São Paulo, 15 agosto 1964. 2º clichê. Arquivo do jornal O Estado de S. Paulo, pasta -1-055.
[193] Ibidem.

Inquérito Policial Militar (IPM). Em agosto de 1964, no curso de uma dessas investigações dois auxiliares diretos de Adhemar chegaram a ser presos: o secretário César Dias Baptista e o assessor jurídico Afonso Bossi. "A crise, num primeiro momento, é resolvida favoravelmente a Adhemar, com o afastamento do General Mena Barreto, um dos principais condutores dos inquéritos e forte opositor do governador paulista."[194] A tolerância dos novos governantes em relação a Adhemar deveu-se a seu papel estratégico na execução do golpe e na implantação do regime. Nos primeiros meses, o governador não se cansava de defender a "revolução" e de elogiar o primeiro presidente militar, o marechal Castello Branco. Essa situação mudou radicalmente quando o governador paulista viu seu futuro político ameaçado pelo Ato Institucional número 2, que suprimiu as eleições diretas para a presidência da República. A partir dessa data, outubro de 1965, suas divergências e críticas ao poder central ficaram cada vez mais evidentes, assim como a falta de sintonia com a política de saneamento financeiro idealizada pelos ministros Octávio Bulhões e Roberto Campos, que ocupavam, respectivamente, as pastas da Fazenda e do Planejamento. Campos relata a situação em suas memórias:

> *O Banco do Estado embarcara numa orgia de empréstimos, que fatalmente geraria pressão sobre o redesconto do Banco Central, sob pena de pânico financeiro. E o mercado de títulos públicos, que nos esforçávamos para construir, estava sendo desmoralizado pela emissão maciça de "Adhemaretas" (Bônus Rotativos do Estado), vendidos com enorme deságio que embutiam extravagantes juros reais. A orgia financeira era completada por uma orgia de nomeações para cargos públicos.*[195]

Um dos escândalos do final do governo Adhemar foi denunciado pelo Instituto de Engenharia e pelo Instituto de Arquitetura de São Paulo, ficando conhecido como o caso da Capua. Tratava-se da contratação superfaturada e sem concorrência pública dos serviços de uma empresa – a Construtora Capua & Capua – para a construção de 230 escolas primárias em todo o estado.[196] O contrato, no valor de Cr$ 40 milhões, e uma avalanche de 13 mil nomeações para cargos públicos estão entre os fatores que tornaram sua cassação inevitável.[197] Naquela altura, o tom das manifestações do próprio Adhemar já não possibilitava uma conciliação com os antigos aliados. "São ditatoriais os processos políticos utilizados pelo govêrno do marechal Castelo Branco para a escolha de candidaturas"[198], pronunciou-se a respeito da sucessão presidencial, de acordo com relatório da Delegacia Especializada de Ordem Política. "Minha condição de

---

[194] SAMPAIO, Regina, op. cit., p. 105.
[195] CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa*: memórias. 2ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994, p. 728.
[196] FIM de governo tem quatro atos. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 6 junho 1966.
[197] MERCADANTE, Luiz Fernando, op. cit., p. 142.
[198] SÃO PAULO. Delegacia Especializada de Ordem Política. *Boletim número 40*. São Paulo, 12 maio 1966.

candidato à Presidência da República é um direito adquirido e legalmente reconhecido."[199] Vinte e quatro dias depois, Adhemar interrompia um final de semana de repouso, no qual se recuperava de um forte gripe, para organizar sua retirada compulsória do governo. "Sinto-me como se deixasse uma ilha no Pacífico", disse aos assessores mais próximos. "É a terceira vez que me sinto acossado. Não me custa nada voltar e prosseguir."[200]

3. O HOMEM "QUE ROUBA, MAS FAZ"

3.1. A defesa junto aos tribunais e à opinião pública

Todas as vezes que se sentiu acossado, Adhemar buscou abrigo no exterior. Depois do segundo exílio, sua volta ao Brasil teve caráter de consagração. Ao desembarcar em São Paulo, no mesmo avião Douglas no qual fugira do país, cerca de 12 mil pessoas o aguardavam em Congonhas. "O aeroporto, num fato virgem em sua história, foi interditado, dada a enorme aglomeração nos campos de aterragem."[201] Na falta de um cordão de isolamento, o líder do PSP foi levado, praticamente empurrado, pela multidão. Não conseguindo alcançar o prefeito Wladimir Piza, que se preparara para recepcioná-lo, acabou embarcando no conversível de um correligionário. O cortejo de carros rumo à Catedral da Sé, onde seria celebrada uma missa em ação de graças, foi acompanhado a pé por milhares de pessoas. No caminho, "o povo, mesmo no

Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo do Deops, dossiê 20 C 2.958.
[199] Ibidem.
[200] MELO FILHO, Murilo e SCHVARTZMAN, Salomão. Assim caiu Ademar. *Manchete*. Rio de Janeiro, 18 junho 1966, p. 12.
[201] SILVA, Arlindo. A volta de Adhemar. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 6 outubro 1956, p. 132.

bairro 'grã-fino' do Jardim América, jogava flores sôbre a sua cabeça".[202] O trajeto, que demoraria à época cerca de 50 minutos para ser percorrido, terminou levando quase quatro horas.

Regina Sampaio destaca que tamanha aclamação pode ser explicada pela manutenção do mito de Adhemar enquanto ele se encontrava fora do país, "alimentado por sua própria posição de vítima em face da virulência de Jânio"[203]. A volta gloriosa foi também o ponto alto de uma estratégia de defesa adotada por Adhemar no decorrer de toda a sua vida pública: desqualificar as acusações feitas contra ele, colocando-se como vítima de calúnia arquitetada por adversários políticos interessados em afastá-lo do poder. O mesmo argumento foi adotado do Estado Novo à ditadura militar, mudando apenas as circunstâncias e os personagens envolvidos na trama. Segundo seu discurso, ao enredar mentiras e imputar-lhe falsos crimes, seus adversários políticos estariam tentando impedir que trabalhasse a favor da população, em especial dos mais desvalidos. Ele, no entanto, se mostrava sempre disposto a sofrer pelo bem do país, pois acreditava ser essa a sina dos grandes brasileiros.

> *Nunca usei um tostão do Estado. Nunca tirei um tostão de ninguém. Vejam, através da História do Brasil, como sofreram os grandes homens. Caxias, o grande Caxias, foi à barra dos tribunais acusado de roubar cavalos ao Exército – caso semelhante ao dos Chevrolets que fui acusado de desviar do Estado. Rui, o grande Rui, foi acusado de roubar uma caleça. Como eu, com a urna marajoara, que tão bem os meus amigos classificaram, pela forma e pelo seu baixo valor, de* pinico *de barro. Prudente, Prudente de Morais, também foi acusado de desonesto. Campos Sales foi acusado de haver roubado um colar. Epitácio, Epitácio Pessoa, saiu do govêrno debaixo de pedras, batatas e ovos podres. O doutor Getúlio. Oh! O doutor Getúlio, como sofreu. Êle é outro exemplo. E é pensando no doutor Getúlio que eu acho que não sofri bastante*[204].

A imagem de Getúlio Vargas foi, mais de uma vez, invocada por Adhemar em suas defesas públicas, em especial logo após a morte do antigo presidente. Assim, ao citar as forças políticas que atuaram contra ele na campanha eleitoral de 1954, diz que são as mesmas pessoas que "mancharam de sangue a História do Brasil" e ofereceram ao mundo o "doloroso e triste espetáculo de um suicídio, que ficará como epílogo de um drama de vinganças e ódios insuperáveis".[205] À primeira vista, trata-se apenas de um discurso emocional, proferido no calor dos acontecimentos. Reflete, na realidade, a coerência de uma linha de defesa mantida através

[202] Ibidem, p. 132.
[203] SAMPAIO, Regina, op. cit., p. 90.
[204] MERCADANTE, Luiz Fernando, op. cit., p. 141.
[205] FERREIRA, Jorge, op. cit., p. 82-N.

de quase três décadas. E essa defesa é articulada e difundida tanto por uma assessoria jurídica de primeiro nível quanto por Adhemar, em suas próprias manifestações ou por meio de prepostos.

Nos tribunais, ele contava com os grandes nomes do Direito de seu tempo, entre eles Esther de Figueiredo Ferraz, Evandro Lins e Silva e Oscar Pedroso Horta. Nas peças apresentadas a juízes, desembargadores ou ministros do Supremo, o argumento da perseguição política era uma constante, como demonstra manifestação da advogada Esther de Figueiredo Ferraz, que era à época professora da Faculdade de Direito da USP e mais tarde se tornaria a primeira mulher a ocupar um ministério no Brasil, ao assumir a pasta de Educação no governo João Baptista Figueiredo. Às vésperas das eleições de 3 de outubro de 1954, ela criticou a Procuradoria Geral do Estado por apresentar uma denúncia contra seu cliente com base em representação de um adversário político, argumentando que a instituição estava provocando um prejuízo irreparável tanto para o povo quanto para Adhemar. Com propriedade, lembrou que uma futura absolvição – que de fato ocorreu – não amenizaria o dano político. Se o objetivo da acusação era esclarecer a opinião pública a respeito do candidato progressista, questionou a advogada, por que não agiu antes, "há 3 anos, há 2 anos, há 1 ano, ou mesmo a 6, 5 ou 3 meses"?[206]. O processo ao qual se referia Esther de Figueiredo Ferraz era relativo aos Chevrolets, que poderia ter sido instaurado logo que Adhemar deixou o governo, em 1950, se assim tivesse desejado seu sucessor, o professor Lucas Nogueira Garcez.

Outra peça que reflete o alto nível da defesa jurídica de Adhemar é o pedido de *habeas corpus* que culminou com sua absolvição no Supremo, por unanimidade, no caso dos caminhões da Força Pública. Na petição, Oscar Pedroso Horta traça um perfil do cliente, apontando alguns de seus defeitos – "oratória desabusada" e "impolida" –, enaltecendo as mais vistosas de suas realizações – Hospital das Clínicas e Rodovia Anchieta –, mas principalmente traçando um retrato da "paisagem social e econômica de São Paulo". No cenário descrito por Pedroso Horta, a elite agrária que não conseguia acompanhar as mudanças na economia e nas relações de trabalho via em Adhemar um ícone das inovações indesejadas.

> *O sr. Adhemar de Barros, embora filho de uma das mais antigas famílias do Estado, tradicionalmente ligada à lavoura, transformou-se num símbolo de um movimento de substituição de valores, com o qual não se conforma o tradicionalismo bandeirante. Ele é a ebulição do presente desordenado, dinâmico e criador, em contraste com o espírito contemplativo e desdenhoso dos que ainda divagam à sombra dos cafezais,*

[206] ADHEMAR ficou com os veículos que o Estado se recusara a adquirir. *Diário da Noite*, São Paulo, 22 setembro 1954. Arquivo do jornal *O Estado de S.Paulo*, pasta 1-055.

cada ano menos produtivos.[207]

Ao sentir o poder político e econômico mudar de mãos à sua revelia, essa elite retrógrada teria transformado Adhemar em alvo, em inimigo a ser destruído. Assim, de acordo com o pedido de *habeas corpus*, a real motivação do processo não era proteger o patrimônio público e sim destruir Adhemar por meio dos tribunais, já que seus articuladores não conseguiam fazer isso nos palanques. Manifestações como essa, assim como seu efeito nos julgamentos, repercutiram intensamente na imprensa nacional, ajudando a consolidar a defesa elaborada pelos advogados. E, na construção da imagem de um homem perseguido por adversários implacáveis, representantes do atraso, Adhemar teve na mídia um sustentáculo fundamental. Nos momentos de grandes crises, mandava publicar a sua versão dos fatos em páginas e mais páginas de jornal, não só em São Paulo, mas também no Rio de Janeiro. Quando as acusações de irregularidades durante a interventoria ameaçaram contaminar sua primeira campanha para o governo paulista, ele publicou nos jornais uma extensa e detalhada defesa, ressaltando logo no começo que a denúncia havia partido de Coriolano de Góis, o secretário da Fazenda que demitira e voltara ao posto um mês após a posse do interventor que o substituiu no Campos Elíseos. O histórico dos acontecimentos, afirmou Adhemar, era "o bastante para revelar os intuitos dos promotores daquela medida, posta na ordem do dia nas vésperas das eleições para governador".[208] Ao final do documento, convidou os leitores para examinar "serenamente" os dois pratos da balança: em um estava um processo sem fundamento, "amassado pelo ódio e pelo ressentimento"; no outro, suas realizações nas áreas de Educação, Saúde, Justiça, Segurança e Transportes, "visando sempre a defesa dos valores mais altos da terra e da gente paulista".[209]

Havia também anúncios pagos que não prestavam contas nem convidavam à reflexão. Neles, se adotava um tom mais agressivo, inclusive na denominação dos adversários. Em pelo menos um episódio Paulo Duarte deduziu que o anúncio pago na primeira página de quase todos os jornais de São Paulo tinha como objetivo intimidar a Justiça, mais especificamente o Ministério Público do Estado. Essa foi a possibilidade que defendeu no programa de *O Estado de S.Paulo*, no canal 7, a televisão Record, em sua primeira manifestação pública depois de escrever o artigo sobre o caso dos Chevrolets. Na véspera do programa, o Ministério Público havia reconhecido a procedência de sua denúncia, ao formalizá-la no Tribunal de Justiça de São

[207] BENI, Mario, op. cit., p. 273.
[208] AS ELEIÇÕES em São Paulo: Ademar de Barros responde aos seus acusadores. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 novembro 1946, p. 9.
[209] Ibidem.

Paulo e pedir a prisão preventiva de Adhemar, ressalvando que a medida só poderia ser executada depois do dia 5 de outubro, por causa das imunidades eleitorais. Na ocasião, o Ministério Público também encaminhou ao tribunal o resultado de suas próprias investigações, dando conta que Adhemar requisitara originalmente à General Motors 200 veículos. Não os recebera porque a montadora só tinha 31 disponíveis. Além de divulgar essa informação no programa televisivo, Paulo Duarte leu diante das câmaras o texto do anúncio publicado por determinação de Adhemar:

> *Estão tramando a prisão de Adhemar! Os casacas e os cartolas do Sindicato da Calúnia estiveram reunidos durante todo o dia e a noite de ontem (dia 19 de setembro), tramando a prisão de Ademar de Barros. Não querem que o povo, a 3 de outubro, eleja o maior líder vivo do Brasil. É mais um golpe contra o povo paulista. É mais um golpe contra São Paulo. Mas eles estão enganados! O povo não permitirá que Ademar tombe vítima da calúnia e da traição dos cartolas. Sim! "eles" estão enganados! porque, com o povo cerrando fileiras a seu lado, Ademar é mais forte do que a calúnia.*[210]

Os "cartolas" e "casacas" aos quais o anúncio se referia eram os integrantes do Ministério Público que, na data citada, haviam se reunido e redigido a denúncia contra Adhemar. Paulo Duarte fez a leitura do anúncio no ar para advogar que o objetivo da peça publicitária tinha sido intimidar os procuradores. Essa não foi a primeira nem seria a última vez que o jornalista recorreu ao programa de *O Estado de S.Paulo* na Record para consolidar ou dar continuidade a denúncias feitas anteriormente no jornal. Mas o uso da televisão na batalha pela conquista da opinião pública não era um recurso exclusivo de Paulo Duarte. Em horários pagos, Adhemar também fazia aparições esporádicas, de grande impacto, até mesmo pela repercussão que essas transmissões tinham em outros veículos de comunicação mais populares, como o rádio e o jornal. Em uma delas, durante a campanha presidencial de 1955, Adhemar defendeu-se anunciando que em São Paulo estava se organizando o sindicato da calúnia, uma manobra que já teria sido usada no passado contra outros homens públicos de valor, como Washington Luís e Júlio Prestes, "para citar dois exemplos mais recentes".[211] Apresentando-se como alvo da organização especializada em difamar, lembrou que as obras que havia realizado haviam transformado São Paulo e deixou um questionamento no ar. "E eu pergunto: qual o meu crime? Pretender governar o Brasil?"[212]

Nem sempre, porém, sua defesa se mantinha em patamar civilizado. Nos seus próprios

---

[210] CASO dos "Chevrolets" na televisão. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 23 setembro 1954. Arquivo do jornal *O Estado de S.Paulo*, pasta 1-055.
[211] NÃO querem São Paulo no governo da República. *O Dia*, São Paulo, 19 setembro 1954, p. 3.
[212] Ibidem.

veículos de comunicação, a maioria das iniciativas caracterizava-se pela parcialidade e pelo ataque desmedido aos adversários. Durante a publicação da série "O meu destino é o Catete", o jornal *O Dia* de São Paulo saiu com um editorial afirmando que já havia se tornando corriqueiro, em véspera de eleição, *O Estado de S. Paulo* lançar campanhas difamatórias contra Adhemar. Depois de lembrar que daquela vez a tarefa estava a cargo de Paulo Duarte e classificá-lo como "metido a sabido" e desacreditado, o editorial garantiu que o jornalista fingia estar altamente documentado, mas divulgava cifras desprovidas de veracidade. Desmerecido o autor da série, o editorial tratou de desconsiderar a publicação, definindo-a como um volumoso caderno de anúncios comerciais com pretensão de influenciar a opinião pública. Para completar, desdenhou o empenho em acusar Adhemar, afirmando que candidato combatido pelo jornal dos Mesquita era candidato vitorioso, pois a população teria prazer em contrariar os integrantes da tradicional família. "Um prazer muito justo, se considerarmos o mal que há meio século vem fazendo a São Paulo. Fiquem contra Adhemar! Praga de urubu não mata cavalo."[213]

Nos conturbados dias que se seguiram à publicação de "O seu destino não será o Catete", no qual é feita a denúncia a respeito dos Chevrolets, as páginas de *O Dia* chegaram a abrigar artigos chamando Paulo Duarte de pederasta. Na coluna "Crônica Policial", o jornalista Rubens Bengio simulou criticar o colega Fernando Costa, que assinava a coluna "Peço a Palavra" e havia adjetivado Paulo Duarte como pederasta em duas ocasiões. Dizendo supor que Costa havia sido impulsivo ao considerar como verdade alguma conversa a respeito da tendência feminina do então diretor de redação de *O Estado de S. Paulo*, Bengio saiu em suposta defesa do atacado. "Paulo Duarte é safado, caluniador e sem vergonha. Pederesta, porém, não."[214] E, dizendo-se interessado em dar a Paulo Duarte uma maneira "insofismável" de provar sua masculinidade, o desafiou para um duelo, a pistola.

No mesmo jornal, o próprio Adhemar publicou oito anos depois uma série com dezenas de artigos, nos quais apresentou sua versão para os processos instaurados contra ele, acrescentando que outros deveriam surgir no futuro, fabricados de acordo com a necessidade de seus adversários. Em campanha para o governo do estado, adotou um tom intimista para descrever sua carreira política, como se estivesse escrevendo um diário. Apresentou-se como um homem compromissado com seu projeto político, identificado com os desvalidos, traído por falsos amigos, perseguido por inimigos perversos e conformado com os desígnios de Deus. Nos

[213] PRAGA de urubu. *O Dia*, São Paulo, 25 junho 1954. Centro de Documentação Cultural da Unicamp, Fundo Paulo Duarte, dossiê Ademar de Barros, pasta 13.
[214] BENGIO, Rubens. Crônica policial. *O Dia*. São Paulo, 15 setembro 1954. Centro de Documentação Cultural da Unicamp. Fundo Paulo Duarte, dossiê Ademar de Barros, pasta 13.

artigos dedicados à fuga do Brasil para escapar da cadeia, seu relato se assemelha a um roteiro de cinema, com muita ação, uma boa dose de perigo e outra de pieguice.

Segundo Adhemar, às duas horas da madrugada da fuga, quando o comboio que o levaria ao aeroporto dos Amarais entrou na rodovia Anhanguera, estrada aberta e pavimentada por sua iniciativa, estava preocupado com "o que aconteceria a Dona Leonor, que ficara sozinha, abandonada, numa casa longínqua, já nas divisas com Parelheiros".[215] Ao sair da casa de campo onde se refugiara nos dias anteriores, nas imediações de Santo Amaro, havia deixado um guarda de vigia, com o revólver em punho. Imaginou que a mulher ficara ajoelhada, rezando, "sob a fraca luz de uma vela, agarrada à doce Mãe de Deus".[216] Mais tarde, soube no exílio que o guarda dormira pesadamente, não vira chegar o carro da família encarregada de buscar dona Leonor e só acordara uma hora depois, "quando mercenários da polícia, não de Carreira, lá entraram com um enorme aparato, cercando a casa".[217]

Pelos artigos, dona Leonor e ele contavam sempre com a proteção divina. Com freqüência, ele contava também com o apoio, até mesmo a cumplicidade dos homens. Ainda na Anhangüera, durante a operação de fuga, teria comprovado essa cumplicidade ao contrariar a advertência do chefe da expedição que o tiraria do Brasil e entrar no bar de um posto de gasolina, repleto de caminhoneiros. Estava amanhecendo e resolvera matar a fome antes de se dirigir ao bosque de eucaliptos perto do aeroporto dos Amarais, onde começaria a terceira etapa da operação. Depois de beber um copo de leite gelado, comer um sanduíche de queijo e tomar um café bem quente, contou Adhemar, ele saiu do bar debaixo de olhares de curiosidade e simpatia, de entusiasmo de uns e de tristeza de outros. "Li nos olhos daquêles homens do 'Fé em Deus e Pé na Tábua" que eles sabiam de todo o meu drama", escreveu. "Sabiam de tudo e estavam torcendo contra os caçadores de homens."[218]

Como uma espécie de justificativa para ser merecedor da solidariedade humana e da proteção divina, Adhemar declarou não conhecer os sentimentos de ódio e vingança. Assim, jamais teria reagido às ações daqueles que lhe "fizeram mal na vida, sobretudo no sentido moral e espiritual".[219] Em vez de procurar a desforra, teria sempre oferecido "a Jesus, como reparação

---

[215] BARROS, Adhemar de. O livro de minha vida. *O Dia*, São Paulo, 27 março 1962. Centro de Documentação Cultural da Unicamp, Fundo Paulo Duarte, dossiê Ademar de Barros, pasta 13.
[216] Ibidem.
[217] Ibidem.
[218] BARROS, Adhemar de. O livro da minha vida. *O Dia*, São Paulo, 28 março 1962. Centro de Documentação Cultural da Unicamp, Fundo Paulo Duarte, dossiê Ademar de Barros, pasta 13.
[219] BARROS, Adhemar de. Minha vida. *O Dia*, São Paulo, 9 março 1962. Centro de Documentação Cultural da Unicamp, Fundo Paulo Duarte, dossiê Ademar de Barros, pasta 13.

pelo muito que Êle sofreu por nós”[220], todas as suas dores e sacrifícios. Seis anos antes, ele já tentara demonstrar abnegação similar. Afirmou em Assunção, nos primeiros dias do exílio, que as intempéries pelas quais passava eram uma prova do ódio da UDN contra ele, mas não manifestou nenhum ressentimento contra Paulo Duarte. Na realidade, minimizou o papel do jornalista na trama: “O Paulo Duarte não é outra coisa senão instrumento desse ódio”.[221]

Na modalidade de defesa adotada em 1962, na qual se dirigia diretamente ao público, Adhemar se esmerou ao fornecer, em linguagem simples, mais acessível do que a utilizada pelos advogados, a defesa nos processos nos quais era réu. No caso da urna marajoara, garantiu que não fazia nenhum sentido acusá-lo. Primeiro, porque ninguém sabia do paradeiro da peça arqueológica e nem havia comprovante de sua entrada no palácio. Depois, relatou, de suas muitas viagens pelo Pará, trouxera algumas dúzias dessas urnas para presentear os amigos, principalmente os colecionadores. “Eu mesmo não fiquei com nenhuma delas porque não queria ter em minha casa sarcófagos de índios mortos há 300, 400 ou 500 anos e enterrados na Ilha de Marajó.”[222]

Logo no começo da série, Adhemar anunciou que planejava publicar posteriormente os artigos em “um pequeno livro para deixar como retrato de uma época, como espêlho refletindo a maldade humana”.[223] O plano jamais foi concretizado, mas pelo menos dois outros livros publicados no período em que atuou na vida pública podem ser classificados como peças da defesa de Adhemar. Thomas Skidmore destaca que um deles, *Adhemar de Barros perante a Nação*, assinado por Lopes Rodrigues, era provavelmente subsidiado e adotou uma tática direta: argumentar que “no Brasil só há duas soluções para o homem público: ou ficar parado e passar por honesto ou fazer alguma coisa, e passar por ladrão”.[224]

O outro libelo da defesa de Adhemar foi *O “Crime Perfeito” do Prof. Lucas Nogueira Garcez*, escrito pelo vice-governador Erlindo Salzano no final de 1953, imediatamente depois do rompimento de Adhemar com seu antigo afilhado político. Em uma obra extensa, Salzano tenta demonstrar que Garcez teria em segredo arquitetado e colocado em ação um plano cujo objetivo era, em um primeiro momento, indispor Adhemar com Getúlio Vargas. Depois, desacreditá-lo enquanto líder político e administrador público. Entre um ato e outro, Adhemar seria levado a

---

[220] Ibidem.
[221] BRANDÃO, Darwin, op. cit., p.2.
[222] BARROS, Adhemar. O livro da minha vida. *O Dia*, São Paulo, 12 maio 1962. Centro de Documentação Cultural da Unicamp, Fundo Paulo Duarte, dossiê Ademar de Barros, pasta 13.
[223] BARROS, Adhemar. O livro da minha vida. *O Dia*. São Paulo, 13 março 1962. Centro de Documentação Cultural da Unicamp, Fundo Paulo Duarte, dossiê Ademar de Barros, pasta 13.
[224] SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). 9ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988, p. 428.

romper com o próprio Garcez e ainda sairia do conflito como algoz do governador. Para Salzano, após experimentar o poder, obtido por meio de Adhemar, Garcez teria procurado destruir seu benfeitor "e auferir, dessa destruição, a recompensa de lhe ser o sucessor também na candidatura à Presidência da República".[225]

É possível que, ao conduzir sua defesa, Adhemar tenha se sustentado também na publicação de reportagens pagas em jornais e revistas que não integrassem sua rede de comunicação. Ao contrário dos anúncios, esse tipo de publicação induz o leitor a acreditar que o conteúdo da reportagem reflete a opinião de seu autor ou editor. Durante a pesquisa que subsidia este trabalho, foram levantados dois testemunhos de compra de reportagem, ambos relativos à revista *O Cruzeiro*, de Assis Chateaubriand.[226] No primeiro caso, relatado por Samuel Wainer, a matéria "O fenômeno Adhemar" é uma peça de propaganda eleitoral. Enaltece Adhemar, sem citar nenhum dos escândalos nos quais esteve envolvido até aquele momento. E não tinham sido poucos. Entre eles estavam as verbas secretas da polícia e a "caixinha" dos banqueiros do jogo do bicho. O segundo caso, relatado por Jorge Ferreira, representa uma manobra claramente de defesa, à medida que o pagamento feito por Adhemar a Chateaubriand sustou a publicação de uma denúncia. O repórter havia comprovado que, embora o jogo estivesse proibido no Brasil, no estado governado por Adhemar os cassinos estavam em plena atividade.

De forma espontânea ou manipulada, Adhemar amealhou um batalhão de defensores na imprensa. Essa frente funcionou em toda a sua trajetória como um sustentáculo que potencializava a ação incisiva dos advogados encarregados de defendê-lo nos tribunais. Oposição contínua e sistemática ele sofreu apenas por parte do grupo cujo carro-chefe era o jornal *O Estado de S. Paulo*. Mesmo assim, dez meses antes de ser afastado da vida pública, tentou transferir para a mídia o problema da corrupção, como se o tema fosse uma espécie de obsessão jornalística: "Insisto em dizer que a pior corrução é essa que anda por aí, em certa parte da imprensa. Como se ataca! Como se fala em corrução!"[227]. A resposta se referia a um questionamento sobre suspeita de corrupção na cúpula que tomara o comando do país em março de 1964 e com a qual Adhemar estava em rota de colisão. Na mesma entrevista, ao tratar da própria situação repetiu argumentos similares aos adotados para se defender em diferentes

[225] SALZANO, Erlindo, op. cit., p. 328.
[226] Conforme citado às páginas 32, 33 e 34.
[227] MOTA, Jônio de Freitas, op. cit., p. 24.

etapas de sua carreira política, a começar pelo período da interventoria:

> *Falam, como sempre falaram, da famigerada caixinha do Adhemar. Essa caixinha é uma criação maldosa dos homens da UDN, que agem dessa maneira sempre que precisam alijar os competidores. Viram que eu iria ser um obstáculo e trataram de remover-me do caminho. Êles até que não são burros. Viram que o Dr. Adhemar é pedra no caminho dêles e entraram em ação. Foi preciso difamar, insultar, caluniar, porque alguma coisa sempre fica.*[228]

3.2. Patrimônio em evolução

Apesar do empenho em defender-se das acusações de corrupção, Adhemar não conseguiu ser bem-sucedido na tentativa de convencer a opinião pública de que fora probo em suas administrações e enriquecera de forma lícita. Apenas um aspecto de sua vida financeira não chegou a ser questionado de forma incisiva pelos adversários políticos: a origem abastada, em uma família de produtores de café. Essa origem, aliás, era tema recorrente de suas explicações sobre o próprio patrimônio. "Nasci em berço de ouro"[229], lembrou às vésperas das eleições presidenciais de 1955. Adhemar lembrou também que, quando estudante de Medicina no Rio de Janeiro, morava em um apartamento no Leme, tinha seu próprio automóvel – um luxuoso Hispano-Suíça –, e não recebia mesada da família por possuir carta de crédito. Por isso, teria ficado conhecido como estudante-milionário na Universidade do Brasil. A condição privilegiada teria persistido durante o primeiro exílio, sendo obrigado "a bancar o moço pobre"[230] em Buenos Aires, para não constranger os colegas revolucionários de 1932.

Entre os tempos de estudante e o exílio na Argentina, porém, Adhemar tentou ganhar dinheiro em atividades jamais incluídas em seu currículo nem trazidas a público, que ficaram evidenciadas por documentos encontrados em seu próprio arquivo, durante a pesquisa para

---

[228] Ibidem, p. 23.
[229] Silva, Arlindo. Adhemar de pé na tábua. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 1º outubro 1955, p. 122.
[230] Ibidem, p. 122.

esta dissertação. No período em que fez especialização médica na Alemanha, ele atuou como tradutor do alemão para o português para pelo menos uma empresa: a Bayer. “Confirmamos o recebimento de 9 artigos, 7 pareceres técnicos, um questionário, seis textos publicitários e um texto sobre o Xeropthalmus traduzidos o português”[231], registra carta comercial da Bayer para Adhemar, de fevereiro de 1926. Por esse trabalho, segundo a correspondência, ele receberia 289,50 marcos, assim que o caixa da empresa procedesse ao registro, enquanto outros quatro artigos estavam sendo remetidos para tradução imediata.

Outra atividade constatada por meio de documento localizado em seu arquivo particular ocorreu três anos depois, quando ele já havia se estabelecido como médico, com consultório na Praça Ramos de Azevedo, no centro paulistano. De acordo com contrato comercial firmado com o engenheiro civil Eduardo de Andrade Braga[232], Adhemar se tornou investidor em uma prospecção de negócios nos Estados Unidos. Pelo documento, Adhemar virou sócio do engenheiro na Barros&Braga, entrando com todo o capital social (vinte contos de réis) e ficando com 75% dos lucros que viessem a ser auferidos pela exploração e comércio da invenção “Resilient Tires”. Sem entrar em detalhes sobre o produto, o contrato registra que o engenheiro era o inventor do “Resilient Tires”, cuja patente já havia sido pedida nos Estados Unidos, sob o número 357.766.

A inexistência de registros sobre o resultado do investimento sugere que a tentativa de explorar comercialmente a invenção não prosperou. De qualquer forma, a iniciativa reflete a disposição de Adhemar, aos 28 anos, em fazer negócios até em um setor alheio à sua área de conhecimento e tradição familiar. Ao longo da vida, porém, Adhemar sempre afirmou que sua fortuna começara com a base oferecida pela família e se multiplicara graças à especialização em obstetrícia. Antes de entrar para a carreira política, costumava repetir, seu trabalho como médico já havia lhe garantido uma opulenta situação financeira. Um bilhete de 28 de janeiro 1936, no entanto, traça um panorama diferente. Nele, Adhemar pede a um amigo chamado Parisi que, conforme entendimentos mantidos na véspera, entregasse uma determinada

[231] CARTA da Bayer para Adhemar P. Barros. Leverkusen, 22 fevereiro 1926. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo particular Adhemar de Barros. Documento AP 630.01.007. Tradução Paulo Migliacci. “Wir bestätigen Ihr gefl. Screiben vom 18. cr., welchem wie die portugiesischen Uerbersetzungen von 9 Artikeln, 7 Gutachten, Fragekasen, 6 Annoncen-Texten und einen Text Xerophthalmus mit bestem Danken entnahmen. Ihre beigefügte Rechnun im Betrage von M. 289,50 werden wir nach unserer Hauptkasse überweisen. Mit der Zusammenstellung der für Heft No. 4 in Frage Kommenden Artikel etc. sind wir beschäftigt.”

[232] ESCRIPTURA de contracto commercial. Tabellionato Veiga, livro de notas 340, p. 17 e verso. São Paulo, 2 agosto 1929. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo particular Adhemar de Barros. Documento AP 646.01.012.

quantia de dinheiro ao portador. À época, Adhemar morava na rua Gualachos, na Aclimação, em uma casa que pertencia a seu sogro, Otávio Mendes.[233]

> *Mandei fazer uma reforma em minha casa e, devido a incontáveis burradas em matéria de dinheiro, estou proibido de fazer mais saques contra Santos ou contra minha fazenda, não posso obter o dinheiro para pagar a primeira prestação, cujas obras já estão bem adiantadas.*[234]

O fac-símile da correspondência foi publicado pela primeira vez em *A administração calamitosa do snr. Ademar de Barros*, em 1941. Ao dar publicidade ao bilhete, cuja autenticidade não foi questionada pelo signatário, o autor do livro procurava demonstrar que o enriquecimento de Adhemar coincidiu, na verdade, com sua passagem pelo Executivo paulista. No pedido de empréstimo, que seria reproduzido em outras publicações nas décadas seguintes, Adhemar teria ainda, segundo o autor, omitido a real situação financeira da casa exportadora de café de seu pai, na praça de Santos. Em meados dos anos 30, abalado pela crise no comércio internacional do grão, Antônio Emydio de Barros havia liquidado a empresa e entrado, com cota de capital reduzida, na composição de outra.[235] Em 1941, o enriquecimento do filho teria, no entendimento de João Ramalho, revertido a baixa na fortuna familiar. "Hoje, o sr. Antônio Emídio de Barros, pai do interventor, está construindo um edifício de dez andares em São Paulo, à rua Visconde do Rio Branco, e adquiriu, recentemente, 2.000 ações da Sociedade Anônima Lacta".[236] Adhemar, por sua vez, seria sócio majoritário da Lacta desde 1940, com 4.500 ações.

Quinze anos depois, na reta final de uma campanha presidencial marcada por acusações de peculato e enriquecimento ilícito, Adhemar decidiu fazer uma declaração pública de seus bens, em entrevista à revista *O Cruzeiro*.[237] Encabeçando a lista estavam a Construtora Aricanduva, com três milhões de metros quadrados de terrenos à venda na capital paulista, e a Lacta que, depois de ser reaparelhada, estava em fase de expansão. Da relação faziam parte sete propriedades rurais: Fazenda Natal, em Igaraçu (SP), com lavoura de café, do espólio de sua mãe; Fazenda São Jerônimo, em Limeira (SP), com lavoura de cana e usina de álcool e açúcar; Fazenda Caieira, em Taubaté (SP), proprietária das águas minerais "Magna"; Fazenda Pirauama, em Pindamonhangaba (SP), "adquirida da família Flores da Cunha, originariamente com 1.600 alqueires, reduzida a 900 alqueires"; Fazenda Maria Helena, em Itapeva (SP), para fabricação de

---

[233] CANNABRAVA FILHO, Paulo, op. cit., p. 22.
[234] RAMALHO, João, op. cit., p. 157.
[235] Ibidem, p. 156.
[236] Ibidem, p. 156.
[237] SILVA, Arlindo, op. cit., p. 122.

cal e venda de pedras calcáreas; Fazenda Turninho, em Agudos (SP), em sociedade com seus outros quatro irmãos, com cerca de cinco mil alqueires, destinada à criação e invernada de gado; e Fazenda Cachoeira dos Índios, em Iturama (MG).

Em áreas urbanas, Adhemar relacionou a posse de quatro casas na capital paulista: solar da rua Albuquerque Lins, do espólio do sogro, onde morou durante a maior parte de sua carreira política; casa na rua Baronesa de Itu, do espólio de sua mãe; casarão que abrigava a sede do PSP, na rua Barão de Limeira, adquirido mediante empréstimo na Caixa Econômica Estadual; além de uma "pequena casa", na rua Daniel Rossi, em Santana. Ainda na capital, declarou ser dono do prédio São Manuel, de oito andares, na rua Guaianazes, um "adiantamento de legítimo do pai"; e da quinta parte do prédio Aurora, na Rua Aurora, que estava sendo preparado para abrigar um hotel e um cinema e também corresponderia a adiantamento de legítimo. Fora da capital, ele relacionou três residências de temporada: uma em Campos do Jordão (SP), outra em Ubatuba (SP) e a última em Praia Grande, do "espólio do sogro". Em Campos do Jordão Adhemar disse possuir ainda terrenos, sem precisar quantidade ou extensão, e ações de um hotel, o Rancho Alegre. Fechando o rol de imóveis urbanos, citou um terreno em Goiânia (GO), "recebido de presente pela empresa imobiliária que fundou naquela capital".

O presidenciável relacionou três jornais entre suas posses: *A Notícia* e *O Dia*, no Rio de Janeiro (então Guanabara) e *O Dia* de São Paulo, com a observação de que o último havia sido "vendido para ser entregue depois das eleições". Ainda no setor de comunicação, Adhemar afirmou possuir ações da Rádio Bandeirantes, em São Paulo (SP); da Rádio América, em São Paulo (SP), da Rádio Guanabara, no Rio de Janeiro, do jornal *Tribuna de Minas*, em Belo Horizonte (MG), "assim como de diversos pequenos jornais do P.S.P.".

A relação de bens publicada também mostrava sua participação em empresas e indústrias de setores variados sem, no entanto, quantificar o investimento: ações da Fábrica de Tecidos Nossa Senhora Mãe dos Homens, em Porto Feliz (SP); ações da Fabril Redenção S.A., em Itu (SP); ações da Metalúrgica Itef, em São Paulo (SP); ações da indústria de moagem de trigo Moinhos Brasileiros S.A., de Porto Alegre (RS), "de favor, para dar nome"; e "entre 500 e 800 mil cruzeiros em ações de pequenas empresas, de favor, para dar nome e prestígio". Na capital paulista, disse ainda ser dono da Produtos Químicos Vale do Paraíba, mas ressalvou que a indústria estava em fase de liquidação e venda.

No setor aeroviário, Adhemar relacionou um hangar no Campo de Marte, em São Paulo (SP); uma frota de pequenos aviões de turismo, formada por "6 ou 7" aparelhos; e uma aeronave Douglas, prefixo PP-DSC, com "valor atual de 6 milhões de cruzeiros". Finalmente, do rol

constava também um automóvel Rolls-Royce, modelo 1953, "que custou 280 mil cruzeiros e vale hoje um milhão de cruzeiros". Em uma época na qual a Justiça Eleitoral não exigia que os candidatos a cargos políticos apresentassem declaração de bens, Adhemar fez questão de divulgar o valor total de seus bens: 1 bilhão de cruzeiros. Os adversários do líder do PSP estimavam que sua fortuna era pelo menos o dobro valor declarado.

Entre os que contestaram com veemência a declaração de bens oferecida por Adhemar estava Paulo Duarte. "Se nasceu em berço de ouro morrerá em grades de ferro"[238], afirmou ele à *Tribuna da Imprensa*, que usou a frase para dar título a artigo sobre a reação do jornalista à prestação de contas de Adhemar. Com base em levantamento feito no ano anterior, para a série "O meu destino é o Catete", Paulo Duarte estimava que a fortuna de seu adversário estivesse "beirando os três bilhões". No rol publicado por *O Cruzeiro*, faltavam, segundo o jornalista, bens que estavam em nome do próprio Adhemar, propriedades registradas como se fossem de seus filhos, genros e testas-de-ferro, além de títulos ao portador e créditos depositados no exterior.

Paulo Duarte apontou exemplos, como a participação do presidenciável na Sociedade Belfruta Ltda, que se encontrava em nome de Adhemar de Barros Filhos. Com grandes plantações de frutas e instalações industriais em Campos do Jordão, a empresa produzia doces, conservas, sucos de frutas e bebidas alcoólicas. De acordo com levantamento anterior do jornalista, tratava-se de uma fábrica de renome, que pertencia ao industrial Paulo Bockman quando, em 1948, o então governador entrou como sócio, aumentando em dez vezes o seu capital. "O sr. A. de Barros quis apossar-se da outra parte da firma, tomando conta da fábrica, o que motivou uma ação promovida pelo outro sócio, que corre pelo foro da capital"[239], escreveu Paulo Duarte. "Dada a incapacidade administrativa do sr. Ademar de Barros e do seu filho, a fábrica teve de parar, estando desacreditada, mas o seu patrimônio é valiosíssimo."

Outro exemplo citado na entrevista à *Tribuna da Imprensa* foi a omissão na lista de bens de um prédio localizado no número 1.248 da avenida Ipiranga[240]. Pela apuração feita pelo jornalista, todo o edifício pertencia à Construtora Aricanduva e, por tabela, ao presidenciável, cujo escritório comercial ficava no quarto andar. Por outros andares, aliás, se espalhavam escritórios de diversas empresas ligadas a Adhemar. Entre as citadas por ele em *O Cruzeiro*,

---

[238] SE NASCEU em berço de ouro morrerá em grades de ferro. *Tribuna da imprensa*. Rio de Janeiro, 28 setembro, 1955. Centro de Documentação Cultural da Unicamp, Fundo Paulo Duarte, dossiê Ademar de Barros, pasta 16.
[239] DUARTE, Paulo. Meu destino é o Catete III. *O Estado de S.Paulo.* São Paulo, 24 junho 1954.
[240] DUARTE, Paulo, ibidem.

tinham sede no prédio: Construtora Aricanduva, Lacta, Sociedade Belfruta, Produtos Químicos Vale do Paraíba e a Hoteleira Rancho Alegre. A empresa Aerovias, vendida meses antes da publicação da série "O meu destino é o Catete" devido a uma sucessão de prejuízos, também teve sede na avenida Ipiranga número 1.248. No mesmo prédio, estavam instalados os escritórios centrais de outras três empresas que Paulo Duarte garantira pertencerem a Adhemar ou tê-lo como sócio majoritário: Companhia Agrícola São Jerônimo, Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP) e a Sociedade de Mineração Furnas, que explorava jazidas de minérios de chumbo e prata em terras de sua propriedade, em Apiaí (SP).

> *Há ainda, na cidade de São Paulo, uma instituição importante, controlada pelo sr. Ademar de Barros que é o Banco Paulista S.A., cuja matriz se acha à rua da Quitanda, possuindo uma filial em Bocaina. Sociedade anônima incorporada em 25 de maio de*
>
> *1919, sendo seu atual capital dividido em 100.000 ações do valor de duzentos cruzeiros cada uma. Figuram como seus principais acionistas os senhores: Antonio Emygdio de Barros, pai de Ademar; Antonio Emygdio de Barros Filho, seu irmão; Oswaldo Pereira de Barros, seu irmão; Floriano Augusto Soares de Souza, íntimo de Ademar, agente de suas missões secretas na polícia e fora dela; Milton Pena, ex-secretário da Saúde; Bruno Cavalcanti Feder, oficial de gabinete dos Campos Elíseos no tempo de Ademar, Helvécio Xavier Lopes; Francisco Luiz Ribeiro, procurador do Estado, ex-prefeito de Santos; Ademar Pereira de Barros; Rino Fracarolli, cunhado de Ademar; Arnaldo Maia Lelo, irmão do presidente do Banco do Estado no tempo de Ademar; Manoel Figueiredo Ferraz, genro de Ademar; João Jorge Saad, genro de Ademar; Flodoardo Maia, secretário da Segurança ao tempo de Ademar; Geraldo Pereira de Barros, irmão de Ademar, e Jaime Ribeiro de Souza, entre outros. Compõem a diretoria: Arlindo Maia Lelo, ex-presidente do Banco do Estado ao tempo de Ademar, presidente; Jayme Ribeiro de Souza, superintendente. Do Conselho Fiscal fazem parte: Rui Álvaro Pereira Leite, cunhado de José Edgard Pereira Barreto que, como procurador do Estado, deu parecer favorável à aprovação de suas contas fraudulentas e foi, só por isso, nomeado secretário da Agricultura de Ademar; e Francisco Luiz Ribeiro, que foi nomeado procurador do Estado na vaga do sr. Edgard Pereira Barreto, quando este premiado com a Secretaria da Agricultura.*[241]

A composição do Banco Paulista, que começou suas atividades na cidade de Bocaina (SP) e transferiu a sede para a capital em julho de 1950, reflete o emaranhado entre os negócios privados de Adhemar e suas atividades públicas. Aliados políticos com postos estratégicos em seus governos aparecem também como sócios da instituição financeira. Embora não tenha sido citada na relação de bens publicada em *O Cruzeiro*, a participação de Adhemar no Banco

[241] DUARTE, Paulo, ibidem.

Paulista está entre as propriedades que, segundo Paulo Duarte, poderiam mais do que duplicar o valor do patrimônio declarado do presidenciável. De qualquer forma, mesmo se o valor total tivesse sido 1 bilhão, como declarou Adhemar, tratava-se de uma enorme fortuna. Levando-se em conta os quatro anos de seu primeiro mandato como governador eleito, "de 1947 a 1950, o total de todas as receitas arrecadadas no Estado de São Paulo não alcançou a média anual de 5 bilhões"[242].

Ao movimentar tamanho capital e, muitas vezes, lançar mão de artifícios para ocultar sua própria participação em determinadas empresas, Adhemar também teria sofrido seus reveses. Apesar da carência de documentos comprobatórios, há relatos de que Caio Dias Baptista, seu antigo secretário da Viação, teria desviado uma considerável soma da "caixinha" de Adhemar, ao se dar conta de que seria preterido pelo então governador na disputa à sua sucessão. Segundo Rodrigues Alves Filho, Baptista tinha feito diversas viagens ao exterior, levando altas somas de dinheiro, para depósito a favor de Adhemar. "A maior parte do dinheiro da caixinha estava em seu poder, ou em seu nome. Era o homem de confiança de Ademar"[243], registra o autor de *Um homem ameaça o Brasil*. "Mas o que tirou da caixinha é qualquer coisa de fabuloso: 300 milhões. Nunca o sr. Ademar de Barros lhe perdoou."

Outro revés na trajetória empresarial de Adhemar foi a perda de um jornal para um antigo parceiro na política e nos negócios. Jornal este que ele relacionou como *O Dia* do Rio de Janeiro na relação de bens divulgada em 1955, quando a publicação já havia escapado de seu controle. O jornal original, *A Notícia*, dirigido pelo advogado Chagas Freitas, integrava a rede de comunicação que Adhemar montara como parte de sua estratégia para chegar à Presidência da República, antes de ser surpreendido pela sentença condenatória no processo dos caminhões da força pública. "Acusado de peculato, com mandado de prisão expedido, refugia-se na Bolívia e depois na Argentina, passando a Chagas Freitas procuração para se tornar "proprietário-fantasma" de A NOTÍCIA"[244], relata Carlos Chagas. "O jornalista e advogado manobra e cria, com o instrumental do velho jornal, um novo, que terá o título de O DIA, logo um sucesso popular, especializado em crimes, reportagens policiais e escândalos."[245] Por meio de um processo na 1ª Vara Cível da Guanabara, Adhemar tentou, em vão, reaver seu jornal, que acabou funcionando como alicerce para a construção de um poderoso grupo empresarial e para a

---

[242] CAVALCANTI, Pedro. *A corrupção no Brasil*. São Paulo: Edições Siciliano, 1991, p. 75.
[243] ALVES FILHO, Francisco Rodrigues. *Um homem ameaça o Brasil*: a história secreta e espantosa da "caixinha" de Ademar de Barros. São Paulo: Edição do Autor, 1954, p. 91.
[244] CHAGAS, Freitas. *O Brasil sem retoque 1808-1964*: A História contada por jornais e jornalistas. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001, p. 579.
[245] Ibidem, p. 579.

carreira política de Chagas Freitas.

Percalços como os citados não diminuíram a confiança que Adhemar tinha em seu tino para os negócios. Em 1968, um ano e meio depois de ter os direitos políticos cassados pelos militares, ele voltou de uma longa temporada na Europa magro, com os cabelos pintados de acaju, a expressão abatida, mas o discurso afiado. Três meses antes de completar 67 anos, ele se dizia empenhado em reconstruir a vida. Havia transferido a maior parte de seu patrimônio para os filhos, ficando com as fazendas de cana, criação de animais e café. "Vou meter os peitos", anunciou. "Se eu tivesse trabalhado para mim os anos que entreguei à política, o Matarazzo seria pinto ao meu lado."[246]

Adhemar retomou os negócios, alternando temporadas no país com viagens ao exterior, sempre acompanhado por Anna Guimol Benchimol Capriglione, que nos bastidores da política havia ficado conhecida como Dr. Rui. O pseudônimo tivera origem na forma como Adhemar atendia aos telefonemas de Anna: "Pois não, Dr. Rui"[247]. Viúva desde agosto de 1953 do médico Luís Amadeu Capriglione, que se formara na mesma turma que o político paulista na Universidade do Brasil, Anna garantiu seu espaço ao lado de Adhemar a partir de 1960, quando chefiou, do Rio, a campanha presidencial do PSP. Logo após as eleições seguintes, para governador, ela se mudou para um amplo apartamento na rua São Luís, no centro da capital paulista. "Enquanto o ademarismo festejava a vitória, o Dr. Rui organizou o governo."[248] Rejeitada pela elite paulistana, que lhe virava as costas sistematicamente, Anna saía pouco de casa, quase que só para participar de cerimônias oficiais, mas exercia forte influência no governo.

> *O que São Paulo fêz a dn. Ana pagou ao Dr. Rui, que tinha o domínio político dos paulistas. Do apartamento da rua São Luís, governava, despachava com secretários de Estado, convocava deputados, examinava contratos, recebia empreiteiros de obras, dava pareceres, deliberava sobre o preenchimento de cargos do govêrno.*[249]

Embora continuasse casado com dona Leonor, era ao lado de Anna Capriglione que Adhemar estava reconstruindo a vida, como empresário. Já contara com a companhia dela durante o maior golpe de sua trajetória política. Era no apartamento da avenida São Luís que se recuperava de uma forte gripe quando o general Amauri Kruel chegou do Rio de Janeiro com a cópia do decreto de sua cassação. Inelegível até 1976, Adhemar também estava com Anna no

---

[246] MERCADANTE, Luiz Fernando, op. cit., p. 134.
[247] ESTA mulher é o Dr. Rui. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 6 junho 1966, p.6.
[248] Idibem, p. 6.
[249] QUEM é Ana Capriglione? *Jornal da Tarde*. São Paulo, 6 junho 1966, p.6.

santuário de Lourdes, na França, quando sofreu a síncope cardíaca que culminou em sua morte em 12 de março de 1969.

3.3. Marca a ferro e fogo

Em julho de 1969, quatro meses depois da morte de Adhemar, recursos que supostamente pertenceram a ele e estavam em poder de Anna Capriglione foram alvo de uma ação do grupo guerrilheiro VAR-Palmares. Na ocasião, depois de entrar num palacete em Santa Teresa, no Rio de Janeiro, 13 militantes da organização clandestina levaram um cofre com cerca de US$ 2,5 milhões. Entre esses militantes estava o sargento Darcy Rodrigues, dono de um longo histórico em ações armadas, que trocou o quartel de Quintaúna (SP) pela clandestinidade em 24 de janeiro de 1969, em companhia do capitão Carlos Lamarca, seu superior hierárquico. Durante o processo de apuração para a reportagem "A verdadeira história do cofre do dr. Rui"[250], que publiquei em julho de 1999, reconstituindo a ação e identificando seus participantes, Darcy Rodrigues contou-me que, entre os guerrilheiros, havia a sensação de estar recuperando dinheiro roubado do povo brasileiro.

A fama de corrupto de Adhemar de Barros também foi fundamental na arregimentação de pelo menos um dos integrantes do grupo. Trata-se do funileiro Jesus Paredes Soto, que fora trazido do Rio Grande do Sul por um dos dirigentes da VAR-Palmares, Juares Guimarães de Brito, conhecido na clandestinidade como Juvenal. Preso por agentes do Doi-Codi em São Bernardo do Campo em 21 de abril de 1974, Paredes Soto registrou de próprio punho como as informações que recebera sobre a desonestidade de Adhemar de Barros foram decisivas para seu envolvimento na retirada e na abertura do cofre.

> *"No começo fiz alguma resistência, mas Juvenal me explicou como Ademar de Barros conseguira o dinheiro. Segundo ele, Ademar era um político sujo, pois controlava as vacinas de paralisia infantil. Fez um trato com os fabricantes que em vez de colocarem remédio botavam água destilada. Muitas crianças ficaram aleijadas para o resto da vida. A partir daí eu ia com mais convicção, embora com medo."*[251]

---

[250] VILLAMÉA, Luiza. A verdadeira história do cofre do Dr. Rui. *Istoé*. São Paulo, 21 julho 1999, p. 44-51.
[251] DECLARAÇÕES que presta de próprio punho Jesus Paredes Soto à turma preliminar de interrogatório. São Paulo, 24 e 25 maio 1974. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo do Deops, série nominais, pasta OS1536.

O relato escrito no cárcere reflete o quanto a imagem de Adhemar de Barros estava, naquele tempo, associada à dilapidação do bem público. Juvenal, que coordenou a ação e era o único a conhecer a identidade de todos os guerrilheiros envolvidos no saque à mansão, morreu em abril do ano seguinte, durante um cerco policial no Rio de Janeiro. Não é possível, portanto, conferir por qual motivo ele recorreu a um argumento fictício – a troca de vacina por água –, quando poderia tentar convencer o funileiro a participar do roubo mencionando algum dos escândalos financeiros que chegaram aos tribunais. Pode-se supor que aquela foi a forma encontrada pelo líder da VAR-Palmares para sensibilizar um simpatizante da organização sem grandes conhecimentos teóricos nem experiência em guerrilha, mas com domínio do uso do maçarico, habilidade fundamental para a abertura do cofre.

A existência e a localização do cofre haviam sido comunicadas a Juares por um contraparente de Anna Benchimol, o então secundarista Gustavo Buarque Schiller, que morava na mansão. Em juízo, Anna afirmou que o cofre estava vazio e jamais voltou atrás, pelo menos em público. Sua versão recebeu pouco crédito. "Os autos demonstram à evidência que D. Anna foi companheira do falecido Governador Adhemar de Barros durante muito tempo"[252], sintetiza sentença da 1ª Auditoria da Aeronáutica. "Com o falecimento daquele político, era público e notório que êle havia deixado fortuna incalculável, parte da qual tudo indicava estar no interior daquele cofre."[253] Essa convicção havia sido reforçada por uma entrevista de Lamarca distribuída pela agência de notícias France Presse, cuja versão impressa no jornal *Combat* foi remetida pelo adido militar na embaixada do Brasil na França para a 2ª seção do Estado Maior do Exército. Na entrevista, Lamarca anuncia que a VAR-Palmares havia expropriado US$ 2,5 milhões de Adhemar de Barros e faz referência à origem escusa do dinheiro. "Depois de uma longa investigação, localizamos uma parte da famosa 'caixinha' do ex-governador enriquecido por anos e anos de corrupção"[254], afirmou Lamarca.

Em seu depoimento à Justiça Militar, o então deputado Adhemar de Barros Filho declarou que soubera da existência do cofre pelo noticiário, mas deixou em aberto a possibilidade de seu pai ter efetivamente deixado US$ 2,5 milhões pois era "levado a crer pelo conhecimento que possui da d. Ana Gimol que ela poderia ter sido depositária de valores e

[252] SENTENÇA da 1ª Auditoria Militar. Rio de Janeiro, 14 outubro 1970. Superior Tribunal Militar. Processo 38.358, p. 654.
[253] Ibidem, p. 655.
[254] INFORME nº 237. Adido do Exército à Embaixada do Brasil na França. Paris, 3 setembro 1969. Superior Tribunal Militar. Processo 38.358, p. 94. "Aprés une longue enquête nous avons appris où se trouvait la fameuse 'petite caisse' de l'ex-gouverneur enrichi par la corruption pendant des années...".

documentos”[255]. Quase três décadas depois, o ex-deputado assegurou que o pai não havia deixado nenhum cofre nem conta bancária no Exterior[256]. O certo é que, no ano da morte de Adhemar circulava entre a liderança da VAR-Palmares a informação de que o ex-governador tinha deixado oito cofres recheados de valores em diferentes lugares, todos sob a guarda de Anna Benchimol. A caixa-forte levada pela organização estava na mansão de um dos irmãos dela, o cardiologista Aarão Benchimol. Movimentar dinheiro em espécie – mesmo de origem lícita – e guardá-lo em cofres fazia parte dos costumes de uma época em que as transações bancárias eram marcadas pela morosidade. Tanto que na Justiça Militar Anna Benchimol afirmou ter pago todas as despesas hospitalares do ex-governador na França com dinheiro que ele tinha na carteira e nos cofres dos hotéis em que se hospedavam.[257] Foram, no total, 35 dias de convalescença. Ele sofreu um infarto no dia 7 de fevereiro, em Lourdes, onde recebeu os primeiros atendimentos, sendo depois transferido para o Hospital Broussais, em Paris.

No Brasil, quatro meses depois, a notícia de que uma fortuna em dólares estava nas mãos de guerrilheiros fez com que a polícia redobrasse seu empenho em encontrá-los. Quando foram presos, os integrantes da VAR-Palmares Reinaldo José de Melo e Antônio Roberto Espinosa tinham em suas casas US$ 12 mil cada um. O dinheiro simplesmente desapareceu. “Rapinagens como essas aconteceram em série, durante a prisão de militantes”[258], atestou Espinosa. O mercado financeiro, aparentemente, também se interessou em negociar com os guerrilheiros, como relatou o ex-deputado Carlos Franklin da Paixão Araújo. Embora não tivesse participado diretamente do saque à mansão de Santa Teresa, Araújo e sua mulher, Dilma Vana Roussef Linhares, integravam o comando da organização. “Um executivo que se disse representante do Bradesco nos localizou antes da repressão, interessado em trocar os dólares.”[259]

O roubo do cofre ajudou a reforçar a fama de corrupto que acompanhou praticamente toda a carreira política de Adhemar. A associação de seu nome com a “caixinha”, feita por Lamarca em 1969, era usual desde a década de 1940. Ela foi uma espécie de antecessora da frase “rouba, mas faz”, vinculada ao ex-governador até hoje, quase 40 anos após seu desaparecimento. Nos arquivos pesquisados para esta dissertação, o slogan apareceu pela primeira vez – na variante “se roubou, mas se construiu’ – em discurso do deputado Carmelo

[255] TERMO de inquirição da testemunha Ademar de Barros Filho. Rio de Janeiro, 23 setembro 1969. Superior Tribunal Militar. Processo 38.358, p. 118.
[256] VILLAMÉA, Luiza, op. cit., p. 49.
[257] TERMO de inquirição da testemunha Ana Gimol Caprioglione. Rio de Janeiro, 12 setembro 1969. Superior Tribunal Militar. Processo 38.358, p. 109.
[258] VILLAMÉA, Luiza, op. cit., p. 51.
[259] Ibidem, p. 51.

D'Agostinho no Congresso Nacional, em novembro de 1953. Ao fazer uma série de acusações contra Adhemar, o parlamentar denunciou que houve peculato até na execução de obras públicas. "Exatamente nesse setor e a propósito das suas realizações se criou em São Paulo, Senhores Deputados, àquele tempo, a definição de que 'se roubou, mas se construiu', como deplorável conseqüência da moral administrativa imposta pela sua ação governamental."[260]

O parlamentar se referia à argumentação adotada por defensores de Adhemar, popularizada depois que ele cumpriu seu primeiro mandato como governador eleito de São Paulo e sua liderança política no estado passou a ser ameaçada pelo surgimento de Jânio Quadros. À frente da prefeitura, Jânio fazia sucesso com sua cruzada pela moralização, mas não tinha executado nenhuma obra de vulto nem possuía experiência administrativa. Quando os seguidores de Jânio acusavam Adhemar de corrupto, os defensores do líder do PSP respondiam ao ataque afirmando que ele havia roubado, mas feito, reforçando sua faceta de realizador. De acordo com Carlos Laranjeira, a idéia de enfatizar o "rouba" sobre o "faz" foi sugerida por Paulo Duarte a Jânio Quadros durante a campanha de 1954.[261] Essa sugestão incluiu a idéia de Jânio levar para o palanque um rato numa gaiola, representando Adhemar. Depois da primeira apresentação do rato, o ex-governador chegou a tentar um contra-ataque, mostrando para seus eleitores um animal que seria o símbolo do adversário – um gambá. No comício seguinte de Jânio, foi a vez do vice Porfírio da Paz exibir a gaiola com o rato. "Até os aliados do nosso adversário admitem que, para fazer, ele tem de surrupiar, tem de roubar. O *Caso dos Chevrolets* aí está, meus senhores, para comprovar e atestar a procedência e clareza da minha afirmação"[262], discursou Porfírio da Paz. Nesse mesmo comício, um trovador anônimo apresentou sua versão do slogan: "Essa história do 'rouba mas faz'/nem precisa ser explicada/na verdade, ele rouba e não faz/e, se fez ou faz, rouba/ele rouba, até demais."[263]

> *Diante da disposição verbal de Jânio, da insistente exibição do rato, em praça pública, para lembrar a palavra ladrão, ou ainda, que roubar é condenável e o produto do roubo é sagrado, a frase "rouba, mas faz' começa a se expandir, se disseminar, com um sentido torpe, pejorativo, depreciativo, não conseguindo alcançar o fim para o qual ela havia sido criada na rua, de forma ingênua, pelo homem do povo, ou seja, para defender a quem ela se referia, em prejuízo do adversário, acusado de nada fazer.*[264]

---

[260] SEVERAS denúncias à administração Ademar de Barros. *Folha da Manhã.* São Paulo, 15 novembro 1953. Arquivo do jornal *O Estado de S.Paulo*, pasta 1-055.
[261] LARANJEIRA, Carlos. *A verdadeira história do rouba, mas faz*. São Paulo: Edição do autor, 1999, p.53.
[262] Ibidem, p. 55.
[263] Ibidem, p. 55.
[264] Ibidem, p. 55.

Paulo Duarte não deixou registrada sua participação, mesmo circunstancial, em campanhas de Jânio Quadros, apesar de ser conhecida a aproximação dos dois em meados dos anos 1950. Em suas manifestações, o jornalista, na realidade, discordava do slogan. Ele defendia que Adhemar havia apenas se apropriado de projetos e realizações de outros governantes. "Adhemar nunca construiu coisa alguma. A essa peta foi dado fôro de verdade para o 'slogan' incrível de 'rouba, mas faz'"[265], escreveu. "A verdadeira fórmula ademarista, entretanto, deveria ser: 'roubou e nada fez'."[266]

Jânio Quadros, em contrapartida, lançou mão do slogan para atacar seu adversário tanto na campanha para o governo estadual quanto na seguinte, para a Presidência da República, da qual não participava como candidato. Em discurso em Curitiba, chegou a comparar Adhemar com Ali Babá, listando os crimes que ele teria cometido: peculato, concussão, prevaricação, suborno e corrupção. "Dêsse monturo degradante é que surgiu o *slogan*, êste sim, verdadeiro: "Rouba, mas faz". É uma legenda. É a bandeira do ademarismo"[267], afirmou, segundo o *Correio da Manhã*. Poucas semanas antes, em editorial, o mesmo jornal já havia publicado texto no qual chamava Adhemar de Ali Babá e fazia citações similares às de Jânio: "A frase 'rouba, mas faz' não é uma sugestão vã. É um slogan sugestivo, é uma legenda, é a bandeira do ademarismo."[268]

Como sempre negou ter desfrutado de recursos públicos em causa própria, Adhemar não deixou nenhum registro sobre os motivos que poderiam tê-lo levado a cometer o crime de peculato. Há, no entanto, um indicativo importante neste sentido: a sua determinação em tornar-se presidente da República, cargo que estava disposto a disputar pela terceira vez quando teve os direitos políticos cassados pelo regime militar. Sendo assim, a riqueza pessoal interessaria a ele principalmente pela possibilidade de ajudá-lo a conquistar poder. Dois de seus mais bem fundamentados críticos, Paulo Duarte e Viriato de Castro, também chegaram a essa conclusão. Na célebre série de artigos de 1954, referindo-se à administração estadual encerrada em 1951, o jornalista ressaltou que "as ofensivas que o sr. A. de Barros realizava contra tudo onde houvesse dinheiro público não se destinavam a consolidar apenas a sua fortuna pessoal e transformá-la numa das maiores do mundo"[269]. Sem esmorecer o tom das críticas, Paulo Duarte afirmou que, por trás das irregularidades, Adhemar tinha como objetivo dar corpo ao seu prestígio político. "A sua meta era a presidência da República, e por esta, a necessidade de estender esse prestígio

---

[265] DUARTE, Paulo. *Meu destino é o Catete II*, op. cit.
[266] Ibidem.
[267] O PECULATÁRIO e a Justiça, op. cit.
[268] LADRÃO – sim. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 2 junho 1955. Centro de Documentação Cultural da Unicamp. Fundo Paulo Duarte, pasta 17.
[269] DUARTE, Paulo. "O meu destino é o Catete" XIII. *O Estado de S.Paulo*. São Paulo, 6 julho 1954. Arquivo do jornal O Estado de S. Paulo, pasta 1-055.

às outras unidades da Federação."[270] Três anos mais tarde, o jornalista defendeu novamente este ponto de vista, em fevereiro de 1957, quando Adhemar lançou sua campanha vitoriosa à prefeitura de São Paulo.

> *O sr. A. de Barros chegou à prevaricação, ao peculato, à malversação, ao estelionato, ao suborno, à extorsão, ao furto, a associar-se com bicheiros e prostitutas, com jogadores profissionais e negocistas, não para gozar o produto de tantas porcarias, mas para obter meios com que comprar o poder. Por isso mesmo afirmei que se iludiam aqueles que julgassem fôsse ele capaz de recuar ante qualquer derrota política e esclareci: enquanto dispuser de dinheiro, estará na luta e, para ganhar uma campanha, se fôr preciso, arriscará tudo, não hesitará em jogar o pão da família, porque a sua obsessão é o poder, só o poder, embora subsidiariamente qualquer partida ganha lhe permita ressarcir-se dos prejuízos das campanhas perdidas. Para isso não lhe faltam experiência, capacidade e sobretudo a sua conhecida e completa falta de escrúpulos.*[271]

Castro segue a mesma linha de raciocínio do jornalista. Durante a campanha presidencial de 1960, registrou que, enquanto tivesse forças para lutar, Adhemar não seria afastado do cenário político nacional. Isso porque era movido pela "obsessão por uma idéia fixa que, no caso, é a busca do poder político dentro de sua terra"[272]. No entender de Castro, não foi para gozar a vida nem para fazer fortuna que Adhemar amealhou um patrimônio colossal, cuja administração ficava a cargo de parentes e amigos. "Êle deseja dinheiro para sustentar a 'sua luta'. Pois que êle só tem uma ambição: A realização interior, a exigência da glória política."[273]

As tentativas de explicar a conduta de Adhemar em relação ao dinheiro público são escassas. A conduta pouco ortodoxa de Adhemar é, porém, coerente com sua prática política, norteada pela determinação em tornar-se Presidente da República, a qualquer custo. Para alcançar essa meta, Adhemar apresentou-se como um realizador de grandes obras e transformou São Paulo em uma vitrine para todo o Brasil. No meio do caminho, passou por cima de orçamentos, legislações e dispositivos constitucionais. A imagem de realizador se fundiu com a de corrupto, como se fosse uma marca feita a ferro e fogo. "Esse 'rouba mas faz' para os ademaristas não era desculpa, contra-argumento, defesa desavergonhada, mas filosofia de trabalho, emblema, grito de guerra, inspiração de propaganda."[274] No decorrer dos anos, a associação entre Adhemar e a frase emblemática, em vez de perder força, se consolidou. Até o

---

[270] Ibidem.
[271] DUARTE, Paulo. A volta do peculato. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 21 fevereiro 1957. Arquivo do jornal O Estado de S. Paulo, pasta 1-055.
[272] CASTRO, Viriato de. *O ex-leão de São Manoel*, op. cit., p. 58.
[273] Ibidem, p. 63.
[274] CAVALCANTI, Pedro, op. cit., p.75.

ex-presidente Ernesto Geisel, o penúltimo do ciclo militar, conhecido pelo estilo contido, recorreu a ela em 1990. Ao discorrer sobre a prorrogação do mandato de Castello Branco até março de 1967, Geisel justificou a medida afirmando que o quadro político do país era pouco animador. Primeiro, desqualificou Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek, dois potenciais candidatos civis à Presidência. Em seguida, ressaltou que Adhemar estava entre os que queriam governar o Brasil, mas "era o homem do slogan 'Rouba mas faz' ".[275] Evidentemente, Adhemar não foi alijado do poder apenas por causa de sua fama de corrupto. Como outros líderes civis, foi cassado devido principalmente às suas críticas cada vez mais contundentes quanto aos rumos do regime e à insistência em disputar as eleições presidenciais originalmente previstas para outubro de 1965. O comentário de Geisel reflete, porém, como uma frase surgida em discussões populares entre adversários políticos sem relevância na hierarquia partidária acabou virando símbolo de uma trajetória de quase 30 anos de vida pública.

CONCLUSÃO

> *- Ninguém vai passar a mão em mais nada neste país!*
>
> *- Ele rouba, mas faz!*
>
> *Começaram então os palavrões, que Deus me livre de colocar aqui. Precisaram mais dois, de tutano, para conter o Moa dentro do bar. O janista, enfurecido, mas imobilizado pela gravata, ia sendo arrastado pra esquina, e só deu o pirulito quando a justa compareceu.*[276]

Em "O adhemarista", Marcos Rey levou para a ficção um personagem típico do cenário político paulista nos anos 1950: o homem do povo fanático por Adhemar. No conto, o escritor relata em minúcias a pior semana da vida do taxista Moacir, o Moa. Foi aquela que terminou com Adhemar derrotado por Jânio Quadros na disputa pelo governo estadual. Com efeito também devastador em Adhemar e seus seguidores reais, "a eleição de Jânio deixou aturdido o

[275] D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Org.). *Ernesto Geisel*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 179.
[276] REY, Marcos. *Soy loco por ti, América*. Porto Alegre: L & PM Editores, 1978, p. 138.

meio político nacional, que do jovem prefeito da Capital paulista possuía idéia muito vaga".[277] Ao contrário de Jânio, Adhemar já havia projetado seu nome em todo o país. Embora o PSP, partido que fundara e comandava, só tivesse hegemonia em território paulista, o estilo Adhemar era conhecido desde o final da década de 1930. Conquistava seguidores e adversários com intensidade similar. Em conseqüência das paixões e inimizades que despertava, era objeto de publicações que também se dividiam em duas categorias distintas: as laudatórias e as peças de acusação.

Na primeira categoria se incluíam artigos e livros patrocinados pelo próprio Adhemar, que se esmerou na construção e divulgação de sua imagem como político dinâmico e empreendedor. Na segunda categoria estava a extensa produção de seus críticos e adversários, sendo mais profícua a de autoria de Paulo Duarte. Embora garantisse ser movido pelo compromisso moral de afastar da administração pública um político desonesto, "era evidente que Paulo Duarte não agiu somente por razões éticas, como declarava, e muito menos sozinho"[278]. Com origem no grupo político liderado por Armando de Salles Oliveira, que morreu em 1945, o jornalista depois atuou em parceria com os donos de *O Estado de S. Paulo* e com os governadores Lucas Nogueira Garcez e Jânio Quadros. "Mais do que ter o apoio do jornal e dos governadores, Paulo Duarte era um instrumento desse grupo. E sua ligação com Jânio Quadros seria o resultado do anti-ademarismo de ambos."[279]. A parcialidade em relação a Adhemar não é uma característica exclusiva do passado. Ela ainda se manifesta em publicações recentes, como "Adhemar de Barros – trajetórias e realizações":

> *Foi nas campanhas dos anos 1950 que surgiu a prática da "caixinha". As campanhas do PSP ou as que tinham seu apoio eram campanhas modernas, com inovações trazidas por Adhemar dos Estados Unidos e da Europa. Foi ele quem introduziu no Brasil o marketing eleitoral. A "caixinha", dizia a imprensa na época, arrecadava dinheiro do jogo, que naquele tempo não era proibido, e dos empresários, particularmente fornecedores ou empreiteiros, para financiar as campanhas. Era sabido também que Adhemar, homem de grande fortuna pessoal, herdada de sua família, gastava a granel para atingir seu sonho de ser presidente. Muitos dos seus colaboradores diretos se aproveitavam do dinheiro das campanhas para enriquecimento pessoal.*[280]

---

[277] CABRAL, Castilho. *Tempos de Jânio e outros tempos*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962, p. 61.
[278] HAYASHI, Marli Guimarães. *Paulo Duarte, um Dom Quixote brasileiro*. São Paulo, 2001. Tese (doutorado em História). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, p. 176.
[279] Ibidem, p. 176.
[280] CANNABRAVA FILHO, Paulo, op. cit., p.89.

Embora Cannabrava tenha citado como marco as campanhas dos anos 1950, na verdade a prática da "caixinha" começou a ser associada a Adhemar quando ele ainda era interventor do Estado Novo em São Paulo, entre abril de 1938 e junho de 1941, como denunciaram a Getúlio Vargas seus principais adversários políticos do período, Epitácio Pessoa Cavalcanti de Albuquerque e Coriolano de Araújo Góis Filho. Referências à "caixinha" também apareceram no livro-denúncia *A administração calamitosa do snr. Adhemar de Barros*, de 1941. Formada principalmente por recursos arrecadados junto aos banqueiros do jogo do bicho, ela teve origem na retenção de verba dos cassinos de Santos e das estações hidrominerais que deveria ser repassada a instituições de assistência social do estado.[281] Não se destinava ao custeio de campanhas eleitorais – inexistentes durante o Estado Novo –, mas à criação e manutenção de toda a infra-estrutura para tornar realidade o sonho de Adhemar de chegar à Presidência da República.

A existência de registros díspares a respeito de Adhemar pode, num primeiro momento, parecer um entrave para o entendimento de sua trajetória. A comparação e a análise de registros com abordagens tão distintas permitem, porém, o delineamento das principais características e da forma de atuação de um homem que enxergava adiante de seu tempo. Uma personalidade complexa, sem dúvida nenhuma. Por um lado, era dinâmico e realizador. Deu seguidas mostras de estar seriamente empenhado em impulsionar o desenvolvimento do país, em uma época em que o Brasil agroexportador cedia espaço para a industrialização. A origem na oligarquia rural não o impediu de entender a importância e a inevitabilidade da transição socioeconômica. Como líder político, conseguia como poucos entender a necessidade das classes emergentes, sem com isso abandonar a população rural ao seu próprio destino. Dono de grande carisma, também sabia se comunicar de forma direta com as massas. A formação em instituições de ensino de ponta e o trânsito na camada mais privilegiada da sociedade não o distanciaram do resto da população. Muitos episódios de sua carreira que integram o repertório popular revelam, na essência, sua sintonia com o homem comum. Um desses episódios ocorreu pouco antes das eleições presidenciais de 1955, quando Adhemar se preparava para explicar aos potenciais eleitores um dos slogans de sua campanha, "a meta é o homem".

> *- Vamos nivelar os homens pela cabeça. Não somos daqueles que os procuram nivelar pelos chinelos!*
>
> *Um de seus conselheiros pondera que, em lugar da expressão **chinelos**, que lhe parecera vulgar, o candidato deveria dizer: - ... nivelar pela cabeça e não pelos **tornozelos**, ou pelos pés.*

[281] RAMALHO, João, op. cit., p. 323.

Adhemar dá uma gargalhada. Franze o nariz e responde:

- Tornozelos só granfinos possuem. Chinelo qualquer pé rapado usa...[282]

Adhemar, por outro lado, tinha uma ambição desmedida pelo poder. Depois que tomou gosto pela política, a partir da convivência em Buenos Aires com os exilados da Revolução Constitucionalista de 1932, o jovem médico praticamente abandonou a profissão pela qual fez juramento. De volta ao Brasil, ingressou no Partido Republicano Paulista (PRP) e se elegeu deputado estadual. Ainda neófito, manteve atividade política tão intensa que chamou a atenção da polícia política de Getúlio Vargas. De acordo com a ordem de serviço 1.564, em janeiro de 1937 virou inclusive alvo de investigação, por causa do grande movimento de militares em seu consultório, na praça Ramos de Azevedo, no centro paulistano[283]. Não se tratou de um episódio isolado. Seja com militares, seja com civis, pelo resto da vida Adhemar se dedicou às articulações políticas – ou conspirações. Seu desejo de ser presidente era proclamado aos quatro ventos e se refletia na prática política desde os tempos da interventoria. Na virada da década de 1940, cultivava com tamanho esmero as relações internacionais de São Paulo que parecia estar no comando de um país, e não de um Estado da federação. Em muitas ocasiões, manifestou planos para a Presidência. Em poucas foi tão explícito quanto ao seu entendimento do exercício do poder quanto durante entrevista ao jornalista Joel Silveira:

> *Meu anseio de chegar à Presidência da República é por que tenho a certeza de que ligarei a chave de uma energia nova e só descansarei quando as engrenagens administrativas e produtoras estiverem rodando a toda a velocidade, como a rotativa de um jornal, na hora da tiragem. O essencial é que as bobinas de papel não nos atrapalhem. Entendeu?*[284]

Não concretizou o sonho presidencial, mas suas três passagens pelo governo paulista mostraram que ele não deixava nenhuma "bobina de papel" atrapalhar o ritmo que impunha à máquina administrativa. Quando se tratava de executar uma obra planejada, não havia limite de orçamento nem empecilhos legais que o impedissem de seguir em frente. E sua capacidade de execução não pode ser colocada em dúvida. A posição defendida por Paulo Duarte de que ele não teria realizado nenhuma obra de vulto não encontra respaldo na análise objetiva de suas administrações. O fato de obras como o Hospital das Clínicas e a rodovia Anchieta terem sido planejadas em governos anteriores não diminui o mérito de Adhemar. Quando ele assumiu o governo, tanto o hospital quanto a rodovia eram projetos engavetados. Só se tornaram realidade

---

[282] LARANJEIRA, Carlos. Histórias de Adhemar, op. cit., p. 93.
[283] RELATÓRIO do investigador 8. São Paulo, 18 janeiro 1937. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo Deops. Prontuário 40527.
[284] SILVEIRA, Joel. *O generalíssimo e outros incidentes.* Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1987, p.213.

por causa de sua vontade política, aliada à pouca preocupação em manter o orçamento público sob controle. Nos dois casos, a duração das obras foi superior ao período que Adhemar passou no governo, o que também não desmerece sua iniciativa. Devido à complexidade, à relevância e ao alto investimento dos empreendimentos, era natural que seu sucessor continuasse a executá-los.

Quanto ao descaso com os recursos destinados às obras de governo, não há dúvida de que se tratava de um reflexo de sua displicência financeira em geral. Em todos os setores Adhemar gastava muito – nas administrações, nas campanhas políticas, na manutenção da máquina partidária, na sustentação de alianças e de aliados políticos, na vida particular. Quando ocupava cargos públicos, ele não separava os gastos públicos dos privados nem mantinha um controle adequado sobre eles. Apesar de ter sempre negado a prática de irregularidades

administrativas e/ou financeiras, a análise das diversas denúncias e processos citados nessa dissertação demonstra que Adhemar fez jus à qualificação de "improbus administrator", proferida em 1955 em sentença do Tribunal de Justiça de São Paulo. E, apesar de não ter sofrido nenhuma condenação judicial por cobrança de propina ou desvio de dinheiro público, no decorrer da pesquisa para essa dissertação foram encontrados indícios suficientes para se formar convicção de que eles ocorreram. Outro elemento que reforça essa convicção foi a fantástica evolução do patrimônio de Adhemar, que, mesmo tendo dedicado quase a metade da vida às atividades públicas, se tornou uma das maiores fortunas do país. "Desafio possa ele provar como ganhou um milhão de contos, de 1938 para cá, quer dizer em 17 anos apenas"[285], questionou Paulo Duarte em programa de televisão, logo que chegou às bancas a revista *O Cruzeiro* com a relação de bens fornecida por Adhemar, em outubro de 1955.

Ao fazer o desafio, o jornalista relevava levantamento de sua própria autoria, do ano anterior, indicando que a fortuna de Adhemar alcançaria pelo menos o dobro do valor declarado. Outro aspecto que chama a atenção é que, mesmo sendo crítico feroz do ex-governador paulista, Paulo Duarte foi precursor na defesa da tese de que Adhemar se apropriara de bens públicos com o objetivo primordial de adquirir e manter poder político. Uma dinâmica evidenciada por sua própria trajetória pública, já que ainda na interventoria ele começou a pavimentar o caminho que deveria levá-lo à Presidência da República. Nessa perspectiva, embora possa provocar estupefação pela contundência, a frase "rouba, mas faz" se revela um legado coerente com a trajetória de Adhemar. Surgida de embate popular, foi manipulada politicamente, mas

[285] UM BILHÃO de cruzeiros. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 1 outubro 1955. Centro de Documentação Cultural da Unicamp. Fundo Paulo Duarte, dossiê Ademar de Barros, pasta 11.

representou uma argumentação que seguidores de Adhemar consideravam legítima e convincente, pelo menos em um primeiro momento. No decorrer do tempo, virou uma espécie de marca registrada, sobrevivendo ao próprio Adhemar.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivos pesquisados:

Arquivo da Editora Três

Arquivo do jornal *O Estado de S.Paulo*

Arquivo do jornal *The New York Times*

Arquivo da revista *Time*

Arquivo Pedro Cavalcanti (particular)

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Centro Cultural São Paulo

Fundo Paulo Duarte (Centro de Documentação Cultural da Unicamp)

Biblioteca Nacional

Seção de documentação do Gabinete do Superintendente do Hospital das Clínicas

Superior Tribunal Militar

Documentos e publicações oficiais:

ANDRADE, Antonio Ribeiro de. *Relatório*. Departamento de Ordem Política e Social. São Paulo, 1º dezembro 1955. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo do Deops. Prontuário 405427.

BAPTISTA, Caio Dias. *Aspectos do Vale do Paraíba e do seu reerguimento iniciado no Governo Adhemar de Barros*. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1941.

CARTA da Bayer para Adhemar P. Barros. Leverkusen, 22 fevereiro 1926. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo particular Adhemar de Barros. Documento AP 630.01.007.

ESCRIPTURA de contracto commercial. Tabellionato Veiga, livro de notas 340, p. 17 e verso. São Paulo, 2 agosto 1929. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo particular Adhemar de Barros. Documento AP 646.01.012.

FERREIRA, Arinos Tapajós Coelho. Relatório. Departamento de Ordem Política e Social. São Paulo, 6 abril 1956. Centro de Documentação Cultural da Unicamp. Fundo Paulo Duarte, dossiê Ademar de Barros, pasta 7.

MOTA, Paulo Alfredo Silveira da. *Relatório Geral*. Delegacia de Ordem Política. São Paulo, 7 abril 1940. Centro de Documentação Cultural da Unicamp. Fundo Paulo Duarte, dossiê Ademar de Barros, pasta 4.

QUEM fez mais pelo Brasil? Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo particular Adhemar de Barros. Documento AP 639.01.004.

RELATÓRIO do investigador 8. São Paulo 18 janeiro 1937. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo Deops, prontuário 40527.

SÃO PAULO. Delegacia Especializada de Ordem Política. *Boletim número 40*. São Paulo, 12 maio 1966. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo do Deops, dossiê 20 C 2.958.

SÃO PAULO. Gabinete do Governador. *Plano de Desenvolvimento Integrado – Pladi*: Governo Adhemar de Barros. São Paulo, 1964.

SÃO PAULO. Interventoria Federal em São Paulo. *Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, pelo Dr. Adhemar Pereira de Barros, Interventor Federal em São Paulo*: 1940. São Paulo, 1941.

TELLES, José de Queiroz e MELLO, Luiz Vieira de. *Plano de aumento da produção pela mecanização da lavoura*. Banco do Estado de São Paulo, 1947.

TERMO de Declarações de Adhemar Pereira de Barros no Departamento de Ordem Política e Social. São Paulo, 20 novembro 1956. Arquivo Público do Estado. Arquivo Deops. Prontuário 40527.

TERMO de Declarações de Oswaldo Pereira de Barros no Departamento de Ordem Política e Social. São Paulo, 20 novembro 1956. Unicamp. Centro de Documentação Cultural da Unicamp. Fundo Paulo Duarte, dossiê Ademar de Barros, pasta 7.

Artigos de jornais e revistas:

ADHEMAR a Churchill. *A Época*. São Paulo, 14 setembro 1952. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo Adhemar de Barros. AP 643.09.001.

ADHEMAR ficou com os veículos que o Estado se recusara a adquirir. *Diário da Noite*, São Paulo, 22 setembro 1954. Arquivo do jornal O Estado de S. Paulo, pasta -1-055.

ALBUQUERQUE, Mário de Moura e. Razões. *Justitia*, São Paulo: Ministério Público do Estado de São Paulo, v. 19, p. 99, out./dez. 1957.

AS ELEIÇÕES em São Paulo: Ademar de Barros responde aos seus acusadores. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 novembro 1946, p. 9.

BARROS, Adhemar de. Minha vida. *O Dia*, São Paulo, 9 março 1962. Centro de Documentação Cultural da Unicamp. Fundo Paulo Duarte, dossiê Ademar de Barros, pasta 13.

---------- O livro da minha vida. *O Dia*, São Paulo, 13 março 1962. Centro de Documentação Cultural da Unicamp. Fundo Paulo Duarte, dossiê Ademar de Barros, pasta 13.

---------- O livro de minha vida. *O Dia*, São Paulo, 27 março 1962. Centro de Documentação Cultural da Unicamp. Fundo Paulo Duarte, dossiê Ademar de Barros, pasta 13.

---------- O livro da minha vida. *O Dia*, São Paulo, 28 março 1962. Centro de Documentação Cultural da Unicamp. Fundo Paulo Duarte, dossiê Ademar de Barros, pasta 13.

---------- O livro da minha vida. O Dia, São Paulo, 12 maio 1962. Centro de Documentação Cultural da Unicamp. Fundo Paulo Duarte, dossiê Ademar de Barros, pasta 13.

BENGIO, Rubens. Crônica policial. *O Dia*. São Paulo, 15 setembro 1954. Centro de

Documentação Cultural da Unicamp. Fundo Paulo Duarte, dossiê Ademar de Barros, pasta 13.

BRANDÃO, Darwin. “Estão com medo de mim”. *A noite*, Rio de Janeiro, 1º cad., 12 março 1956, p. 2.

CAMARGO, Fausto Bueno de Arruda. Justiça seja feita. *Impacto Vale News*. Campos do Jordão: 29 abril 1990, p. 9.

CAMPO de aviação da Auto Estrada - Convite, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 abril 1936, p.1.

CASO dos “Chevrolets” na televisão. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 setembro 1954. Arquivo do jornal O Estado de S.Paulo, pasta -1-055.

GOMES, Pedro. PSP: Bolso cheio e manga arregaçada. *Comício*. Rio de Janeiro. n. 12, 31 julho 1952, p. 9

CONGONHAS ocupa o terceiro lugar entre os mais movimentados aeroportos do mundo. *Jornal de Notícias*, São Paulo, 24 janeiro 1950. Pasta Aeroporto de Congonhas. Arquivo da Editora Três.

CORRÊA, Marcos Sá. Os brasileiros vistos pela CIA. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 dezembro 1976. Especial 1964 -Visto, anotado e comentado pela Casa Branca, p. 6.

DECLARAÇÕES DO EX-GOVERNADOR. *Diário Popular*, São Paulo, 6 junho 1966, p. 1.

DUARTE, Paulo. Adhemar e os dinheiros públicos. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo: 22 fevereiro 1957. Arquivo do jornal O Estado de S.Paulo, pasta 1-055.

---------- A volta do peculato. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 21 fevereiro 1957. Arquivo de O Estado de S. Paulo, pasta 1-055.

---------- “O meu destino é o Catete” I. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 22 junho 1954. Arquivo de O Estado de S. Paulo, pasta 1-055.

---------- “O meu destino é o Catete” II. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 23 junho 1954. Arquivo de O Estado de S. Paulo, pasta 1-055.

---------- “O meu destino é o Catete” III. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 24 junho 1954. Arquivo de O Estado de S. Paulo, pasta 1-055.

---------- “O meu destino é o Catete” X. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 2 julho 1954. Arquivo de O Estado de S. Paulo, pasta 1-055.

---------- “O meu destino é o Catete” XIII. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 6 julho 1954. Arquivo de O Estado de S. Paulo, pasta 1-055.

---------- “O meu destino é o Catete” XIV. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 7 julho 1954. Arquivo de O Estado de S. Paulo, pasta 1-055.

---------- “O meu destino é o Catete” XVII. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 17 julho 1954. Arquivo de O Estado de S. Paulo, pasta 1-055.

---------- “O seu destino não será o Catete”. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 9 setembro 1954. Arquivo de O Estado de S. Paulo, pasta 1-055.

ENXURRO eleitoreiro. *Anhembi*. São Paulo: Redatorial Anhembi, v. XXXII, n. 94, setembro 1958, p. 46-56.

ESTA mulher é o Dr. Rui. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 6 junho 1966, p. 6.

FERREIRA, Jorge. Adhemar conta a história de sua derrota. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 27 novembro 1954, p. 83-N.

FIM de governo tem quatro atos. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 6 junho 1966.

FRAUDES: processos incriminam o governador. *O Estado de S.Paulo*. São Paulo, 15 agosto 1964. 2º clichê. Arquivo do jornal O Estado de S. Paulo, pasta 1-055.

GOMES, Pedro. PSP: Bolso cheio e manga arregaçada. *Comício*. Rio de Janeiro, 31 julho 1952, p. 8-12.

ISTOÉ/SENHOR. São Paulo: 110 anos de industrialização – 1880-1990. São Paulo: Editora Três, fascículo 5, ed. 1160, dezembro 1991, p. 113.

LORDEIRO, Marcelo. Eletrificação Ferroviária no Brasil – A vez da Sorocabana. *Revista Ferroviária*. Rio de Janeiro, agosto 1991. p. 29-30.

LUIZ, Edson; MARQUES, Hugo. Processo sigiloso revela farsa contra “Estado”. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 26 março 2000, Política, p. A15.

MAIOR expansão do comércio entre o Brasil e a Espanha. *A Época*. São Paulo, 4 outubro 1952. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo Adhemar de Barros. AP 643.12.001.

MAIS de vinte e cinco milhões de cruzeiros em questão. *Diário de S. Paulo*. São Paulo: 22 março 1947. Arquivo do jornal O Estado de S. Paulo, pasta -1-055.

MELO FILHO, Murilo e SCHVARTZMAN, Salomão. Assim caiu Ademar. *Manchete*. Rio de Janeiro, 18 junho 1966, p. 8-12.

MERCADANTE, Luiz Fernando. Ademar continua vivo. *Realidade*. São Paulo, 1968, p.134-142.

MOTA, Jônio de Freitas. Adhemar, o javali ferido. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 11 setembro 1965, p. 22-24.

NÃO querem São Paulo no governo da República. *O Dia*, São Paulo, 19 setembro 1954, p. 3.

NOVO edifício do Banespa. *A noite*. Rio de Janeiro, 2 julho 1939. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo Adhemar de Barros. AP 639.01.011.

O PECULATÁRIO e a Justiça. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 21 junho 1955. Centro de Documentação Cultural da Unicamp, Fundo Paulo Duarte, dossiê Ademar de Barros, pasta 17.

O SEQÜESTRO de um jornal. *O Estado de S.Paulo*, São Paulo, 25 março 1990, suplemento especial, p.1-8.

PECULATO & Justiça. *Anhembi*. Editora Anhembi, v. XXVI, n. 76, março 1957, p. 86-94.

PRAGA de Urubu. *O Dia*, São Paulo, 25 junho 1954. Centro de Documentação Cultural da Unicamp. Fundo Paulo Duarte, dossiê Ademar de Barros, pasta 13.

PRESIDENTIAL aspirant. *Time*. Nova York, 26 maio 1952, p. 20.

QUEM é Ana Capriglione? *Jornal da Tarde*. São Paulo, 6 junho 1966, p.6.

REVELAÇÕES de Getúlio sobre a ascenção [sic] política de Adhemar. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 1° junho 1950. Pasta 1-055 do Arquivo do jornal O Estado de S.Paulo.

"SÃO ONZE MIL E tantos documentos estes que eu possuo". *Diário de S. Paulo*. São Paulo, 3

dezembro 1946, p. 12.

SE NASCEU em berço de ouro morrerá em grades de ferro. *Tribuna da imprensa*. Rio de Janeiro, 28 setembro, 1955. Centro de Documentação Cultural da Unicamp, Fundo Paulo Duarte, dossiê Ademar de Barros, pasta 16.

SILVA, Arlindo. A volta de Adhemar. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 6 outubro 1956, p. 132.

---------- Adhemar de pé na tábua. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 1º outubro 1955, p. 120-124.

SZULC, Tad. De BARROS gains power in Brazil. *The New York Times*, Nova York, 28 março 1957, p. 11.

TECHNICIANS HELD BRAZIL'S BIG NEED. *The Houston Post*. Houston, EUA, p. 6, 28 junho 1951.

THE PEOPLE thief. *Time*. Nova York, 19 março 1956.

TÓFOLI, Daniela. SP quer tombar Palácio dos Bandeirantes. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 28 setembro 2006. Cotidiano 2, p. C-1.

VAI ao Legislativo inquérito sobre as barcaças do Guarujá. *Folha da Manhã*, São Paulo: 3 fevereiro 1966. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Arquivo Deops, dossiê 50 Z 178.113.

VILLAMÉA, Luiza. A verdadeira história do cofre do Dr. Rui. *IstoÉ*. São Paulo, 21 julho 1999, p. 44-51.

WAINER, Samuel. O Fenômeno Ademar. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 9 abril 1949, p.58-66.

Referências bibliográficas:

ABREU, Alzira Alves de et allii. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV-CPDOC, 2001.

ALVES FILHO, Francisco Rodrigues. *Um Homem ameaça o Brasil:* a história secreta da caixinha de Ademar de Barros. São Paulo: Edição do Autor, 1954.

BARROS, Frederico Ozanan Pessoa de (org.). *Adhemar de Barros na Assembléia Constituinte e na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo* (1935-1937). São Paulo: Companhia Editora Nacional, s.d.

BARROS, Frederico Ozanan Pessoa de (org.). *Adhemar de Barros Interventor:* discursos e entrevistas – Cinquentenário da interventoria (abril de 1938 a maio de 1941). São Paulo: Diral Gráfica e Editora, s.d.

BENI, Mario. *Adhemar***.** São Paulo: Grafikor, s.d.

BICUDO, Hélio. *Minhas memórias*: Hélio Bicudo. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 2006.

CABRAL, Castilho. *Tempos de Jânio e outros tempos*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.

CAMARGO, Aspásia. *O golpe silencioso:* as origens da República Corporativa. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa*: memórias. 2ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CANNABRAVA FILHO, Paulo. *Adhemar de Barros* **–** trajetória e realizações. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2004.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; D'ARAUJO, Marica Celina; CASTRO, Celso (Org.). *Ernesto Geisel*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

CHAGAS, Carlos. *O Brasil sem retoque 1808-1964*: A História contada por jornais e jornalistas. Volume 1. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Lígia. O bravo matutino *(Imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo).* São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1980.

CARONE, Edgar. *O Estado Novo.* Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.

---------- *A Terceira República* (1937-1945). São Paulo: Difel, 1976.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras criadas*: David Nasser e O Cruzeiro. São Paulo: Editora Senac, 1999.

CASALECCHI José Enio. *O Partido Republicano Paulista* (1889-1926). São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.

CASTRO, Viriato de. *O ex-leão de São Manoel:* Adhemar. São Paulo: Edição do autor, 1960.

---------- *O fenômeno Jânio Quadros*. São Paulo: Edição do autor, 3ª ed., 1959.

CAVALCANTI, Pedro. *A corrupção no Brasil.* São Paulo: Siciliano, 1991.

CHACON, Vamireh. *Estado e Povo no Brasil:* as experiências do Estado Novo e a democracia populista (1937-1945). Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

---------- *História dos partidos brasileiros*. Brasília: Editora da UNB, 1998.

---------- *Comemorações do Estado Nacional:* 1932-1942 na voz das classes e na política do chefe. Rio de Janeiro: S.C.P., 1943.

COSTA, Edgard. *Os grandes julgamentos do Supremo Tribunal Federal*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964, vol. 3, p. 285-353.

DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e Populismo:* Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves Delgado (Org.). *O Brasil Republicano*: O tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, volume 2, p. 107-143.

DIÁRIO POPULAR 110 ANOS: Nossa história página por página. São Paulo: Diário Popular, 1994.

DUARTE, Cândido. Organização municipal no governo Getúlio Vargas. Brasil: Gráfica Olímpica Miguel Couto, 1942.

DUARTE, Paulo. *Memórias:* E vai começar uma era nova. São Paulo: Hucitec, vol. 9, 1979.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Editora Globo; Publifolha, 2000.

FERREIRA, Jorge et al. *O populismo e sua história.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FONTES, Lourival. *A face final de Vargas:* os bilhetes de Getúlio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 32ª ed., 2003.

GARCIA JUNIOR, Gentil da Silva. *O populismo de Adhemar de Barros diante do poder militar no pós-64.* Campinas, 2001.117 p. [Dissertação de mestrado]. Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

HAYASHI, Marli Guimarães. *A Gênese do Ademarismo (1938-1941).* São Paulo, 1996. 146 p. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

---------- *Paulo Duarte, um Dom Quixote brasileiro*. São Paulo, 2001. 200 p. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

IANNI, Octávio. *A formação do estado populista na América Latina.* 4ª edição. São Paulo: Ática, 1989.

---------- *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

KWAK, Gabriel. *O trevo e a vassoura*: os destinos de Jânio Quadros e Adhemar de Barros. São Paulo: A Girafa Editora, 2006.

LACAZ, Carlos da Silva. *Faculdade de Medicina:* reminicências, tradição, memória de minha escola. 2ª edição. São Paulo: Atheneu Editora, 1999.

LARANJEIRA, Carlos. *Histórias de Adhemar.* São Paulo: Edição do autor, 1988.

---------- *A verdadeira história do rouba, mas faz*. São Paulo: Edição do autor,

1999.

LUZ, Rogério Ribeiro da Luz. *Centro Velho de São Paulo*: memória – momento. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1999.

MOREIRA, Regina da Luz. *CSN – Um sonho feito de aço e ousadia*. Rio de Janeiro: Fundação CSN/Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 2000.

NUNES LEAL, Victor. *Coronelismo, enxada e voto.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de et alii. *Estado Novo: ideologia e poder.* Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *A democracia tolerante*: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950). São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo e Imprensa Oficial do Estado, 2002.

PORTO, Antônio Rodrigues. *História Urbanística da Cidade de São Paulo (1554-1988)*. São Paulo: Carthago & Fortes Editoras, 1992.

RAMALHO, João. *A administração calamitosa do snr. Adhemar de Barros.* Rio de Janeiro: A. Barros & Cia Editores, 1941.

RAMOS, Plínio de Abreu. *Os partidos paulistas e o Estado Novo.* Petrópolis: Vozes, 1980.

REIS, Goulart Reis. *Memória do Transporte Rodoviário*: desenvolvimento das atividades rodoviárias de São Paulo. São Paulo: CPA, 1999.

REY, Marcos. *Soy loco por ti, América*. Porto Alegre: L & PM Editores, 1978.

SALZANO, Erlindo. *A campanha de 50*: Aliança Adhemar e Getúlio. São Paulo: Editora das Américas, s.d.

---------- *O "crime perfeito" do Prof. Lucas Nogueira Garcez*. São Paulo: Editora Piratininga, 1953.

SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global, 1982.

SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado Nacional.* São Paulo: Difel, 1975.

---------- *Estado Novo, um auto-retrato.* Brasília: Editora da UNB, 1983.

SCHWARTZMAN, Simon et al. *O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília, Câmara de Deputados e Biblioteca do Pensamento Político Brasileiro, vol. 6, 1981.

SARUÊ, Roberto Israel Eisenberg. *O Aeroporto de Congonhas e a Cidade de São Paulo*. São Paulo, 2004. 368 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

SENÇO, Wlastermiller de. *Meio Século de Via Anchieta* in Obras que Mudaram São Paulo. São Paulo: Sinicesp, 1998.

SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SILVEIRA, Joel. *O generalíssimo e outros incidentes*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1987.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco* (1930-1964). 9ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964).* 2ª Edição, São Paulo: Alfa-Omega, 1983.

VARGAS, Alzira. *Getúlio Vargas, meu pai.* Rio de Janeiro: Editora Globo, 1960.

VILLELA, Annibal Villanova e SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), 1973.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*: memórias de um repórter. 6ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 1986.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira.* 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1980.

---------- Raízes sociais do populismo em São Paulo. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, n° 2, p.39-p.60, maio de 1965.

ZIMMERMAN, Maria Emília Marques. *O PRP e os fazendeiros do café.* Campinas: Ed. Da Unicamp, 1987.

ANEXOS

ARQUIVO ADHEMAR DE BARROS – A família Barros, em janeiro de 1921. Primogênito dos cinco filhos do casal Elisa e Antonio Emygdio de Barros, Adhemar está sentado no braço da cadeira ocupada por seu pai.

ARQUIVO ADHEMAR DE BARROS –

Adhemar de Barros em 1918, entre dois colegas do Colégio Anglo-Brasileiro, em São Paulo, onde estudou em regime de internato.

ARQUIVO ADHEMAR DE BARROS –

Adhemar de Barros em 1926, com sua noiva, Leonor Mendes, cujas obras de assistência social nas décadas seguintes ajudaram a construir a imagem do político.

ARQUIVO ADHEMAR DE BARROS – Após entregar bilhete de Getúlio Vargas ao interventor José Joaquim Cardoso de Melo, comunicando que o substituiria no posto, Adhemar embarca em avião do Exército no Campo de Marte, em São Paulo, para o Rio de Janeiro, em 25 de abril de 1938, para ser empossado no Ministério da Justiça.

ARQUIVO ADHEMAR DE BARROS – Fotografia de Ladislau Roman. O interventor Adhemar de Barros recepciona Getúlio Vargas em São Paulo, em julho de 1938.

ARQUIVO ADHEMAR DE BARROS – Fotografia de Ladislau Roman.

Adhemar de Barros em 1938, quando começou a fazer uso intensivo do transporte aéreo em suas atividades político-administrativas.

ARQUIVO ADHEMAR DE BARROS – O interventor Adhemar de Barros em sala de aula do Grupo Escolar Pedro II, na capital paulista, em 1938.

ARQUIVO ADHEMAR DE BARROS – O interventor Adhemar de Barros inspeciona obras da rodovia Anchieta em 1940, no dia de seu aniversário, 22 de abril.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – Acervo Adhemar de Barros - O interventor Adhemar de Barros posa no estaqueamento do Hospital das Clínicas, durante visita de inspeção às obras, em 1940.

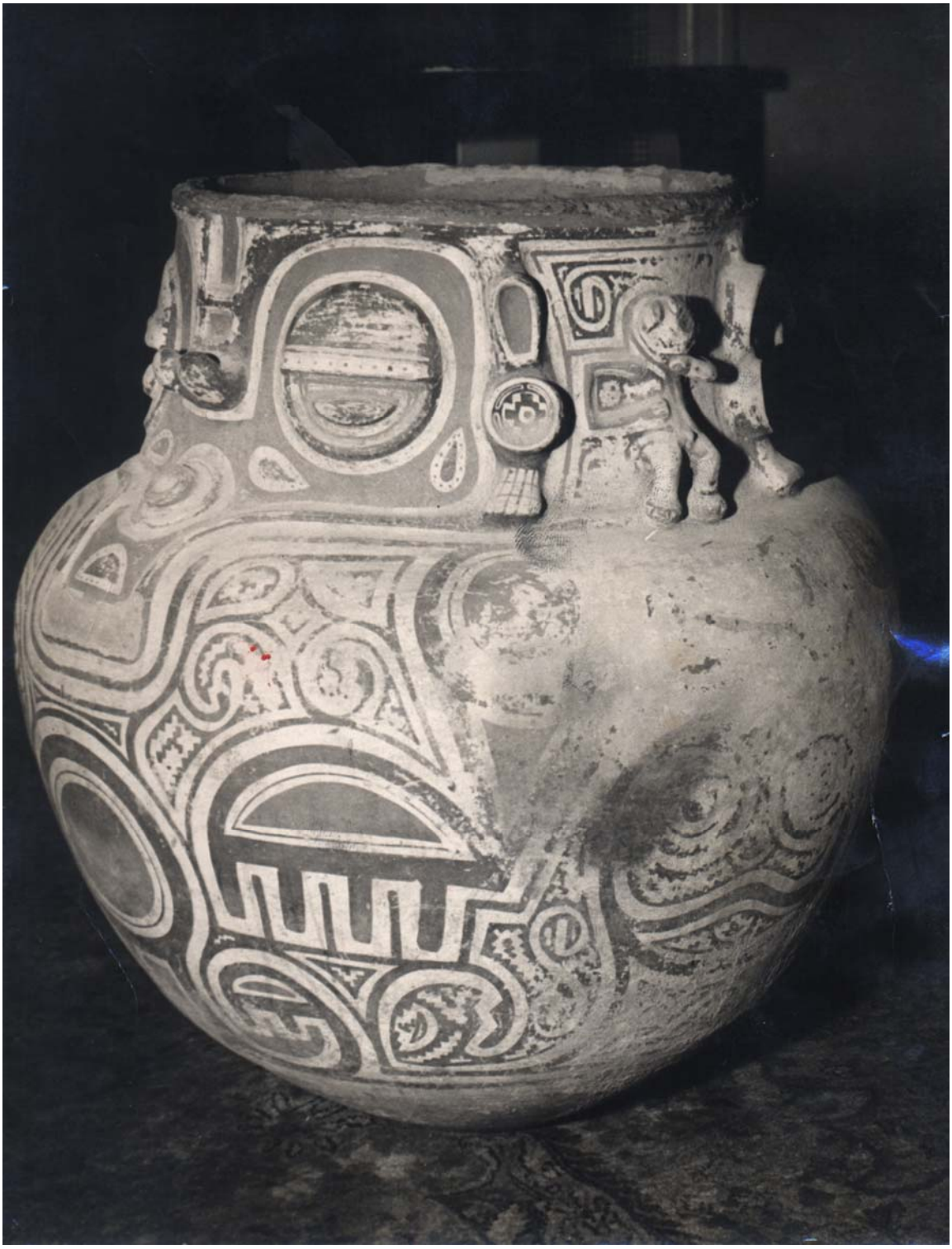
ARQUIVO ADHEMAR DE BARROS – Candidato a governador, Adhemar de Barros divide palanque com Luiz Carlos Prestes, do Partido Comunista, na campanha de 1947.

ARQUIVO ADHEMAR DE BARROS – Comício que reuniu cerca de 100 mil pessoas no Vale do Anhangabaú durante campanha que elegeu Adhemar governador de São Paulo em 1947.

ARQUIVO ADHEMAR DE BARROS – Logo após assumir o governo paulista, em 1947, Adhemar de Barros inaugura a rodovia Anchieta no dia de seu aniversário, 22 de abril.

ARQUIVO ADHEMAR DE BARROS – O governador Adhemar de Barros durante inauguração da primeira linha de ônibus da Companhia Municipal de Transporte Coletivo (CMTC), ligando a Freguesia do Ó ao centro, em junho de 1947.

ARQUIVO ADHEMAR DE BARROS – Candidato à Presidência da República, Adhemar de Barros discursa no comitê do PSP em João Pessoa, na Paraíba, em 1949.



ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – Acervo do jornal *Última Hora* – ICO-UH-1884 – Urna marajoara presenteada a Adhemar e confundida com peça arqueológica doada ao Museu Paulista que foi extraviada. Julho de 1955.

ARQUIVO ADHEMAR DE BARROS – Convenção Nacional do PSP que lançou a candidatura de Adhemar de Barros à Presidência da República em 1960.

ARQUIVO ADHEMAR DE BARROS – O general Humberto de Alencar Castello Branco, presidente da República, entre o comandante do II Exército, general Amaury Kruel, e governador Adhemar de Barros. Década de 1960.